



Relatório e Contas - 2009

Porto, 24-03-2010

1 – MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
2- BREVE APRESENTAÇÃO	5
2.1 - ENQUADRAMENTO DO CENTRO HOSPITALAR NA REGIÃO	5
2.2- ESPECIALIDADES/VALÊNCIAS DO CENTRO HOSPITALAR	16
2.3 - DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS UNIDADES HOSPITALARES NA ÁREA DE REFERÊNCIA	18
2.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	19
2.5- INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CHP	21
2.6- MISSÃO /VALORES/ ATRIBUIÇÕES	23
3 - ORGÃOS SOCIAIS	24
4 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	25
5- ACTIVIDADE GLOBAL EM 2009	26
5.1 - SÍNTESE DA PRODUÇÃO	26
5.2 - INTERNAMENTO	28
5.3- CONSULTA EXTERNA	39
5.4 - HOSPITAL DIA	40
5.5- URGÊNCIA	41
5.6- MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA	42
5.7 – ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE	44
5.8 – ACTIVIDADES NÃO ASSISTENCIAIS	46
5.9 - EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	49
5.10 - INVESTIMENTOS	54
6 - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ACTIVIDADE PARA 2010	57
7- GOVERNO DA SOCIEDADE	62
8-PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	82
9- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	83
10- NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	98
10- NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	99
11 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	109

1 – MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Os resultados agora apresentados deixam-nos insatisfeitos e constituem obviamente uma situação muito preocupante para o futuro do Centro Hospitalar do Porto (CHP), considerando, nomeadamente o esforço financeiro que é necessário fazer para assegurar os projectos que temos em carteira, nomeadamente a conclusão da construção do Centro Integrado de Cirurgia de Ambulatório e a construção do Centro Materno-Infantil do Norte.

Quando tomamos posse em meados de 2009 o Conselho de Administração estabeleceu como objectivo imediato a recuperação da produção que, face à actividade assistencial contratualizada, apresentava um desvio desfavorável elevado, nomeadamente na linha de produção a que corresponde a maior parcela de resultados – o internamento. Os custos de exploração apresentavam na altura um desvio igualmente adverso mas de proporções menos preocupantes, o que atendendo ao facto de as medidas a implementar nesta vertente terem períodos de carência, quanto aos resultados da sua implementação mais elevados, nos fez focalizar na produção.

Revedo hoje os resultados finais verificamos que a actividade assistencial acabou por ultrapassar, como o relatório acentua, os valores contratualizados, tendo-se conseguido esta realização num semestre em que, como é sabido, as dificuldades são maiores, considerando a existência dos períodos de férias e de natal. Neste aspecto, não podemos deixar de reconhecer o esforço que os Departamentos e Serviços fizeram e a excelente resposta que deram ao apelo do Conselho de Administração.

Na vertente dos custos, apesar do crescimento verificado, na produção, podemos afirmar que não tivemos efectivamente sucesso. O enorme crescimento verificado, escondido durante muitos meses por informação enganosa, deficientemente especializada, acabou por gerar um resultado muito negativo, bastante acima do valor que tinha sido contratualizado e que se torna urgentemente necessário reverter.

Podemos afirmar que as tarefas que estabelecemos como necessárias começar em 2009, a saber, a identificação de um novo rumo para a instituição que permita definir de um modo claro e com o contributo o mais alargado possível dos colaboradores e *stakeholders* do Centro Hospitalar do Porto uma nova visão e estratégia institucionais, a conclusão da integração dos Serviços clínicos que garantam finalmente a realização das economias de escala que a criação do Centro em princípio deveriam ter gerado, mas que acabaram por se mostrar reduzidas e a concretização, num período o mais curto possível, da concretização do equilíbrio económico, se mantêm e nos parecem ser as respostas que o CHP deve dar para rapidamente retomar o caminho certo.

Por último, uma palavra de absoluta confiança nos profissionais do CHP, na sua qualidade, empenho e capacidade de ultrapassar os problemas que se nos levantam, e no compromisso convicto que sempre demonstraram de realizar a nossa missão de tratar, ensinar e investigar.

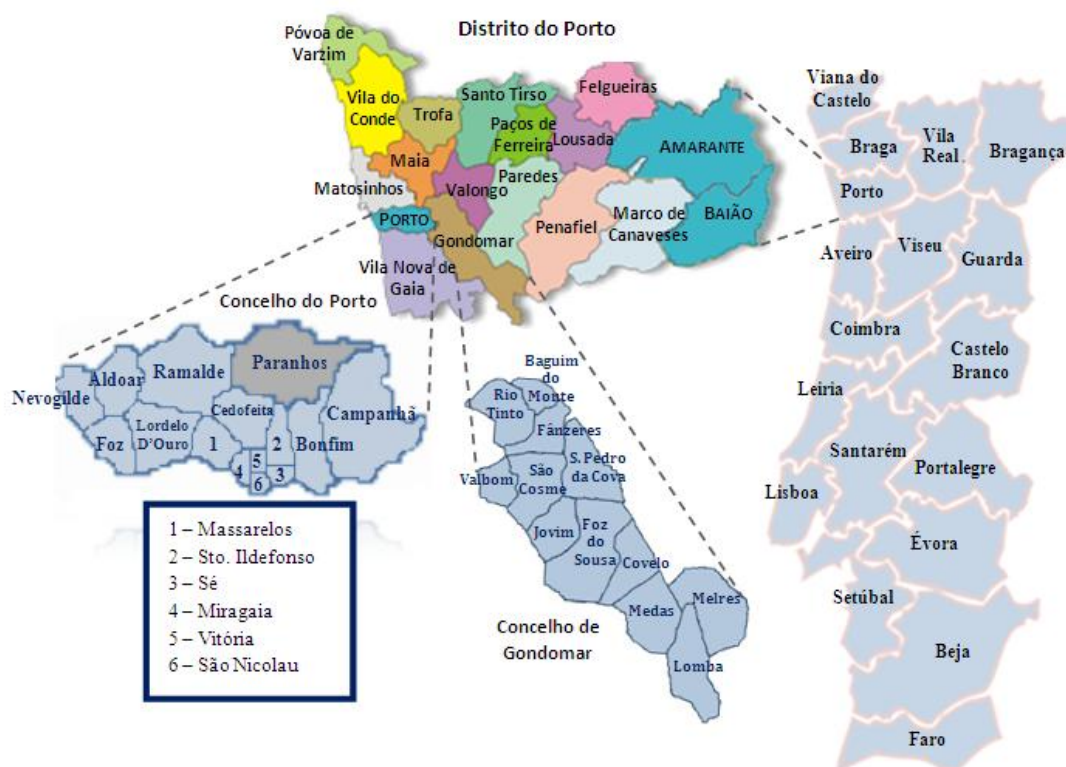
Pedro Esteves

Presidente do Conselho de Administração

2- BREVE APRESENTAÇÃO

2.1 - Enquadramento do Centro Hospitalar na Região

Na sequência do recente reordenamento da rede Hospitalar na área metropolitana do Porto que visou, entre outros objectivos, a obtenção de ganhos de acessibilidade geográfica dos utentes às Unidades Hospitalares (Internamento, Consulta e Urgência), o CHP está integrado na categoria das unidades muito diferenciadas da NUT III- Grande Porto. Serve de referência não só a outros Hospitais da unidade territorial, mas também aos de outras unidades territoriais da área metropolitana do Porto, bem como de outras unidades territoriais da região norte.



A área de Influência do Hospital de Santo António é constituída por todas as freguesias da cidade, com excepção de Bonfim, Paranhos e Campanhã e pelo concelho de Gondomar. O HSA é ainda referência para a população dos distritos de Bragança e Vila Real, dos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses, do distrito do Porto e dos concelhos situados a sul do Douro pertencentes à parte norte dos distritos de Aveiro e Viseu.

A Maternidade Júlio Dinis tem como área de influência o grande Porto, com excepção das freguesias de Bonfim, Paranhos e Campanhã, e o concelho de Gondomar. A sua área de referência é mais alargada, recebendo doentes dos concelhos limítrofes do Porto e de toda a zona Norte em geral.

O Hospital Maria Pia tem como área de referência toda a zona Norte de Portugal, estando organicamente ligado aos centros de saúde de Aldoar, Carvalhosa e Foz do Douro.

A população coberta pelos três hospitais encontra-se no quadro da página seguinte.

População coberta – áreas de Influência e Referência (2008)

	HSA	MJD ¹	HMP ²
Aldoar			
Bonfim			
Campanhã			
Cedofeita			
Foz do Douro			
Lordelo do Ouro			
Massarelos			
Miragaia			
Nevogilde			
Paranhos			
Ramalde			
Santo Ildefonso			
São Nicolau			
Sé			
Vitória			
Porto Cidade	216.080	118.512	38.484
Marco de Canaveses	55.275	28.087	13.998
Baião	20.686	10.745	4.668
Amarante	61.582	31.728	14.233
Felgueiras		30.197	15.283
Gondomar	173.910	89.542	36.721
Lousada		24.101	12.649
Maia		72.675	31.577
Matosinhos		87.617	34.747
Paços de Ferreira		27.887	14.742
Paredes		44.196	22.114
Penafiel		36.295	18.156
Póvoa de Varzim		34.604	15.934
Santo Tirso		36.075	14.123
Trofa		20.872	9.084
Valongo		50.009	21.690
Vila do Conde		39.534	17.410
Vila Nova de Gaia		161.918	66.772
Braga (distrito)		442.941	199.430
Viana do Castelo (distrito)		132.654	46.660
Bragança (distrito)	140.635	72.559	22.451
Vila Real (distrito)	215.521	111.166	38.903
Cinfães	20.198		
Resende	11.561		
Tabuaço	6.204		
São João da Pesqueira	7.997		
Armamar	7.071		
Tarouca	8.323		
Penedono	3.286		
Lamego ³	12.932		
Ovar ³	28.992		
Total	990.252	1.703.914	709.829

1) População feminina

2) População com idade < 19 anos

3) HSA: metade da população do concelho

Fonte: Anuário estatístico 2008, INE

Áreas de Influência

Áreas de Referência

De seguida, proceder-se-á a uma caracterização sucinta da população das áreas de influência e referência do CHP, em três vertentes: demografia, situação económico-social e educação e saúde.

Demografia

A Região Norte é a mais populosa, representando 37% da população residente do Continente. O Grande Porto é a unidade territorial do Norte com mais população (34,3%).

Evolução da População Residente (censos)

	1991	2001	2008*	Var. 01/91	Var. 08/01
Continente	9.375.926	9.869.343	10.135.309	5,3%	2,7%
NUT II Norte	3.472.715	3.687.293	3.745.439	6,2%	1,6%
Grande Porto	1.167.800	1.260.680	1.283.446	8,0%	1,8%
Porto Cidade + Gondomar	445.650	427.227	389.990	-4,1%	-8,7%

* População estimada

Fonte: INE

Após um crescimento superior ao do Continente no decénio 1991-2001, a população da Região Norte e do Grande Porto em particular apresentam crescimento menores que os do total do Continente no período 2001-2008. Na cidade do Porto e em Gondomar, a população diminuiu nos dois períodos considerados.

Analisando a estrutura etária da população da área de influência e referência, verificamos que mais de metade, 67%, pertence ao grupo da população em idade activa (dos 15 aos 64 anos de idade). Tem-se vindo a assistir a uma diminuição gradual da população jovem (idades entre os 0 e os 14 anos) acompanhada por um crescimento da população idosa (idade igual ou superior a 65 anos).

População Residente Estimada por Sexo e por Grupo Etário, 2008

	Total			0 - 14 anos			15 - 64 anos			≥ 65 anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Continente	10.135.309	4.904.381	5.230.928	1.533.362	786.345	747.017	6.790.296	3.358.966	3.431.330	1.811.651	759.070	1.052.581
NUT II Norte	3.745.439	1.811.166	1.934.273	584.267	299.760	284.507	2.580.740	1.271.102	1.309.638	580.432	240.304	340.128
Grande Porto	1.283.446	613.831	669.615	199.679	102.217	97.462	886.747	430.915	455.832	197.020	80.699	116.321
Porto Cidade + Gondomar	389.990	181.936	208.054	55.236	28.232	27.004	265.609	127.042	138.567	69.145	26.662	42.483

HM – Homens e Mulheres | H – Homens | M – Mulheres

Fonte: INE

A aproximação entre os dois grupos etários extremos encontra-se reflectida na evolução que se tem vindo a verificar das Taxas de Natalidade e Mortalidade.

Taxa de Natalidade e Esperança de Vida à Nascença

	Tx Natalidade (/1000 Habitantes)		Esperança de Vida à Nascença	
	2004	2008	2004-2006	2005-2007
Continente	10,3	9,8	78,3	78,7
NUT II Norte	10,2	9,2	78,4	78,7
Grande Porto	10,4	10,1	78,4	78,8
ACES Porto	8,8	8,4	n.d.	77,4
ACES Gondomar	10,2	9,3	n.d.	80,0

Fonte: INE

De um modo geral, de 2004 para 2008 assistiu-se a uma quebra da Taxa de Natalidade.

A Esperança de Vida à Nascença tem vindo a aumentar, não se observando diferenças significativas entre a Região Norte e o Continente. Na cidade do Porto, este indicador é ligeiramente inferior ao da Região Norte, sendo que em Gondomar a Esperança de Vida à Nascença é superior à do Continente.

No que diz respeito à Taxa de Mortalidade, verificou-se uma diminuição da mesma, com excepção da cidade do Porto. Consequentemente, o Índice de Envelhecimento nesta cidade é 60% superior ao da Região Norte e 1,3 vezes o do Continente.

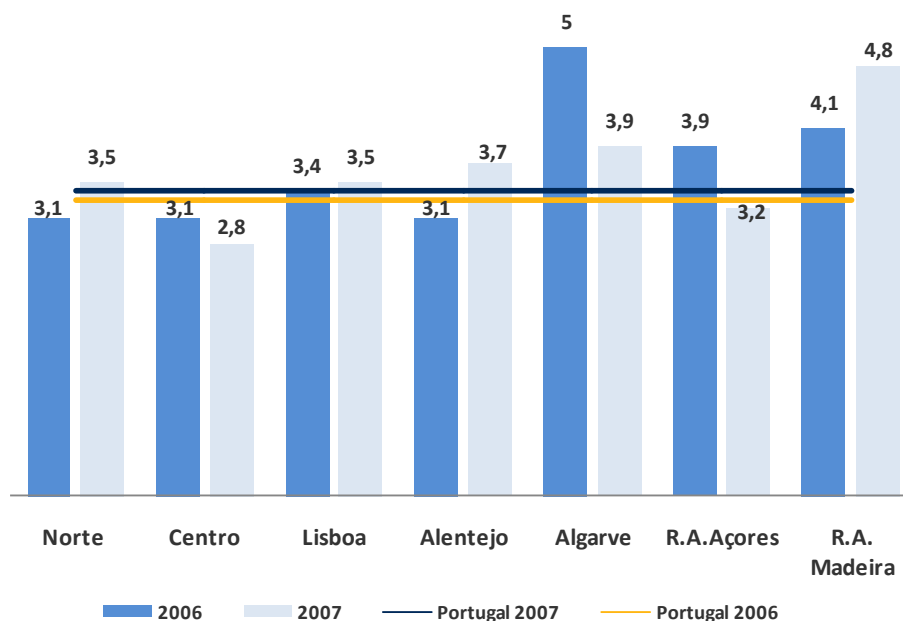
Taxa de Mortalidade e Índice de Envelhecimento

	Índice de Envelhecimento - 2008	Tx Mortalidade (/1.000 Habitantes)	
		2004	2008
Continente	118,1	10,3	9,8
NUT II Norte	99,3	10,2	8,4
Grande Porto	98,7	10,4	8,1
ACES Porto	158,9	11,8	13,1
ACES Gondomar	90,3	7,0	6,6

Fonte: INE

Relativamente à taxa de Mortalidade Infantil, o gráfico abaixo permite verificar um ligeiro aumento em 2007 quando comparado com 2006, consequência do aumento verificado nas regiões Norte, Lisboa, Alentejo e Região Autónoma da Madeira.

Evolução da Taxa (‰) de Mortalidade Infantil (2006-2007)



Fonte: INE

A tendência global de redução da Mortalidade Neonatal (crianças com menos de 28 dias de vida) reflecte, sobretudo, o declínio da Mortalidade Neonatal Precoce (óbitos ocorridos na primeira semana de vida). Salienta-se que o número dos óbitos neonatais precoces representou em 2008, 71,4% do número total de óbitos neonatais.

Evolução da Taxa de Mortalidade Fetal, Neonatal e Neonatal Precoce e Perinatal

	Tx. (‰) Mortalidade Fetal Tardia (Fetos-mortos com 28 ou mais semanas)		Tx. (‰) Mortalidade Neonatal Precoce (Crianças c/ menos de 7 dias idade)		Tx. (‰) Mortalidade Neonatal (crianças com menos de 28 dias de idade)		Tx. (‰) Mortalidade Perinatal (Fetos-mortos c/ 28 ou + semanas e nados vivos c/ menos 7 dias)	
	Portugal	Norte	Portugal	Norte	Portugal	Norte	Portugal	Norte
2002	3,4	2,7	2,6	3,0	3,4	3,7	6,0	5,6
2004	2,7	2,5	1,7	1,8	2,6	2,6	4,4	4,3
2006	3,1	2,7	1,6	1,2	2,1	1,8	4,6	3,9
2008	2,5	2,0	1,5	1,2	2,1	1,7	4,0	3,2

Fonte: INE

Situação Económico-Social

Taxa de Desemprego, Poder de Compra e Renovação da População Activa

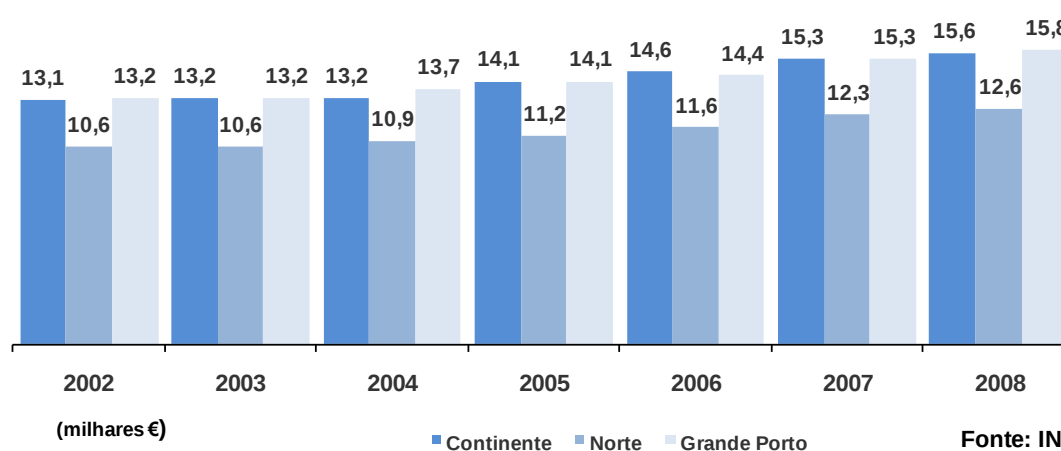
	Taxa de Desemprego		Índice Renovação População em Idade Activa - 2008	Indicador per capita do Poder de Compra - 2005
	2007-4T	2009-4T		
Continente	7,9	10,2	109,0	100,5
NUT II Norte	9,1	11,9	122,6	85,5
Grande Porto	n.d.	n.d.	99,8	n.d.
ACES Porto	n.d.	n.d.	88,8	164,3
ACES Gondomar	n.d.	n.d.	100,6	87,5

Fonte: INE

O aumento do desemprego em Portugal tem assumido na Região Norte os seus contornos mais grave, com consequências no poder de compra *per capita*. No entanto, a cidade do Porto apresenta um poder de compra 63,5% superior ao do Continente.

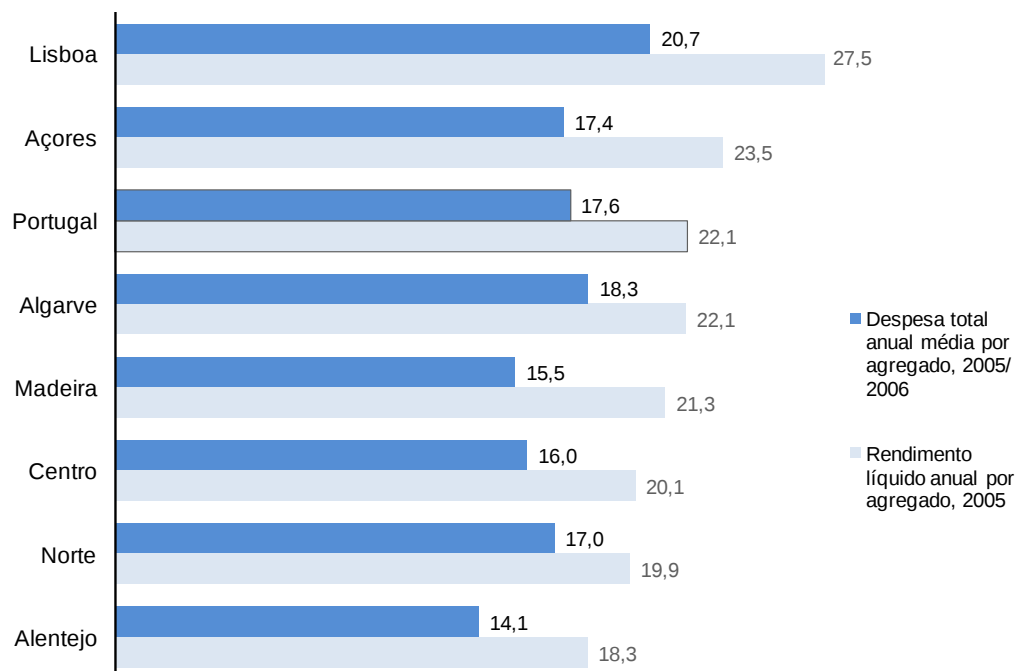
A Região Norte demonstra um Índice de Renovação da População Activa superior à média nacional.

*PIB *per capita**



Não obstante o crescimento do PIB *per capita* na região Norte, este continua a registar valores inferiores ao PIB *per capita* Nacional.

Rendimento Líquido e Despesa por Agregado



(milhares€)

Fonte: INE

Analisando o gráfico que compara a despesa total anual média (2005-2006) e o rendimento líquido anual (2005) por agregado, verificamos que, com exceção do Alentejo, a região Norte é a que apresenta o valor mais baixo de rendimento, chegando mesmo a ocupar o último lugar da lista quando comparamos a diferença entre as duas variáveis, por região.

Educação e Saúde

De uma maneira geral, a Região Norte tem uma população com baixos níveis de instrução formal. A cidade do Porto é a exceção.

Taxa de Escolarização e de Abandono Escolar

	Taxa escolarização Ensino Básico		Taxa escolarização Ensino Secundário		Taxa escolarização Ensino Superior		Taxa Abandono Escolar	
	2006/2007	2007/2008	2006/2007	2007/2008	2006/2007	2007/2008	1991	2001
Continente	117,6	121,3	102,6	101,2	28,3	29,3	12,6	2,8
NUT II Norte	115,6	118,8	92,0	93,2	23,6	25,1	18,2	3,5
Grande Porto	n.d.	118,6	n.d.	107,0	n.d.	48,4	12,0	2,6
ACES Porto	n.d.	201,0	n.d.	256,2	n.d.	254,4	8,2	2,6
ACES Gondomar	n.d.	96,3	n.d.	69,6	n.d.	n.d.	12,1	2,4

Fonte: INE

A Taxa de Abandono Escolar diminuiu fortemente no período de 10 anos analisado. Excluindo os concelhos litorais, a Região Norte tem uma Taxa de Abandono escolar superior à média do Continente.

Hospitais, Centros de Saúde e Profissionais de Saúde por 1000 Habitantes

	Nº Hospitais - 2008	Nº Centros de Saúde - 2008	Nº Médicos/1000 Habitantes- 2008	Nº Enfermeiros/1000 Habitantes- 2009
Continente	174,0	346,0	3,7	5,2
NUT II Norte	57,0	108,0	3,4	5,1
Grande Porto	28,0	25,0	6,5	6,9
ACES Porto	20,0	8,0	18,7	23,2
ACES Gondomar	1,0	2,0	2,5	2,0

Fonte: INE

A Região Norte abarca 1/3 do total de unidades hospitalares (públicas ou privadas) do Continente, sendo que destas cerca de metade concentra-se no Grande Porto. Relativamente aos Centros de Saúde, o norte representa aproximadamente 31% do total do Continente. O concelho do Porto é o que concentra maiores rácios de enfermeiros e médicos por 1000 habitantes, situando-se mais acima da média nacional e de quaisquer outros concelhos ou distritos da área coberta pelo CHP.

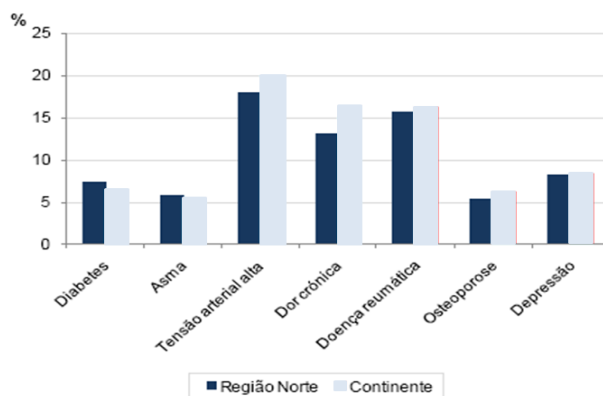
Em Portugal, 6,1% da despesa total anual média por agregado corresponde a despesas de Saúde. Na região Norte, esta despesa regista uma percentagem de 5,7%, uma das mais baixas do País.

Despesa Total e em Saúde por Agregado Familiar (2005/2006) - euros

	Total	Saúde	%
Portugal	17.607	1.066	6,1%
Norte	16.992	970	5,7%
Centro	15.958	1.001	6,3%
Lisboa	20.715	1.295	6,3%
Alentejo	14.067	964	6,9%
Algarve	18.319	910	5,0%

Fonte: INE

Percentagem da População Residente por Tipo de Doença Crónica (2005/2006)



Fonte: Relatório Perfis de Saúde 2009 – Região Norte, ARS

A hipertensão, a dor crónica e a doença reumática são as patologias crónicas que apresentam maior prevalência, apesar da menor proporção que na totalidade do Continente. No que respeita à asma e diabetes, as taxas de prevalência são superiores às do Continente.

De seguida, apresenta-se um panorama da área de influência/referência do CHP no que respeita à Taxa de Internamento Padronizada pela Idade, decomposta por grandes grupos de causas internas.

Taxa de Internamento Padronizada (/100.000 Habitantes), 2007

Grandes Grupos Causas Internamento	Continente	Região Norte	ACES Porto	ACES Gondomar
Doenças infecciosas e parasitárias	231,2	239,5	426,1	223,1
Tumores malignos	435,6	358,1	434,6	352,9
Neoplasias benignas ou desconhecidas	172,9	172,0	191,5	161,9
Doenças do sangue e dos órgãos hemat.	61,9	44,5	26,9	26,2
Doenças endócrinas, nutric. e metabólicas	201,7	196,2	286,1	276,1
Transtornos mentais e comportamentais	159,3	156,8	227,1	203,8
Doenças do sistema nervoso	135,7	148,8	146,0	144,9
Doenças do olho e anexos	135,9	128,5	102,9	108,7
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	74,8	75,6	91,5	84,5
Doenças do aparelho circulatório	882,8	816,9	910,4	916,5
Doenças do aparelho respiratório	838,7	929,8	1.005,2	1.026,5
Doenças do aparelho digestivo	931,9	953,2	931,4	909,0
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	99,4	91,9	92,2	85,1
Doenças do sistema osteomuscular	363,0	440,2	546,7	513,2
Doenças do aparelho genitourinário	522,1	535,4	560,2	586,5
Gravidez, parto e puerpério*	2.013,5	1.858,2	1.986,1	1.947,0
Afecções originadas no período perinatal	36,5	51,5	66,7	61,5
Malformações congénitas	93,5	97,0	108,1	101,9
Sintomas, sinais e achados não classificados	112,4	114,3	68,6	81,1
Lesões e envenenamentos	585,8	584,6	629,2	587,3
Total de Causas Internas	7.073,6	7.063,4	7.863,3	7.426,1
Total de Causas Externas	864,0	786,0	915,0	871,6

* Apenas população feminina.

Fonte: Relatório Perfis de Saúde 2009 – Região Norte, ARS

Na Região Norte, destacam-se as doenças do aparelho respiratório e digestivo, doenças do sistema osteomuscular e afecções originadas no período perinatal. No Porto, a taxa de internamento é mais elevada nas doenças infecciosas, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e nas do aparelho circulatório e sistema osteomuscular. Por seu lado, em Gondomar a maior causa de internamento são as doenças do aparelho respiratório.

2.2- Especialidades/Valências do Centro Hospitalar

O Centro Hospitalar do Porto desenvolve a sua actividade nas variadíssimas valências, repartidas pelas cinco linhas de actividade principal, conforme os quadros seguinte:

Na Unidade Hospital de Santo António

Especialidades/Valências a)	Internamento	Cir. Ambulatório	Hospital Dia	Cons. Externa	Urgência
Anestesiologia				✓	✓
Cardiologia	✓		✓	✓	✓
Cirurgia Ambulatório		✓		✓	
Cirurgia Geral	✓			✓	✓
Cirurgia Vascular	✓	✓	✓	✓	✓
Cuidados Intens. Polivalentes 1	✓			✓	✓
Dermatologia	✓	✓	✓	✓	
Diabetes Gravidez				✓	
Dor				✓	
Endocrinologia	✓		✓	✓	
- Endocrinologia - Pé Diabético				✓	
Epilepsia Gravidez				✓	
Estomaterapia				✓	
Estomatologia/Cir. Max.-Facial	✓	✓		✓	✓ d)
Fisiatria	✓		✓	✓	
Gastroenterologia	✓		✓	✓	✓
Ginecologia	✓ c)	✓ c)	✓	✓	✓ b)
Hematologia			✓		
Hematologia Clínica	✓			✓	✓
Imunohoterapia				✓	✓
Medicina Familiar e Ocupacional				✓	
Medicina Interna	✓		✓	✓	✓
Nefrologia	✓	✓	✓	✓	✓
- D.P.C.A				✓	
- Transplantes Renais				✓	
Neurocirurgia	✓	✓		✓	✓
- T.C.E.	✓				
Neurologia	✓		✓	✓	✓
Nutrição				✓	
Obstetrícia	✓ c)			✓ c)	✓ b)
Oftalmologia	✓	✓		✓	✓ e)
Oncologia Médica			✓	✓	
O.R.L.	✓	✓	✓	✓	✓ b)+f)
Ortopedia	✓	✓	✓	✓	✓
Pediatria	✓		✓	✓	✓ g)
Atendimento Pediátrico Referenciado				✓	
Pré-Transplante Renal				✓	
Psicologia				✓	
Psiquiatria				✓	
Sono				✓	
Urologia	✓	✓	✓	✓	✓ h)
UCI Coronários	✓				
C. Int. Polival. 3 (pós-cirúrgicos)	✓				
UCI Neonatais e Pediátricos	✓			✓	✓
Berçário	✓				
Cuidados Intens. Poliv. 2_UCIP	✓			✓	✓
U. Cuidados Intermédios SU/OBS	✓				✓
Paramiloidose			✓	✓	
Cuid. Intensivos 1	✓			✓	
Consultas de Grupo *				✓	

Notas:

a) Especialidades e valências com diferenciação no sistema informático; b) Urgência 24 horas no espaço físico do próprio Serviço (até à transferência da actividade para a MJD, em início de Outubro); d) das 8.30h às 20.30h e a restantes por chamada ; e) Do dia 1 a 15 de cada mês das 08h30 às 20h30, do dias 16 ao dia 31 de cada mês 24h (Concentração regional de recursos); f) Até às 01h00m no espaço físico do próprio Serviço, depois prevenção; g) Permanência no Serviço de Pediatria, apoio ao Serviço de Urgência, no caso entrada de caso pediátrico que necessite estabilização; h) Urgência das 8.30 às 20.30; C) em funcionamento no HSA até início de Outubro;

*Referem-se às seguintes consultas de grupo: Raynaud, Educação DM2, Hematologia, Medicina Sexual, ORL, Patologia Mamária, Urologia, desabitação tabágica, linfomas cutâneos, Oncologia grupo não digestivo, Grupo Digestivo, Endocrinologia grupo cancro tiroide; Multidisciplinar de tratamento de diabetes tipo 1 por bombas; multidisciplinar obsidade;

Na Unidade Hospital Maria Pia

Especialidades/Valências	Internamento	Cir. Ambulatório	Hospital Dia	Cons. Externa
Anestesiologia				✓
Atendimento Pediátrico Referenciado				✓
Cardiologia Pediátrica	✓			✓
Cirurgia Pediátrica	✓	✓	✓	✓
Cirurgia Plástica Pediátrica	✓	✓		✓
Dermatologia Pediátrica	✓			✓
Endocrinologia Pediátrica	✓			✓
Estomatologia Pediátrica	✓	✓		✓
Med. Física de Reab. Pediátrica				✓
Gastroenterologia Pediátrica ^{a)}	✓		✓	✓
Hematologia Pediátrica	✓		✓	✓
Hepatologia Pediátrica				✓
Imunoalergologia Pediátrica	✓		✓	✓
Nefrologia Pediátrica ^{b)}	✓		✓	✓
Neurocirurgia Pediátrica	✓			✓
Neurologia Pediátrica ^{c)}	✓		✓	✓
Nutrição				✓
Oftalmologia Pediátrica	✓	✓		✓
ORL Pediátrica	✓	✓	✓	✓
Ortopedia Pediátrica	✓	✓	✓	✓
Pediatria Médica	✓		✓	✓
Pedopsiquiatria	✓		✓	✓
Psicologia				✓
UCI	✓			✓
Urologia Pediátrica	✓	✓		✓

a) Hepatologia, Nutrição, Obesidade Mórbida ;

b) Diagnóstico Pré-Natal, Diálise peronal; Hemodiálise; Transplante Renal; Espinha bífida;

c) Epilepsia, Cefaleia, Doenças Neuromusculares, Doenças do Movimento;

d) Desenvolvimento; Doenças metabólicas; Doenças Neuromusculares; Pneumologia; Imunologia; Genética; Fibrose Quistica;

Na Unidade Maternidade Júlio Dinis

Especialidades/Valências	Internamento	Cir. Ambulatório	Cons. Externa	Urgência
Alto Risco			✓	
Anestesiologia			✓	
Diagnóstico Pré-Natal			✓	
Espaço Jovem			✓	
Ginecologia	✓	✓	✓	✓
Mama		✓	✓	
Medicina de Reprodução		✓	✓	
Neonatologia - Cuidados Normais (Berçário)	✓		✓	
Neonatologia - Fototerapia	✓		✓	
Neonatologia - UCI	✓		✓	
Obstetrícia	✓	✓ a)	✓	✓
Patologia Colo		✓	✓	
Neonatologia			✓	
Atendimento Referenciado Neonatologia			✓	
Planeamento Familiar		✓	✓	
Menopausa			✓	
Psicologia			✓	
Uro-Ginecologia			✓	

Notas:

a) Cirurgia do Ambulatório no âmbito da Interrupção Gravidez por Opção

2.3 - Descrição das Principais Unidades Hospitalares na área de referência

	Empresarializados	Não Empresarializados	Hospitais Privados
CENTRO HOSPITALAR DO PORTO  Unidades Hospital de Santo António Hospital Maria Pia Maternidade Júlio Dinis	Hospital São João IPO Norte Hospital Pedro Hispano Hospital de Famalicão CH de Vila Real / Peso da Régua CH do Tâmega e Sousa, EPE CH de Vila Nova Gaia / Espinho Hospital Magalhães Lemos	Hospital Joaquim Urbano	Hospital da Prelada Hospital da Arrábida Hospital Stª Maria Hospital da Boavista Hospital do Carmo Hospital da Ordem da Trindade Hospital do Terço Hospital da Lapa Hospital Boa Nova

2.4 - Caracterização dos recursos humanos

No quadro seguinte apresenta-se o total de efectivos do CHP em 31'Dezembro de 2009, 2008 e 2007, no que respeita ao grupo profissional e ao tipo de vínculo.

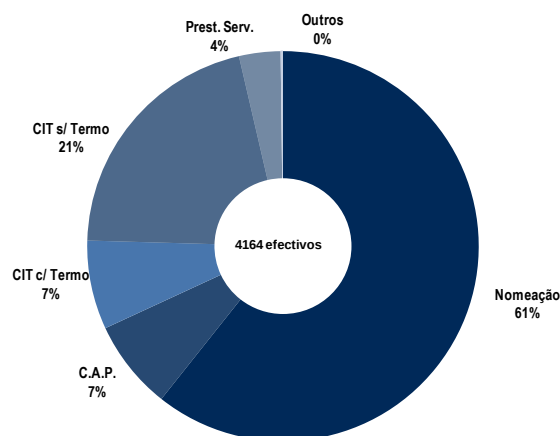
	Nomeação	C.A.P.	CIT c/ Termo	CIT s/ Termo	Prest. Serv.	Req./ Destac	Outros	Total 2009	Total 2008	Total 2007	Var. 09/08	Var. 08/07
Dirigente	7	0	0	9	0		6	22	22	23	0%	-4%
Médico	440	294	6	153	90		2	985	959	961	3%	0%
Téc. Superior Saúde	30	2	0	17	0			49	54	54	-9%	0%
Técnico Superior	34	0	15	18	4			71	60	54	18%	11%
Informática	6	0	1	9	0			16	17	16	-6%	6%
Enfermagem	776	13	135	348	27			1299	1418	1345	-8%	5%
Téc. Diagn. e Terap.	190	0	27	50	20			287	282	275	2%	3%
Assistente Técnico	264	0	35	135	1			435	439	423	-1%	4%
Assistente Operacional	774	0	87	132				993	1019	1013	-3%	1%
Outros	6				1			7	8	9	-13%	-11%
Total	2.527	309	306	871	143	0	8	4.164	4.278	4.173	-3%	3%
Total 2008	2.665	298	278	728	297	1	11					
Total 2007	2.772	332	305	539	211	1	13					
Var. 09/08	-5%	4%	10%	20%	-52%	-100%	-27%					
Var. 08/07	-4%	-10%	-9%	35%	41%	0%	-15%					

Em Outros inclui-se o Pessoal Docente e o Religioso.

Após um aumento de 3% no total de efectivos em 2008, verifica-se uma diminuição também de 3% em 2009. Em termos relativos, a classe que mais aumentou consecutivamente nos dois anos foi a do pessoal Técnico Superior (11% em 2008 e 18% em 2009). No entanto, em valores absolutos, a classe que mais aumentou foi a do pessoal Médico (26 efectivos).

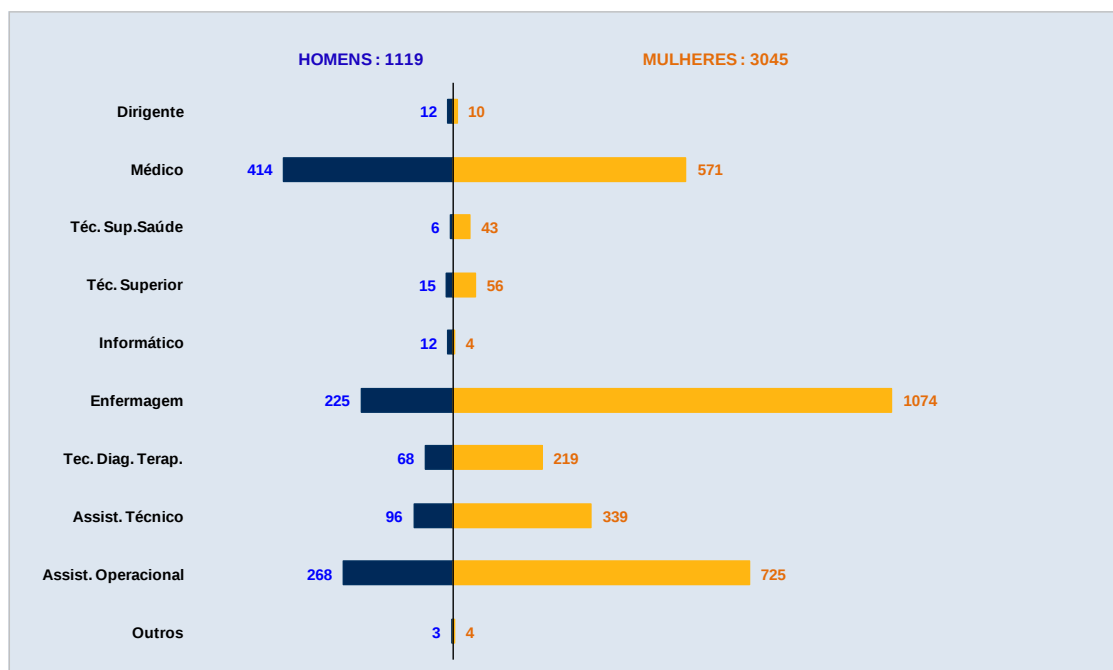
Em 2009, as maiores diminuições ocorreram nos Técnicos Superiores de Saúde, no pessoal de Informática e no de Enfermagem.

Aproximadamente 80% dos efectivos estão directamente ligados às actividades *core* do CHP – Enfermagem (31%), Médicos (24%) e Assistentes Técnicos (24%).



O vínculo por Nomeação Definitiva abarca quase 2/3 do total de funcionários. Por seu turno, o CIT seja com ou sem Termo, representa aproximadamente 28% do total. Subsiste ainda o CAP (sobretudo no pessoal Médico) e a Prestação de Serviços (sobretudo no pessoal Médico), ambos com

aproximadamente 11% do total.



À excepção da classe dirigente, não há paridade entre sexos. O sexo feminino representa cerca de 73% do total de funcionários, com especial expressão na classe de Enfermagem, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais.

A idade média dos colaboradores do CHP é de 40,5 anos, sendo que perto de 49% do total tem 40 ou mais anos. A antiguidade média ronda os 14 anos.

2.5- Instalações Físicas do CHP

O Hospital Geral de Santo António é constituído por vários edifícios. Das suas instalações fazem parte:

O Edifício Neoclássico construído no séc. XVIII segundo o projecto do arquitecto Inglês John Carr e considerado monumento Nacional;

O Edifício Dr. Luís de Carvalho inaugurado em 1997, ligado ao edifício Neoclássico por uma galeria de dois pisos;

Edifícios das Consultas Externas, o pavilhão laboratorial, e o centro de estudos de Imunodepuração, localizado nas instalações do Ex- CICAP;

Consulta Externa de Oftalmologia nas instalações do Centro Saúde de São João – Rua Miguel Bombarda (após protocolo com a ARS em 1999).

As instalações do Hospital Maria Pia consistem num emblemático edifício dos princípios do séc. XX, sem grandes condições de operacionalidade, que sofreu recentemente obras de beneficiação.

A Maternidade Júlio Dinis foi concebida e planeada, desde a sua origem, para funcionar como uma maternidade, função que manteve, ininterruptamente, desde a sua inauguração (Setembro de 1939), até aos dias de hoje. O edifício principal é constituído por dois subsolos, um rés-do-chão, e dois andares superiores, apresentando, ainda, um grande pátio interior, actualmente ocupado. O actual pavilhão da Consulta Externa, foi roubado aos jardins que a Maternidade de Júlio Dinis possuía na sua entrada sul.

De seguida, apresentam-se os recursos físicos afectos ao CHP.

	HSA	HMP	HML	MJD	CHP
Camas de Internamento *	587	56	10	138	790
Salas de Bloco Operatório	20	3		5	28
Salas no Bloco de Partos				7	7
Camas de Hospital Dia	6	4			10
Cadeiras de Tratamento Ambulatório	12	2			14
Gabinets de Consulta Externa	105	33	15	24	177
Camas da Unidade de Recobro	19	4		12	35

* Lotação em 31-12-2009 (Inclui 15 Berços no HGSA e 35 na MJD);

Equipamentos

Para desenvolvimento da actividade assistencial complementar as três unidades contam com diversos equipamentos técnicos, dos quais se destacam:

	HSA	HMP	MJD	CHP
Imagem				
Angiografia Digital	2			2
Ecografo color doppler	8		9	17
Ecografo sem color doppler	7	1	2	10
Mamografo	1			1
Radiologia Telecomandada com Imagem Digital	2			2
Radiologia Fixa Convencional	8			8
Radiologia Móvel Convencional	23			23
Ressonância Magnética	1			1
Tomografia Axial Computadorizada	2			2
Existência de Arquivo Imagiológico	1			1
Medicina Nuclear				
Camara Gama	2			2
Osteodensitómetro	1			1
Litotricia				
Litotricia extracorporal	1			1
Hemodiálise				
Postos de Hemodiálise	14	3		17

2.6- Missão /Valores/ Atribuições

MISSÃO

O CHP tem por missão, a prestação de cuidados de saúde humanizados, competitivos e de referência, promovendo a sua articulação com os outros parceiros do sistema; a valorização do ensino pré e pós graduado e da formação profissional; a dinamização e incentivo à investigação e desenvolvimento científico na área da saúde.

VALORES

Na sua actividade, o CHP e as pessoas que constituem a sua equipa de trabalho orientam-se pelos seguintes valores:

- ✓ *Orgulho e sentimento de pertença;*
- ✓ *Qualidade, assegurando os melhores níveis de resultados e de serviço;*
- ✓ *Respeito pelo utente e pelos seus direitos, através do reconhecimento do carácter único de cada pessoa que procura os seus serviços.*

Os princípios estruturais e duradouros que guiam o comportamento e a actuação do Centro Hospitalar são:

- ✓ *Atitude centrada no doente e na promoção da saúde na comunidade;*
- ✓ *Cultura do trabalho em equipa e do bom relacionamento no trabalho;*
- ✓ *Diferenciação técnica e valorização, profissional e pessoal.*

ATRIBUIÇÕES

O CHP tem por objectivo principal a prestação de cuidados de saúde à população.

O CHP, complementarmente desenvolverá actividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respectiva capacidade formativa, podendo ser objecto de contratos-programa em que se definam as respectivas formas de financiamento.

3 - ORGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Até 15 de Junho de 2009



Presidente

Dr. Fernando Sollari Allegro



Director Clínico

Prof. Doutor
Martins da Silva



**Enfermeiro-
Director**

Enf. Eduardo Alves



Vogal

Dr. Carlos
Alberto Silva



Vogal

Dr. Alberto
Peixoto



Vogal

Dr. Luis Carlos
Delgado

A partir de 15 de Junho de 2009



Presidente

Dr. Pedro Esteves



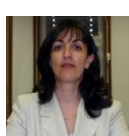
Director Clínico

Dr. Paulo
Barbosa



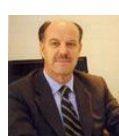
**Enfermeiro-
Director**

Enf. Eduardo Alves



Vogal

Dra. Paula
Guimarães



Vogal

Dr. Alberto
Peixoto



Vogal

Dr. Luis Carlos
Delgado
(em funções até
30ºJunho)



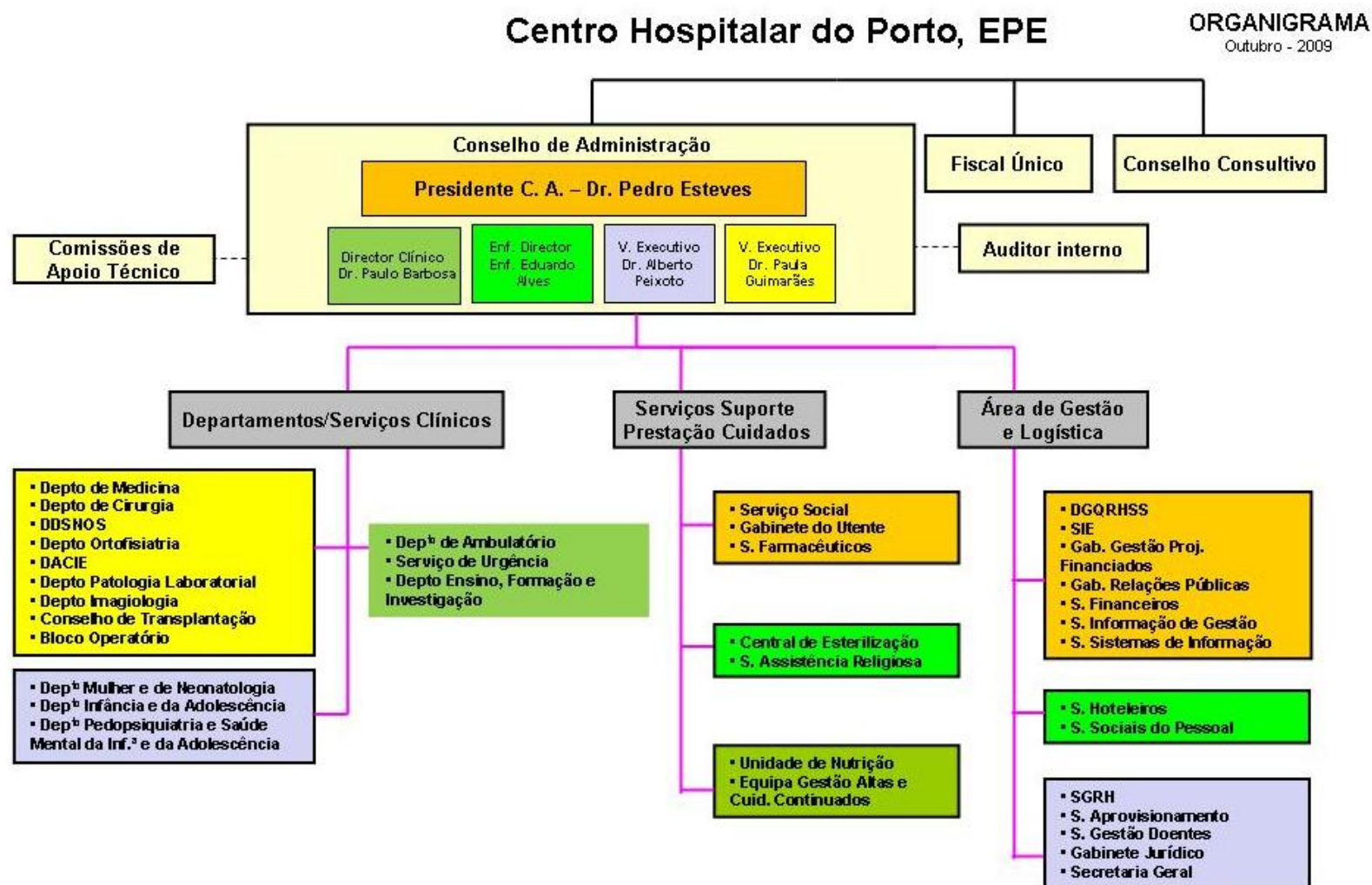
Vogal

Dr. Carlos Alberto
Silva
(em funções até
30ºSetembro)

Fiscal Único

Mgi & Associados, SROC, Lda. representada por Dr. Amadeu Cambão

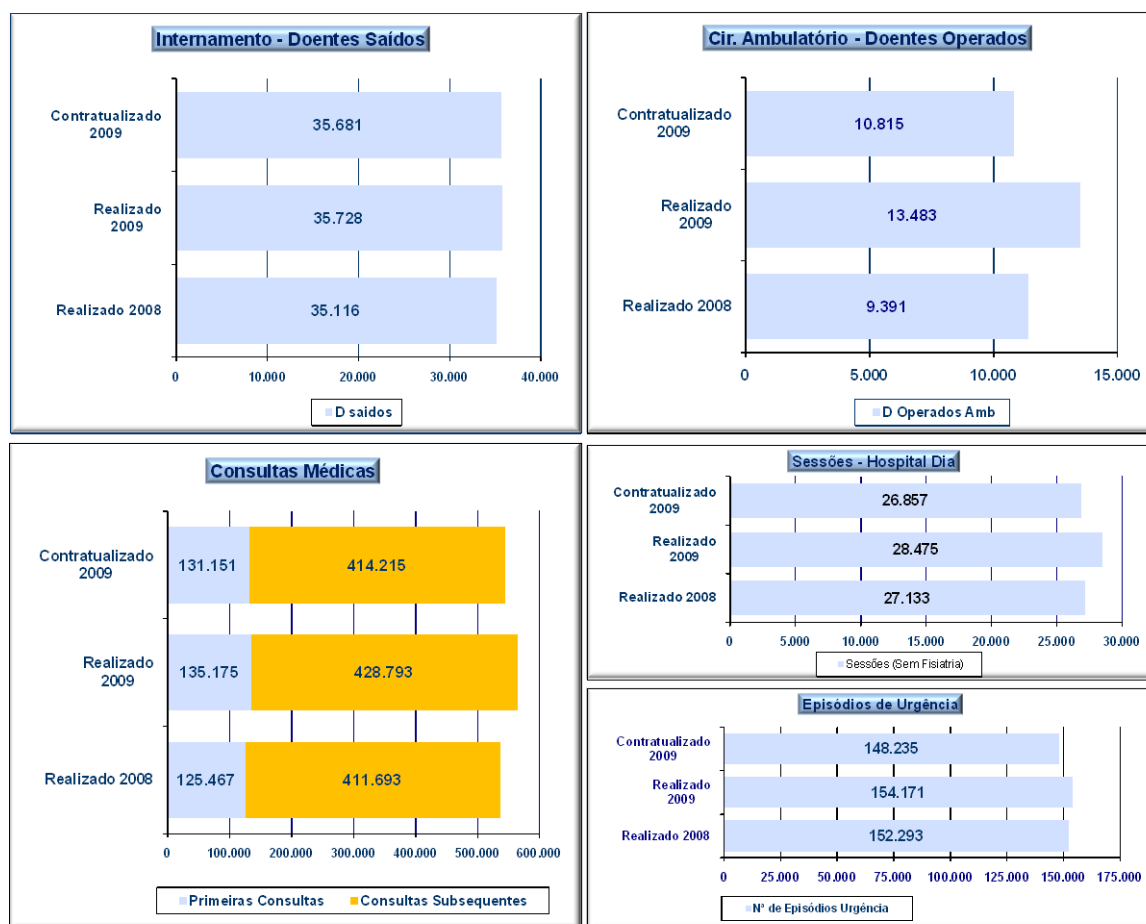
4 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



5- ACTIVIDADE GLOBAL EM 2009

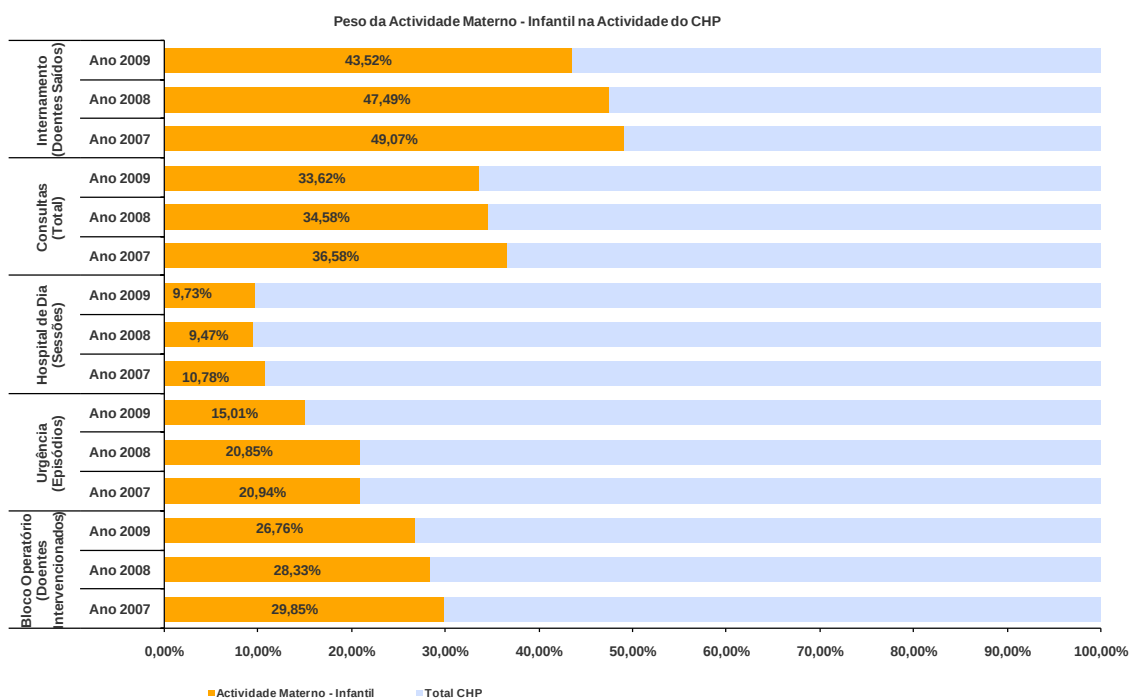
O ano 2009 constitui o segundo ano completo de actividade do Centro Hospitalar do Porto, após a sua constituição em 01 de Outubro de 2007. Deste modo, a análise seguinte traduz o desempenho assistencial comparativamente com o ano 2008.

5.1 - Síntese da produção



O ano 2009 traduz, de um modo geral, aumentos de produção em todas as linhas de actividade. Foram, neste ano, atendidos mais 612 doentes no Internamento, mais 4.092 doentes operados na Cirurgia de Ambulatório, realizadas mais 26.805 Consultas (das quais 9.708 primeiras), mais 1.342 sessões de Hospital Dia e mais 1.872 doentes atendidos na

Urgência. O bom desempenho ao nível da produção assegurou de igual forma os níveis contratados em todas as linhas de actividade.



O gráfico ilustra o peso da área materno infantil no total do CHP para cada uma das linhas de Actividade. Em 2009, esta área registou um menor contributo no total do CHP.

5.2 - Internamento

	CHP			CHP	
	Ano 2008	Ano 2009	09/08 (%)	Contr. 2009	Tx. de Realização 2009
Lotação Média*	820	790	-3,7%	807	-
Lotação Final (31 Dez) **	816	777	-4,8%	-	-
Doente Saídos	35.116	35.728	1,7%	35.681	100,1%
Dias de Internamento Saídos	224.106	235.258	5,0%	226.400	-
Dias de Internamento	225.004	234.087	4,0%	222.037	105,4%
Doentes Equivalentes ***	32.080	32.611	1,7%	-	-
SNS	29.084	29.644	1,9%	30.369	97,6%
Não SNS	2.996	2.967	-1,0%	-	-
Doentes Internados	35.174	35.780	1,7%	-	-
Programados	19.560	19.370	-1,0%	-	-
Urgência	15.614	16.410	5,1%	-	-
Dmédia ****	6,41	6,55	2,3%	6,22	-
DMédia sem Bercário ****	6,83	6,96	1,9%	6,90	100,9%
Tx Ocup.	74,97%	81,18%	8,3%	75,38%	107,7%
DS/cama	42,82	45,23	5,6%	44,21	102,3%
Existência Média Diária	615	641	4,3%	608	105,4%

* Inclui 20 berços no HGSA e 35 na MJD Ano 2008

* Inclui 15 berços no HGSA e 35 na MJD Ano 2009

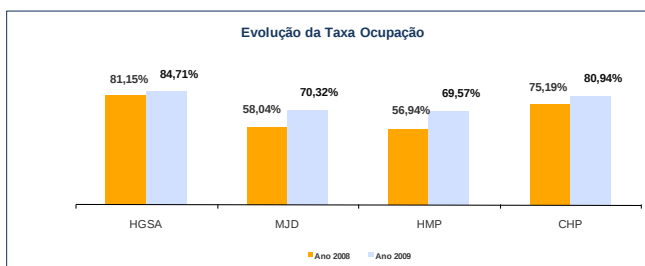
** Inclui 20 berços no HGSA e 36 na MJD Ano 2008

** Inclui 34 berços na MJD no Ano 2009

** Com base no Estimado

*** Cálculo com Dias de Internamento de acordo com critério utilizado pela ARS Norte

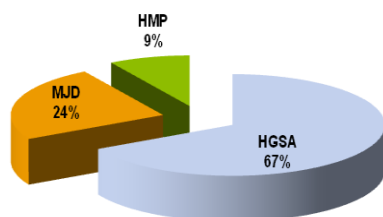
Em 2009 foram atendido no Internamento 35.728 doentes, mais 1,7% que no ano anterior. Foram igualmente superados os valores contratualizados para este ano (+ 47 doentes saídos). O acréscimo verificado resulta da actividade urgente, uma vez que a admissão de doentes via Urgência apresentou um aumento de 5,1%, enquanto a admissão programada registou um decréscimo de 1%.



Apesar da imperativa necessidade do aumento de 21 camas, consequência da gripe H1N1, a concentração dos serviços de ginecologia, obstetrícia e neonatologia, permitiu uma redução da lotação final em 39 camas e da lotação

média anual de 30 camas. Esta redução, aliada ao aumento da DM, de 0,13 dias, teve impacto

na taxa de ocupação, que aumentou de 75% para 85%. A redução de camas e o aumento de doentes permitiu em 2009 tratar mais 2,4 doentes/cama que no ano anterior. O número médio diário de doentes internados no CHP foi em 2009 de 641 (mais 26 que em 2008).

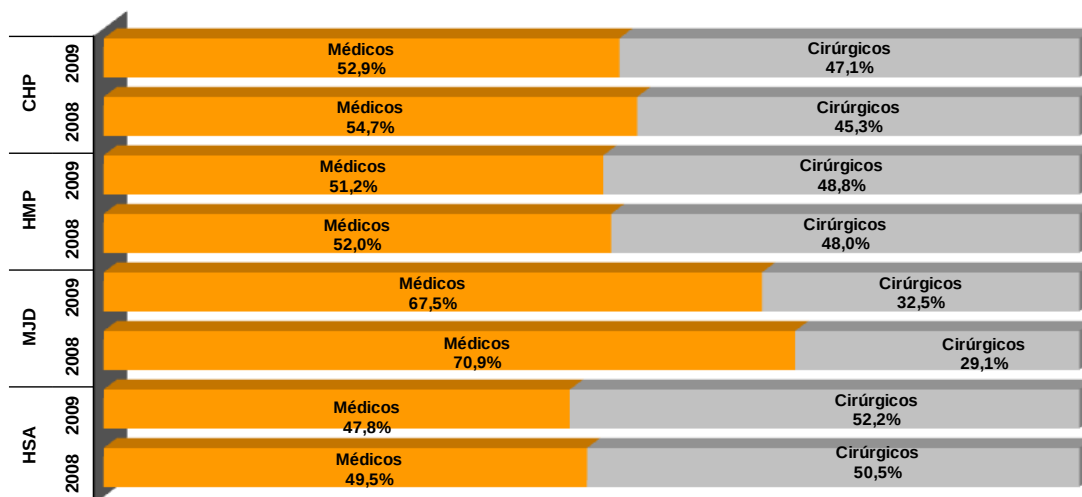


Não obstante a transição da actividade de internamento de Ginecologia e Obstetrícia, em Outubro de 2009, das instalações do Santo António para a Maternidade Júlio Dinis, o Internamento continua a ser maioritariamente realizado nas instalações físicas do Hospital de Santo António (67%), sendo que a MJD e

o HMP (incluindo o MGL) absorvem 24% e 9% da actividade, respectivamente.

GDH's Médicos e GDH's Cirúrgicos

% GDH's Médicos e Cirúrgicos - 2008/2009

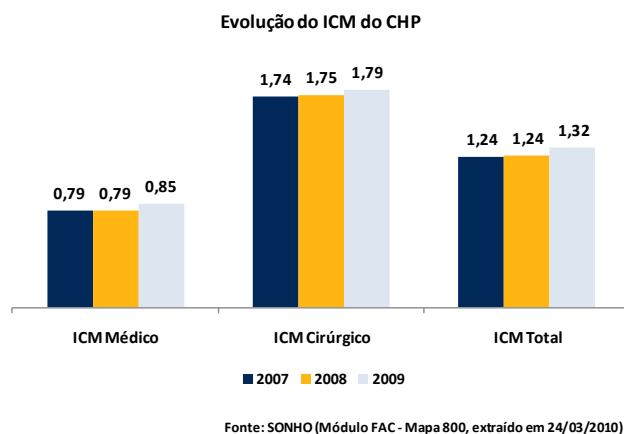


A actividade médica de internamento supera a actividade cirúrgica para a totalidade do CHP, seja em 2008 seja em 2009. Esta proporção é fortemente influenciada pela actividade

obstétrica, maioritariamente realizada no espaço físico da Maternidade Júlio Dinis, onde o peso da actividade cirúrgica é inferior a 1/3 do total.

No Santo António, dada a diversidade de valências, verifica-se algum equilíbrio entre a actividade médica e cirúrgica, embora com um ligeiro recuo da actividade médica em 2009. Na unidade Maria Pia, o contributo da actividade médica é ligeiramente superior ao da cirúrgica.

De 2007 para 2008, o ICM não variou significativamente, à excepção de um crescimento



ligeiro no ICM Cirúrgico, resultante da transição de alguma actividade menos complexa para ambulatório.

Em 2009, verificam-se variações positivas no ICM Total, potenciadas tanto pelos episódios cirúrgicos como pelos episódios médicos. Ressalve-se, no entanto, o facto de em 2009 ter havido alteração da Portaria que serve de base ao cálculo do ICM.

Centro Hospitalar do Porto, EPE - 10 GDH's Internamento mais Frequentes

Cod. GDH	Designação	Tipo GDH	Doentes Saídos		Var (09/08)	Peso Relativo	Demora Média		Var (09/08)
			2008	2009			2008	2009	
629	Recém-nascido, peso ao nascer > 2499g, sem procedimento significativo em B.O.. com diagnóstico de recém-nascido normal	M	3.823	3.506	-8,3%	9,9%	2,8	2,7	-1,7%
373	Parto vaginal, sem diagnósticos de complicação	M	1.692	1.455	-14,0%	4,1%	2,7	2,7	1,4%
371	Cesariana, sem CC	C	1.189	1.193	0,3%	3,4%	3,9	4,1	6,7%
372	Parto vaginal, com diagnósticos de complicação	M	889	840	-5,5%	2,4%	3,4	3,1	-7,0%
36	Procedimentos na retina	C	612	736	20,3%	2,1%	1,5	1,2	-17,3%
466	Continuação de cuidados, sem história de doença maligna como diagnóstico adicional	M	590	720	22,0%	2,0%	3,1	2,8	-9,9%
359	Procedimentos no útero e/ou seus anexos, por carcinoma in situ e/ou doença não maligna, sem CC	C	691	679	-1,7%	1,9%	4,1	4,0	-1,7%
541	Perturbações respiratórias, excepto infecções, bronquite ou asma, com CC maior	M	337	584	73,3%	1,6%	13,3	10,3	-22,3%
60	Amigdalectomia e/ou adenoidectomia, idade < 18 anos	C	529	436	-17,6%	1,2%	1,2	1,2	-1,9%
356	Procedimentos reconstrutivos do aparelho reprodutor feminino	C	421	435	3,3%	1,2%	2,6	2,5	-2,0%
10	Sub-Total		10.773	10.584	-1,8%	29,8%	3,2	3,2	1,4%
604	Total		35.316	35.473	0,4%	100,0%	6,4	6,4	-0,6%
1,7%	Sub-Total (%)		30,5%	29,8%	-2,2%				

Aproximadamente 30% da actividade de internamento do CHP, está representada nos 10 GDH's mais frequentes. É notória a influência da área Obstétrica e Ginecológica, não só pelo peso que representa no total do CHP como também por lidar com patologias menos diversificadas, concentrando assim mais actividade nos mesmos GDH's.

A demora média dos 10 GDH's mais frequentes, à excepção do GDH 371, é inferior à verificada em 2008, pelo que se conclui que não são os GDH's mais frequentes que influenciam o aumento da Demora Média total do CHP.

Centro Hospitalar do Porto, EPE - 10 GDH's Cirúrgicos de Internamento mais Frequentes

Cod. GDH	Designação	Tipo GDH	Doentes Saídos		Var (09/08)	Peso Relativo
			2008	2009		
371	Cesariana, sem CC	C	1.189	1.193	0,3%	7,1%
36	Procedimentos na retina	C	612	736	20,3%	4,4%
359	Procedimentos no útero e/ou seus anexos, por carcinoma in situ e/ou doença não maligna. sem CC	C	691	679	-1,7%	4,1%
60	Amigdalectomia e/ou adenoidectomia, idade < 18 anos	C	529	436	-17,6%	2,6%
356	Procedimentos reconstrutivos do aparelho reprodutor feminino	C	421	435	3,3%	2,6%
55	Procedimentos diversos no ouvido, nariz, boca e/ou garganta	C	400	425	6,3%	2,5%
370	Cesariana, com CC	C	401	414	3,2%	2,5%
381	Abortamento com dilatação e/ou curetagem, curetagem de aspiração e/ou histerotomia	C	353	317	-10,2%	1,9%
758	Procedimentos no dorso e/ou pescoço, excepto artrodese vertebral sem CC	C	256	309	20,7%	1,8%
2	Craniotomia, idade >17 anos, sem CC	C	259	257	-0,8%	1,5%
10	Sub-Total		5.111	5.201	1,8%	31,1%
275	Total		15.992	16.721	4,6%	100,0%
3,6%	Sub-Total (%)		32,0%	31,1%	-2,7%	

Relativamente ao movimento cirúrgico de internamento por GDH, temos como 1º GDH a cesariana sem cc, com um aumento de 0,3% face a 2008 que conjuntamente com o GDH 370 – Cesariana com complicações, cujo aumento é de 3,2%, representam 9,6% dos GDH's cirúrgicos de internamento.

Não obstante a transição da actividade de Oftalmologia para ambulatório, o seu peso no Internamento é ainda bem visível através do GDH 36 (procedimentos na retina) com aumentos de 20,3%.

Centro Hospitalar do Porto, EPE - 10 GDH's Médicos de Internamento mais Frequentes

Cod. GDH	Designação	Tipo GDH	Doentes Saídos		Var (09/08)	Peso Relativo
			2008	2009		
629	Recém-nascido, peso ao nascer > 2499g, sem procedimento significativo em B.O.. com diagnóstico de recém-nascido normal	M	3.823	3.506	-8,3%	18,7%
373	Parto vaginal, sem diagnósticos de complicação	M	1.692	1.455	-14,0%	7,8%
372	Parto vaginal, com diagnósticos de complicação	M	889	840	-5,5%	4,5%
466	Continuação de cuidados, sem história de doença maligna como diagnóstico adicional	M	590	720	22,0%	3,8%
541	Perturbações respiratórias, excepto infecções, bronquite ou asma, com CC maior	M	337	584	73,3%	3,1%
584	Septicémia, com CC maior	M	283	389	37,5%	2,1%
380	Abortamento, sem dilatação e curetagem	M	262	280	6,9%	1,5%
627	Recém-nascido, peso ao nascer > 2499g, sem procedimento significativo em B.O.. com problema maior	M	191	260	36,1%	1,4%
127	Insuficiência cardíaca e/ou choque	M	293	229	-21,8%	1,2%
544	Perturbações hepatobiliares e/ou pancreáticas, com CC maior	M	229	195	-14,8%	1,0%
10	Sub-Total		8.589	8.458	-1,5%	45,1%
328	Total		19.323	18.748	-3,0%	100,0%
3,0%	Sub-Total (%)		44,4%	45,1%	1,5%	

Os 10 GDH's médicos mais frequentes representam 45% do total da actividade médica. Os mais representativos são resultantes da codificação dos recém nascidos e partos vaginais.

Realce-se também o peso do GDH 466, em parte resultante da transferência de casos pediátricos atendidos pelas equipas do CHP no Hospital São João para continuidade de cuidados no internamento de Pediatria do Maria Pia.

De salientar ainda o peso dos GDH's relativos às doenças e perturbações do aparelho respiratório (GDH's 541, 127 e 544).

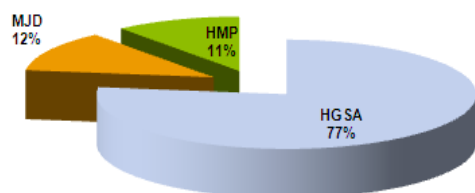
Intervenções Cirúrgicas e Doentes Operados

	CHP			CHP	
	Ano 2008	Ano 2009	09/08 (%)	Contr. 2009	Tx. de Realização 2009
C. Convencional (Base + Adicional)					
Intervenções	15.414	16.597	7,7%	15.750	105,4%
Doentes	11.331	11.698	3,2%	-	-
C. Ambulatório (Base + Adicional)					
Intervenções	15.889	18.966	19,4%	14.801	128,1%
Doentes	11.419	13.483	18,1%	-	-
Urgente					
Intervenções	6.925	7.425	7,2%	6.893	107,7%
Doentes	6.185	6.531	5,6%	-	-
Total					
Intervenções	38.228	42.988	12,5%	37.444	114,8%
Doentes	28.935	31.712	9,6%	-	-

A actividade cirúrgica registou em 2009 aumentos de 12,5% e 9,6% em procedimentos cirúrgicos e doentes, respectivamente. Foi ainda superado em 14% o número de procedimentos cirúrgicos previstos.

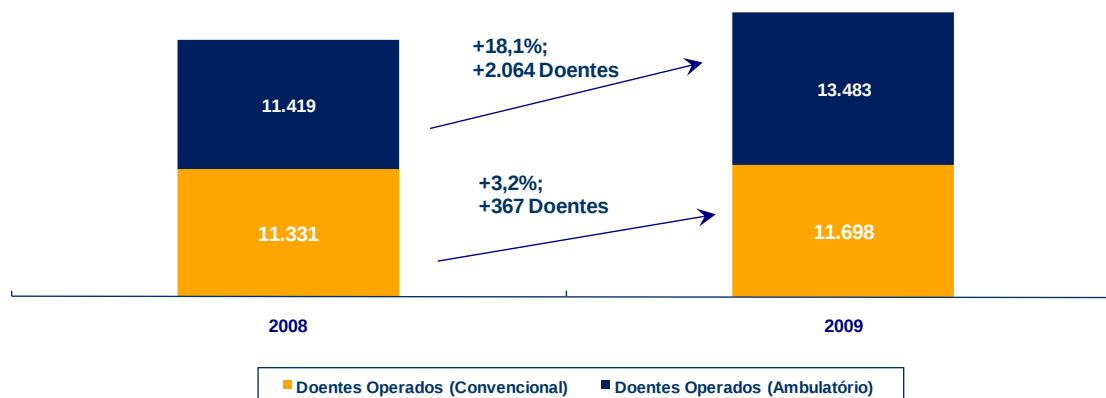
O aumento verificado é bastante expressivo na Cirurgia de Ambulatório, registando esta modalidade, face a 2008, aumentos de 18% no número de doentes. O aumento verificado na cirurgia em regime de internamento foi de 3,2%.

A actividade cirúrgica urgente também registou variações positivas de 5,6% no número de doentes operados.

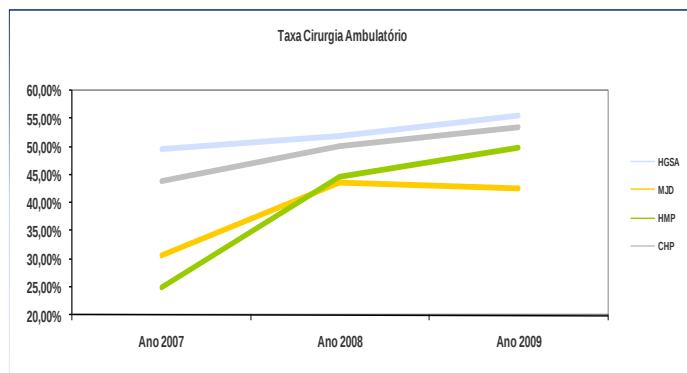


A execução da actividade cirúrgica foi maioritariamente realizada na Unidade Santo António (77%), sendo a restante actividade realizada na Maternidade Júlio Dinis (12%) e na Unidade Maria Pia (11%).

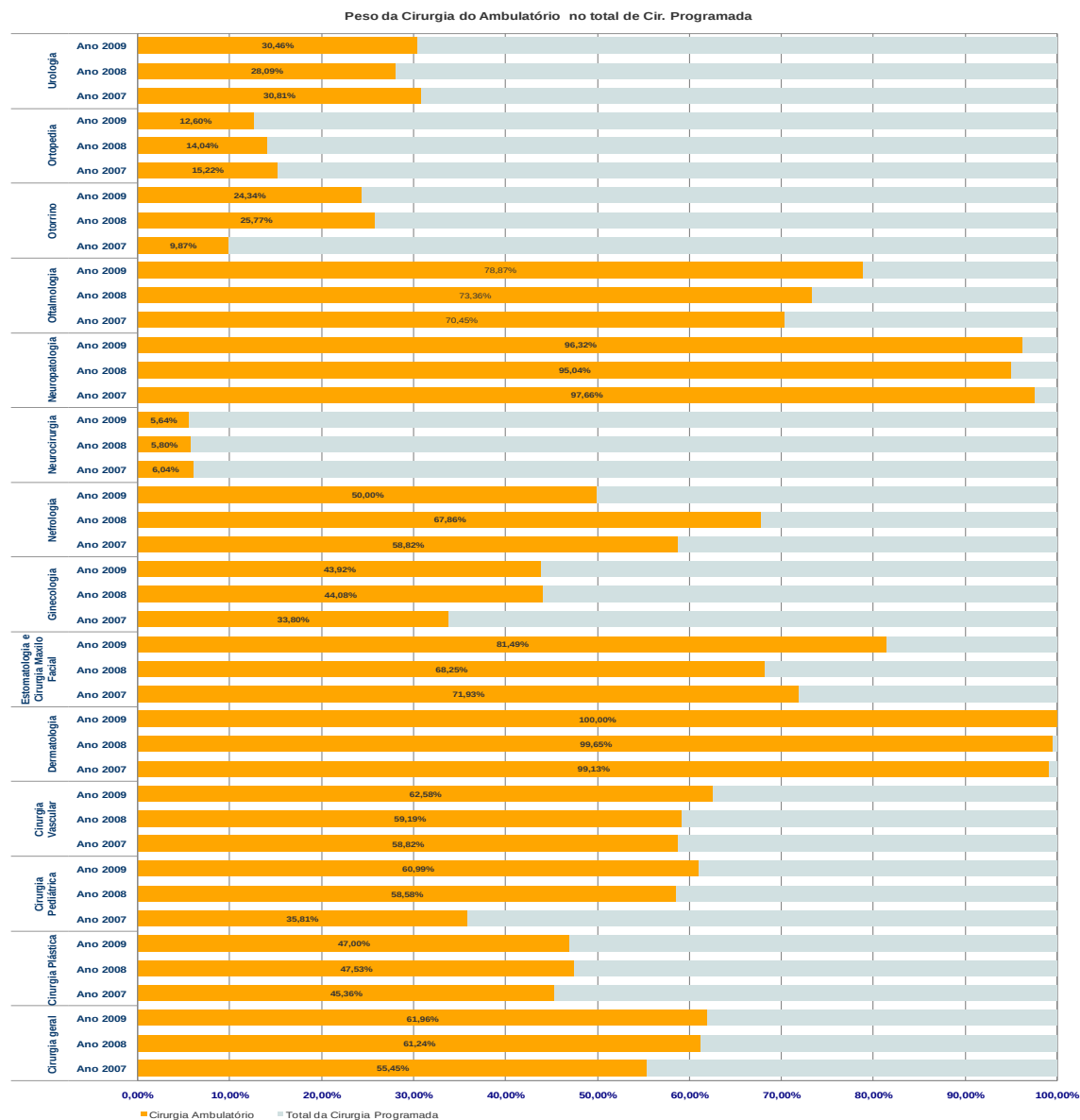
Actividade Cirúrgica Programada (Doentes Operados) ano 08/09



Foram operados nos blocos operatórios das três unidades, em regime programado, mais 2.431 doentes. Desses, 2.064 foram na modalidade de ambulatório.



A actividade de ambulatório tem assumido um ritmo crescente no CHP. Saliente-se o contributo favorável das unidades Maria Pia e Maternidade Júlio Dinis nesta modalidade de tratamento seguindo as boas práticas, há largos anos, existentes no Hospital Santo António.



O gráfico, expressa o crescente contributo da maioria das especialidades na Cirurgia de ambulatório.

Doentes Operados – Cirurgia de Ambulatório

	CHP			CHP	
	Ano 2008	Ano 2009	09/08 (%)	Contr. 2009	Tx. de Realização 2009
Doentes Operados Ambulatório	11.419	13.483	18,1%	10.815	124,7%
SNS	10.439	12.362	18,4%	9.824	125,8%
Não SNS	980	1.121	14,4%	991	113,1%

Foram operados em ambulatório 13.418 doentes, dos quais 2.610 em programas adicionais, ou seja 19% de toda a actividade cirúrgica de ambulatório.

Esta actividade apresentou um nível de execução de 124,7% nos doentes operados, sendo que a actividade SNS superou os valores previstos em mais de 25% e a actividade “Não SNS” em 13,1%.

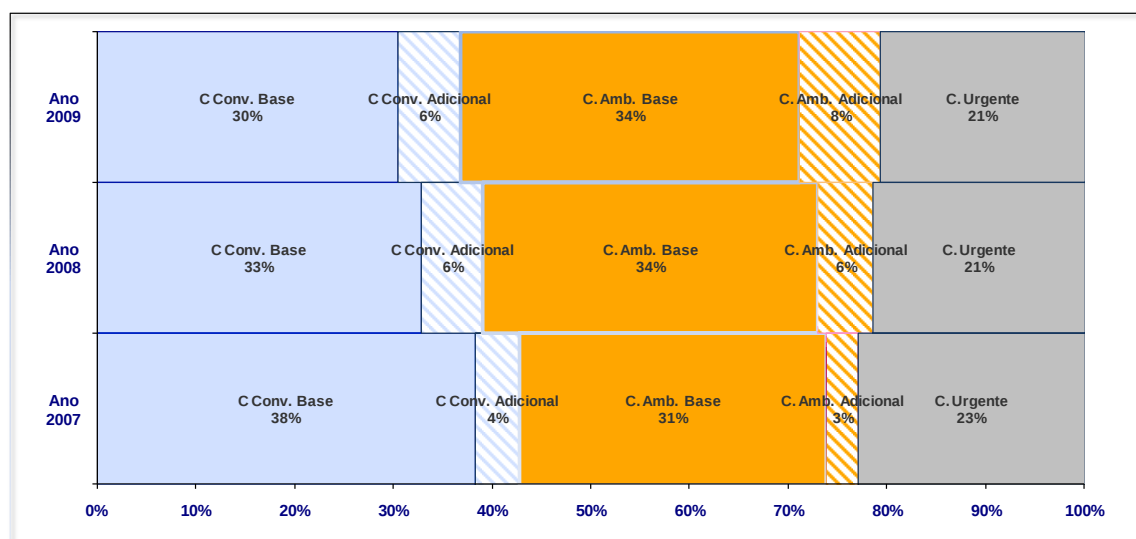
GDH's do Ambulatório

Centro Hospitalar do Porto, EPE - 10 GDH's Cirúrgicos de Ambulatório mais Frequentes

Cod. GDH	Designação	Tipo GDH	Doentes Saídos		Var (09/08)	Peso Relativo
			2008	2009		
39	Procedimentos no cristalino, com ou sem vitrectomia	C	2085	2825	35,5%	22,9%
270	Outros procedimentos na pele, no tecido subcutâneo e/ou na mama, sem CC	C	1995	2054	3,0%	16,6%
119	Laqueação venosa e flebo-extracção	C	814	939	15,4%	7,6%
42	Procedimentos intra-oculares, excepto na retina, íris e/ou cristalino	C	216	737	241,2%	6,0%
40	Procedimentos extra-oculares, excepto na órbita, idade > 17 anos	C	449	496	10,5%	4,0%
360	Procedimentos na vagina, colo do útero e/ou vulva	C	447	457	2,2%	3,7%
163	Procedimentos para hérnia, idade < 18 anos	C	238	378	58,8%	3,1%
364	Dilatação e/ou curetagem e/ou conização, excepto por doença maligna	C	231	325	40,7%	2,6%
162	Procedimentos para hérnia inguinal e/ou femoral, idade >17 anos, sem CC	C	302	299	-1,0%	2,4%
266	Enxerto cutâneo e/ou desbridamento, excepto por úlcera da pele ou celulite,	C	326	270	-17,2%	2,2%
10	Sub-Total		7.103	8.780	23,6%	71,2%
99	Total		11.059	12.340	11,6%	100,0%
10,1%	Sub-Total (%)		64,2%	71,2%	10,8%	

O top dos dez GDH's mais frequentes de ambulatório representa 71,2% de toda a actividade cirúrgica de ambulatório, sendo que todos eles, à excepção dos GDH's 162 e 266, aumentaram face a 2008. Saliente-se o GDH 39, que representa já 22,9% de toda a actividade do ambulatório cirúrgico, com crescimentos de 35,5% (+740 doentes) e o GDH 42 com 241,2% (+521 doentes), ambos de oftalmologia.

Tipo de Cirurgias no Total de Cirurgias



De acordo com as proporções expressas no gráfico podemos concluir o seguinte:

O peso da actividade convencional (em regime de internamento), e como já referido, perde peso para a actividade de Cirurgia de Ambulatório. Por seu lado a cirurgia Urgente mantém proporção idêntica à verificada em 2008.

Partos

	CHP			CHP	
	Ano 2008	Ano 2009	09/08 (%)	Contr. 2009	Tx. de Realização 2009
Distócitos	2.352	2.287	-2,8%	2.238	102,2%
Cesarianas	1.742	1.761	1,1%	1.698	103,7%
Outros	610	526	-13,8%	540	97,4%
Eutócitos	2.040	1.807	-11,4%	2.031	89,0%
Total de Partos	4.392	4.094	-6,8%	4.269	95,9%
Partos Múltiplos	93 (2 Trig)	87 (2 Trig)	-6,5%	-	-
Partos / Dia	12,0	11,2	-6,5%	11,7	95,9%
% Cesarianas	39,7%	43,0%	8,4%	39,8%	108,1%
% Nados Mortos	0,40%	0,26%	-34,6%	-	-

A evolução no número de partos manifesta uma tendência decrescente, em parte consequência da quebra de natalidade que se vem a registar nos últimos anos. Em 2009

foram realizados menos 298 partos (-6,8%) que em 2008. Comparando com os valores estimados no Plano de Desempenho para 2009, já inferiores aos valores realizados em 2008, a produção de 2009 ficou abaixo do previsto em 171 partos.

Foram realizados menos 0,8 partos dia que em 2008. Fizeram-se menos 6 partos múltiplos que em 2008.

O recurso à cesariana aumentou 1,1%, representando 43% do total de partos realizados e ultrapassando negativamente a meta prevista de 39,8% e os valores de 2008 (39,7%).

De positivo, há a registar a redução significativa da percentagem de nados mortos.

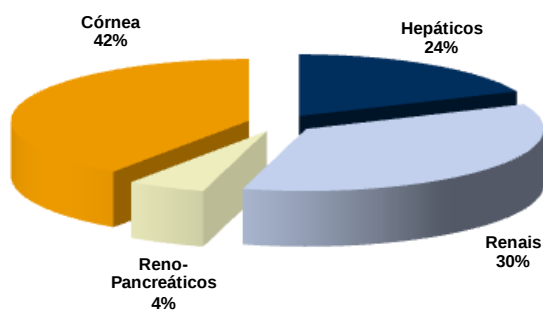
Transplantes

	2008	2009	09/08 (%)	Contr. 2009	Tx. de Realização 2009
Hepáticos	79	69	-12,7%	70	98,6%
Renais*	100	134	34,0%	80	167,5%
Reno-Pancreáticos	14	20	42,9%	15	133,3%
Córnea	142	151	6,3%	140	107,9%

* inclui reno-pancreáticos

A actividade de transplantação, com excepção do transplante hepático, aumentou face a 2008. Assim em 2009, foram realizados mais 34 transplantes renais, mais 6 transplantes reno-pancreáticos e mais 11 transplantes de córnea. A actividade de transplantação hepática veio a reduzir a sua actividade em 11 transplantes.

Relativamente à produção contratada com a Autoridade para os Serviços de Sangue e Transplantação há a registar o desvio negativo de um transplante hepático, sendo superadas todas a metas de produção nos restantes tipos de transplante.



Em 2009, do total de transplantes realizados o transplante de córnea absorve 42%, seguidamente dos renais (30%), dos hepáticos (24%) e dos Reno-pancreáticos (4%).

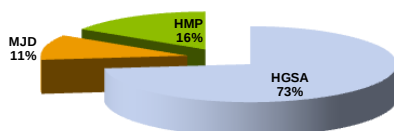
5.3- Consulta Externa

	CHP			CHP	
	Ano 2008	Ano 2009	09/08 (%)	Contr. 2009	Tx. de Realização 2009
1 ^{as}	125.467	135.175	7,7%	131.147	103,1%
Subsequentes	411.693	428.793	4,2%	414.213	103,5%
Total Consultas Médicas	537.160	563.968	5,0%	545.360	103,4%
SNS	492.316	520.562	5,7%	-	-
Não SNS	56.183	55.349	-1,5%	-	-
Consultas Médicas	537.160	563.968	5,0%	545.360	103,4%
SNS	482.015	509.767	5,8%	488.906	104,3%
Não SNS	55.145	54.201	-1,7%	56.454	96,0%
Consultas Não Médicas	11.339	11.943	5,3%	11.333	105,4%
% 1 ^{as} Consultas (médicas)	23,4%	24,0%	2,6%	24,0%	99,7%
2 ^{as} /1 ^{as}	3,3	3,2	-3,3%	3,2	100,4%
Consultas/Dia útil	2.170	2.274	4,8%	2.173	104,7%

Em 2009 foram realizadas 563.968, mais 26.808 consultas que no ano 2008 - mais 9.708 primeiras e mais 17.100 subsequentes. Estes valores permitiram superar as metas definidas em 4.028 para primeiras consultas e em 14.580 consultas subsequentes. O crescimento verificado no número de primeiras consultas médicas (7,7 %) permitiu aumentar o rácio de primeiras consultas (23,4% em 2008 para 24% em 2009), melhorando os níveis de acessibilidade ao hospital, e cumprindo exactamente a meta prevista no contrato programa.

Por dia útil, em média, foram realizadas mais 109 consultas que em 2008. A relação segundas consultas/primeiras reduziu-se ligeiramente, mas situou-se ainda acima das três consultas por cada primeira consulta.

Conclua-se ainda que o acréscimo das consultas médicas em 5% foi impulsionado pela produção a utentes do SNS (+5,8%), já que a actividade para subsistemas e outras entidades reduziu em 1,7%. A actividade SNS superou em 4,3% as metas a que estamos vinculados no contrato programa.



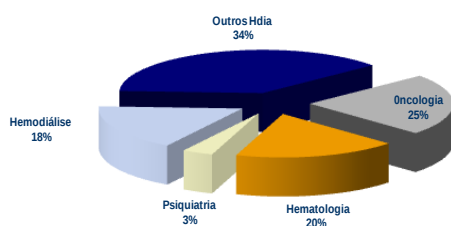
A actividade da consulta reparte-se por 73% no espaço físico do Santo António e respectivos apêndices, 16% no Maria Pia e Magalhães Lemos e 11% na Maternidade Júlio Dinis.

5.4 - Hospital Dia

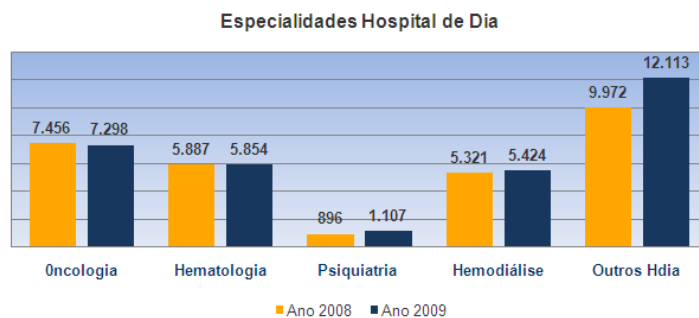
	CHP			CHP	
	Ano 2008	Ano 2009	09/08 (%)	Contr. 2009	Tx. de Realização 2009
Sessões	29.532	31.796	7,7%	-	-
SNS	24.987	27.508	10,1%	-	-
Não SNS	4.545	4.288	-5,7%	-	-
Doentes	5.495	6.134	11,6%	-	-
Sessões/Doentes	5,37	5,18	-3,5%	-	-
Sessões/Dia útil	119	128	7,4%	-	-

O número de sessões de hospital dia aumentou 7,7% face ao ano anterior, muito embora tivesse havido uma ligeira redução do número médio de sessões por doente. Por dia útil foram realizadas mais 9 sessões que no ano anterior.

A actividade em regime de Hospital dia concentra-se maioritariamente no Santo António (90%) sendo essa em 37% realizada no Hospital Dia Polivalente e 63% nos hospitais dia periféricos desta unidade. Os restantes 10% têm actualmente realização física no Hospital Maria Pia e Magalhães Lemos.



Do total de sessões de Hospital Dia realizadas, 25% respeitam aos hospitais de Oncologia e 20% a hospitais dia de Hematologia. A Hemodiálise representa 18%, sendo que “os outros Hospitais Dia” absorvem 34%, repartidos por variadíssimas especialidades. A Psiquiatria apresenta um peso pouco expressivo (3%).

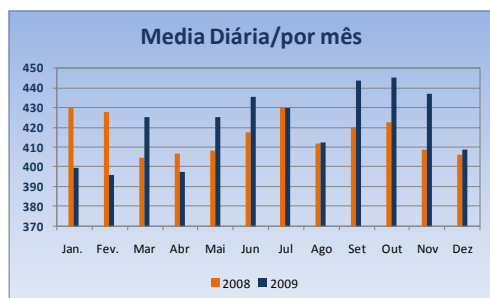


As “outras sessões de hospital dia” tiveram o maior crescimento (21%). Saliente-se ainda o desvio favorável das sessões de Pedopsiquiatria (+23%) e Hemodiálise 82%). As sessões de Hematologia e Oncologia registaram reduções de 2% e 0,6%, respectivamente.

5.5- Urgência

	CHP			CHP	
	Ano 2008	Ano 2009	09/08 (%)	Contr. 2009	Tx. de Realização 2009
Episódios de Urgência	152.293	154.171	1,2%	148.235	104,0%
SNS	133.661	136.577	2,2%	-	-
Não SNS	18.632	17.594	-5,6%	-	-
SNS (s/ Destino Internamento)	119.920	122.040	1,8%	117.071	104,2%
Urgência/Dia	416	422	1,5%	406	104,0%
Urgência/Hora	17	18	1,5%	17	104,0%
% internados	10,11%	9,82%	-2,9%	-	-
% óbitos	0,03%	0,02%	-26,5%	-	-
% altas	81,81%	81,25%	-0,7%	-	-
% transf. p/ outros hospitais	1,14%	1,02%	-10,7%	-	-
% transf p/ C. Saúde	6,92%	7,89%	14,1%	-	-

A Urgência vem em 2009 contrariar a tendência decrescente dos últimos anos, registando um aumento de 1,2% e superando em 4% os limites de produção prevista.



Foram realizadas por dia útil uma média de 422 episódios, o equivalente a 18 episódios hora (mais 6 doentes dia e mais um doente hora que no ano anterior). A inversão desta tendência teve por base a inclusão de Gondomar na área de influência do CHP (unidade Santo António) e a afluência às Urgências motivada pela Gripe

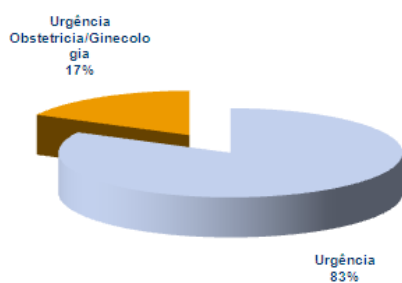
H1N1 (nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro).

O maior número de Urgências propiciou ainda um aumento no número de internamentos urgentes em 5,1% (conforme já analisado no ponto 5.2 – Internamento), ainda que o peso

dos internados fosse menor ao de 2008, ou seja, por cada 10,1 doentes vindos a urgência 1 foi internado, enquanto em 2008 1 em cada 9,8 doentes que ingressaram na urgência foram internados.

A transferência para outros hospitais reduziu ligeiramente, enquanto a transferência para outros centros de saúde aumentou significativamente.

Analizando apenas as urgências SNS cujo destino não foi o internamento, e sobre a qual estamos vinculados em contrato programa, regista-se um aumento de 1,8% face a 2008 e de um aumento de 4,2% face a 2009.



Saliente-se o peso da Urgência Ginecológica e Obstétrica de 17% no total da Urgência.

5.6- Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

No que respeita aos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, facilmente concluímos que o grande peso de actos realizados concentra-se nas áreas de Análises Clínicas, Imagem e Medicina Física de Reabilitação.

	Realizados CHP		Realizados no Exterior	
	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2008	Ano 2009
Imagiologia	207.203	215.817	1.570	178
Anatomia Patologica	39.094	40.183	32	59
Análises Clínicas	3.968.995	4.083.567	6.445	4.541
Medicina Nuclear	6.653	5.458	211	245
Gastroenterologia	14.787	11.841	217	492
Medicina Física e Reabilitação	209.638	241.440	32.055	44.947
Cardiologia	40.891	44.502	263	152
Neurofisiografia	9.252	9.265	1	15
Oftalmologia	31.580	16.936	332	392
Pneumologia	13.447	25.328	168	110
Urologia	12.947	13.786	234	26
Otorrinolaringologia	16.649	19.665	26	25
Imuno-hemoterapia	14.486	464.999	160	195
Dermatologia	5.795	4.443	0	0
Ginecologia/Obstetricia	46.471	41.415	168	0
Reumatologia	903	641	0	
Outros	213.762	232.493	2.793	3.189

O grau de dependência da instituição face ao exterior é diminuto, resultado da diferenciação técnica que mantém nesta área e da capacidade instalada que possui para satisfazer a produção interna. A produção realizada no exterior não chega a absorver 1% de toda a actividade requisitada tendo mesmo reduzido face a 2008.

Evidencia-se apenas a área da Medicina Física e Reabilitação com um nível de dependência, face ao exterior, de 15,7%.

5.7 – Acesso a Cuidados de Saúde

Consulta Externa:

ESPECIALIDADE	Pedidos a aguardar consulta. Tempo previsto até à data da consulta em pedidos agendados			Consultas Realizadas em 2009 Tempo até à realização da consulta por nível de prioridade					% consultas fora TMRG
	N.º Pedidos agendados	Tempo médio (dias)	Tempo máximo (dias)	N.º Consultas Realizadas	"Muito prioritária" Realizadas até 30 dias	"Prioritária" Realizadas entre 31e 60 dias	"Normal" Realizadas entre 60 150 dias	Consultas Realizadas Fora TMRG	
Anestesiologia	0	0	0,0	3	0	0	2	1	33%
Anestesiologia - Dor	3	110,6	129,0	16	0	0	10	6	38%
Angiologia/Cirurgias Vasculares	114	63,4	147,8	871	2	18	849	2	0%
Cardiologia	52	67,3	273,8	271	9	48	214	0	0%
Cardiologia Pediátrica	0	0	0,0	11	0	0	11	0	0%
Cirurgia Geral	373	98,2	351,8	1.418	11	74	1.287	46	3%
Cirurgia Pediátrica	30	54,9	188,7	124	0	0	123	1	1%
Cirurgia Plástica Reconstructiva	0	0	0,0	9	0	0	9	0	0%
Dermato-venereologia	1.264	268,4	688,8	1.412	3	22	681	706	50%
Endocrinologia - Nutrição	127	138,6	425,8	285	2	29	119	135	47%
Estomatologia	122	82,9	261,9	408	3	9	391	5	1%
Gastrenterologia	190	120,2	462,8	435	2	11	379	43	10%
Ginecologia	341	112,7	335,0	2.054	32	408	1.176	438	21%
Hematologia Clínica	14	45,3	89,8	92	1	9	80	2	2%
Imuno-alergologia	14	67,9	96,2	72	3	10	57	2	3%
Medicina Física e de Reabilitação	5	115,7	178,9	20	0	1	15	4	20%
Medicina Interna	61	77,2	205,7	214	2	10	200	2	1%
Nefrologia	22	67,6	172,8	138	0	7	130	1	1%
Neurocirurgia	57	110,0	201,6	264	2	16	234	12	5%
Neurologia	137	89,6	241,1	395	0	11	381	3	1%
Neuropediatria	2	38,3	41,8	21	1	0	18	2	10%
Obstetrícia	63	29,2	95,1	1.494	34	451	1.001	8	1%
Oftalmologia	224	143,7	324,9	973	0	0	874	99	10%
Ortopedia	802	165,5	687,6	1.440	0	96	1.098	246	17%
Otorrinolaringologia	4	172,3	367,8	1.369	0	0	1.366	3	0%
Pediatria	41	60,8	247,9	334	3	56	270	5	1%
Psicologia	0	0	0,0	22	0	0	21	1	5%
Psiquiatria da Infância e da Adolescência	47	70,3	111,9	139	0	6	124	9	6%
Urologia	200	96,8	275,0	618	3	52	550	13	2%
Total	4.309	161,8	688,8	14.922	113	1.344	11.670	1.795	12%

Fonte: ARS (ADW-CTH)

O quadro revela, de um modo geral, bons acessos dos utentes à consulta, ou seja, dentro dos tempos legalmente aceitáveis (Portaria nº 1529/2008 de 26 de Dezembro). Saliente-se no entanto, a maior dificuldade no acesso à consulta de Dermatologia, Endocrinologia, Ginecologia e Ortopedia. Nestas especialidades, o número de consultas realizadas fora dos

tempos máximos de resposta garantidos (TMGR) foram superiores à média do CHP. No total do Centro Hospitalar, em 2009, foram realizadas cerca de 12% de consultas fora dos TMGR.

Lista de espera Cirúrgica

ESPECIALIDADE CIRURGIAS	Tipos de Cirurgia		
	CONV	AMB	TOTAL
Angiologia e Cirurgia Vascular	777	385	1.162
Cirurgia Geral	1.139	561	1.700
Cirurgia Maxilo-Facial	35	91	126
Cirurgia Pediátrica	146	194	340
Cirurgia Plástica	152	9	161
Dermato-Venereologia	1	95	96
Estomatologia PED	22	118	140
Ginecologia	235	149	384
Neurocirurgia	306	12	318
Obstetrícia	11	7	18
Oftalmologia	54	944	998
Ortopedia	1.740	51	1.791
Otorrinolaringologia	811	253	1.064
Urologia	604	98	702
Outras (Nefrologia)	3	5	8
Total	6.036	2.972	9.008

Fonte: SONHO

A 31 de Dezembro de 2009 encontravam-se a aguardar cirurgia sensivelmente 9.000 doentes, dos quais 67% aguardavam cirurgia em regime de internamento.

A Ortopedia representa 20% dos doentes em espera, Cirurgia Geral 19%, Cirurgia Vascular 13% e Otorrino 12% todas estas especialidades com mais de 1.000 doentes em espera.

5.8 – Actividades Não Assistenciais

Desenvolvimento dos Sistemas de Informação

Ao nível dos Sistemas de Informação há destacar os seguintes Desenvolvimentos:

- ✓ Continuidade da concepção e Implementação do Processo Clínico Electrónico e módulos associados, o Circuito Electrónico do Medicamento e E-Requisições;
- ✓ Interligação e consolidação das bases de dados do SONHO das três unidades do Centro Hospitalar e do Portal Interno;
- ✓ Desenvolvimento e implementação em parceria com a ACSS do Módulo do SAPE para a Consulta Externa e Hospital de Dia;
- ✓ Início do projecto de Gestão de Filas de Espera;
- ✓ Projecto Baby Care.

Da infra-estrutura computacional e de comunicação do CHP evidenciam-se os 2400 postos de trabalho distribuídos pelas unidades, que proporcionam o acesso aos sistemas.

Melhoria Contínua da Qualidade

O Centro Hospitalar do Porto, EPE tem implementadas várias metodologias de melhoria contínua da qualidade, as quais se conjugam visando a estruturação de um modelo organizativo que proporcione à gestão, aos profissionais, aos utentes e visitantes um conjunto de regras de funcionamento que garantam, ao nível da estrutura, dos processos e dos resultados as melhores soluções.

O Hospital de Santo António encontra-se Acreditado desde 2005 pelo CHKS, entidade Inglesa dedicada à acreditação de Hospitais, tendo sido celebrado em Maio de 2009 um contrato para implementação da Versão de 2006 de Manual Internacional de Acreditação de Hospitais. Esta Unidade será objecto de Auditoria Externa em Julho de 2010. As outras duas Unidades que integram o CHP – a Maternidade Júlio Dinis e o Hospital Maria Pia - sem

prejuízo da implementação dos critérios do manual, só num momento posterior, e em função da maturidade do processo, serão auditadas.

Trata-se de um referencial criado especificamente para a área de prestação de cuidados de saúde, e incide sobre aspectos organizacionais, actuando sobre eles no sentido de estabelecer garantias de que a prática clínica decorre em condições de segurança para utentes, profissionais e visitantes.

A filosofia da norma é abrangente, e a sua implementação efectua-se em 6 grandes temáticas:

- 1) **Governança institucional e clínica**, que abrange 21 normas, donde se destaca, pela importância e criticidade do cumprimento dos critérios, a área da Administração Clínica e da Gestão do risco nas suas múltiplas vertentes – clínica e geral, higiene e segurança, segurança contra incêndios, controlo de infecções, gestão de resíduos, segurança, ressuscitação/reanimação, gestão de medicamentos e gestão de processos clínicos;
- 2) **Gestão Operacional** (4 normas), cujo enfoque se coloca ao nível dos Serviços, e que se centra nas questões do planeamento e gestão da actividade, no trabalho em equipa, formação e desenvolvimento e meio físico dos serviços;
- 3) **Serviços Hoteleiros e de Apoio** (6 normas), com incidência nas áreas de gestão de edifícios, alimentação, limpeza, comunicações, recepção e atendimento;
- 4) **A experiência do doente** (5 normas), onde se trata a temática dos direitos do doente e sua implementação, política de informação e necessidades especiais dos doentes;
- 5) **O percurso do doente** (4 normas) que incide sobre as políticas de admissão, alta e referência, bem como sobre o planeamento, organização e prestação de cuidados;
- 6) **Serviços Clínicos** (24 normas) onde, para serviços os serviços das várias especialidades, se estabelecem critérios específicos que permitem monitorizar e garantir que, ao nível das diferentes especialidades, se observa a melhor prática organizacional, condição essencial da boa prática clínica.

A opção por um modelo de Acreditação Organizacional decorre da convicção de que só é possível garantir uma prática clínica segura, efectiva, equitativa e eficiente se a mesma se desenrolar num contexto organizado e seguro, onde os actores estão dotados de formação e instrumentos de actuação que lhes permitam, em qualquer circunstância, conduzir a

actividade operacional em condições de segurança para os doentes, seus familiares e visitantes, e também para os profissionais. É um sistema de aplicação transversal e universal, pelo que se aplica a todas as áreas de actuação e todos os funcionários estão envolvidos e participam.

Paralelamente, há um conjunto de 10 Serviços com implementação da Certificação ISO, que é uma metodologia de Gestão por Objectivos e que se tem revelado de extrema eficácia enquanto modelo de desenvolvimento dos serviços, contando com a base organizacional proporcionada pela Acreditação Internacional. Encontram-se certificados os serviços de Hematologia Clínica, Central de Esterilização, Serviço de Nefrologia, Hospital de Dia Polivalente, Serviços Hoteleiros, Serviço de Alimentação e Dietética, Serviço de Urgência, e Corelab e em fase de preparação dos processos ou a aguardar Auditoria Externa de Concessão o Centro de Procriação Medicamente Assistida, o Programa de Transplantação de Córnea e os Serviços Farmacêuticos.

O CHP tem ainda em implementação vários projectos Lean: na Consulta Externa – LinCE; no Bloco Operatório – LeanOR – e nos Serviços Farmacêuticos.

5.9 - Evolução dos Principais Indicadores Económico-Financeiros

Desempenho Económico e Execução Orçamental

O exercício de 2009 encerrou com um resultado líquido negativo de 33,4 M€, ao qual corresponde um resultado operacional de idêntico montante, na medida em que o efeito positivo dos resultados financeiros foi praticamente anulado pelos resultados extraordinários.

Os resultados financeiros, no montante de 990 mil euros, advêm dos juros de depósitos bancários e da aplicação financeira detida no Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do SNS, durante o ano de 2009, bem como dos descontos financeiros obtidos na negociação de pagamentos a fornecedores.

Os resultados extraordinários negativos de 908 mil euros, resultaram essencialmente do efeito conjugado da transferência de proveitos diferidos para proveitos extraordinários, na proporção das amortizações do imobilizado financiado e da regularização do excesso de estimativa registada em 2008, relativa a medicamentos facturáveis à ACSS, no âmbito do contrato programa, cujo valor efectivo ficou reduzido em 2,8 M€, face ao valor previsto, em virtude de não ter sido assumido por aquela entidade o pagamento de alguns medicamentos cedidos em regime ambulatorio, tendo como consequência um agravamento do resultado líquido, de igual montante. Se esta situação não tivesse ocorrido, o agravamento dos resultados operacionais face ao ano anterior, teria sido de apenas 3,9%.

O mapa a seguir apresentado compara por grandes grupos de custos e proveitos, os valores orçamentados e realizados, bem como os respectivos desvios verificados.

Rubricas	Orçamentado 2009	Realizado 2009	Desvio Orçamental
CMVMC	82.567.855	91.457.972	10,8%
Fornecimento e serviços externos	22.721.937	28.225.921	24,2%
Custos com pessoal	138.054.794	141.845.158	2,7%
Outros custos	8.161.287	12.188.306	49,3%
Total Custos	251.505.873	273.717.357	8,8%
Prestações de serviços	223.889.341	224.222.557	0,1%
Outros proveitos	13.004.835	16.129.748	24,0%
Total Proveitos	236.894.176	240.352.305	1,5%

A análise deste mapa permite concluir que, globalmente, os custos totais ultrapassaram os previstos em 8,8%, enquanto que os proveitos totais registaram um aumento de 1,5% relativamente aos estimados.

O défice orçamental inicialmente previsto, no montante de 14,6 M€, foi assim ultrapassado em consequência dos desvios negativos registados nas rubricas de custos e perdas.

Analisando os desvios orçamentais mais significativos, verifica-se que o desvio desfavorável de 10,8%, no CMVMC se fica a dever, em grande parte, ao facto desta rubrica não registar apenas os medicamentos de consumo interno, mas também os de cedência em ambulatório nos termos da legislação em vigor e ainda os medicamentos fornecidos para tratamento de doenças lisossomais.

O desvio orçamental 2,7% verificado na rubrica de custos com pessoal, reflecte o aumento salarial aprovado para a função pública, não considerado no orçamento de 2009, por não ser conhecido à data da sua elaboração.

Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, verificou-se uma insuficiente dotação orçamental por não serem conhecidos os valores definitivos do fecho das contas de 2008, conforme se pode constatar através do desvio efectivo de 7%.

No que concerne aos proveitos e ganhos, os valores realizados superaram globalmente os previstos em 1,5%, em resultado do acréscimo verificado na produção.

Situação Financeira

O quadro seguinte evidencia de forma agregada as variações ocorridas nas rubricas do balanço, durante o exercício de 2009:

Rubricas	31-12-2009	31-12-2008	Var 08/09
Imobilizado líquido	45.121.286	33.889.643	33,1%
Activo circulante	61.956.381	99.686.254	-37,8%
Acréscimos e diferimentos	18.072.730	8.734.746	106,9%
Total Activo	125.150.397	142.310.643	-12,1%
Fundos Próprios	53.427.281	57.797.612	-7,6%
Provisões para riscos e encargos	1.302.345	1.245.522	4,6%
Dívidas a terceiros M/L prazo	353.744	640.854	-44,8%
Dívidas a terceiros CP	47.655.825	60.510.329	-21,2%
Acréscimos e diferimentos	22.411.202	22.116.326	1,3%
Total Passivo	71.723.116	84.513.031	-15,1%
Total Fundos Próprios e Passivo	125.150.397	142.310.643	-12,1%

A análise do balanço permite constatar que não obstante a dotação de capital ocorrida no exercício, no montante de 28,5 M€, os fundos próprios registaram uma variação negativa de 4 M€, em consequência do resultado negativo obtido.

A diminuição dos capitais alheios ficou a dever-se essencialmente à amortização do adiantamento obtido junto do Fundo de Apoio do Sistema de Pagamentos do SNS.

A variação do imobilizado líquido decorreu de obras de remodelação e de projectos de investimento em curso, dos quais se destaca o Centro de Cirurgia de Ambulatório.

O decréscimo significativo registado no activo circulante e em particular nas disponibilidades, está relacionado com o resgate da aplicação de tesouraria no FASP do SNS e a necessidade de utilização de meios líquidos com vista à amortização do empréstimo já referido e ainda ao cumprimento do prazo estabelecido para pagamento a fornecedores de acordo com o programa Pagar a Tempo e Horas.

Os acréscimos e diferimentos activos registados, resultaram de serviços prestados a utentes do SNS, não facturados no exercício, à ACSS, em virtude do arranque tardio do processo de facturação no âmbito do contrato programa.

Os indicadores a seguir apresentados, permitem avaliar a natureza do impacto originado na solidez financeira do CHP, pelas variações ocorridas na estrutura do seu balanço.

Indicadores	2009	2008
Autonomia Financeira	43%	41%
Solvabilidade	74%	69%
Endividamento	57%	59%
Liquidez geral	1,30	1,65
Liquidez reduzida	1,10	1,50

O grau de autonomia financeira que passou de 41% para 43% não corresponde a uma real melhoria da situação financeira, porquanto ficou fundamentalmente a dever-se a uma

redução significativa do activo líquido, mas na rubrica de disponibilidades. A variação negativa ocorrida nos fundos próprios traduziu-se numa perda significativa de capacidade de financiamento dos activos.

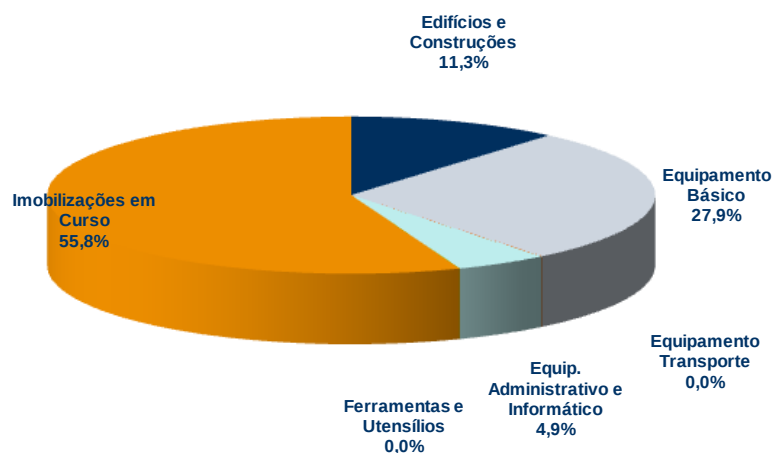
As razões que contribuem para a variação positiva do indicador de endividamento, são as mesmas que justificam a variação registada na autonomia financeira, isto é a utilização das disponibilidades para amortizar o empréstimo concedido pelo FASP.

Não obstante as variações favoráveis observadas nos indicadores de autonomia financeira e solvabilidade, a tendência negativa verificada nos indicadores de liquidez, começa a reflectir alguma dificuldade para fazer face aos compromissos financeiros de curto prazo, tendo em conta a existência de dívidas significativas das ARS's e Hospitais do Sector Público Administrativo, cuja cobrança se tem revelado difícil.

5.10 - Investimentos

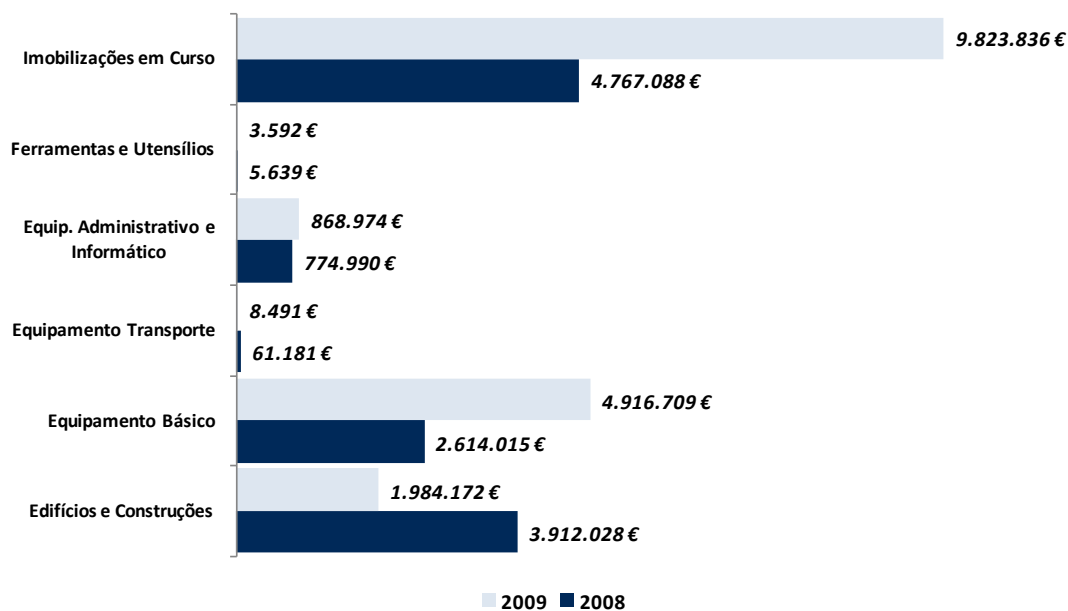
O montante global de investimento bruto ascendeu, em 2009, a um valor de 17.605.774 €.

Estrutura do investimento realizado



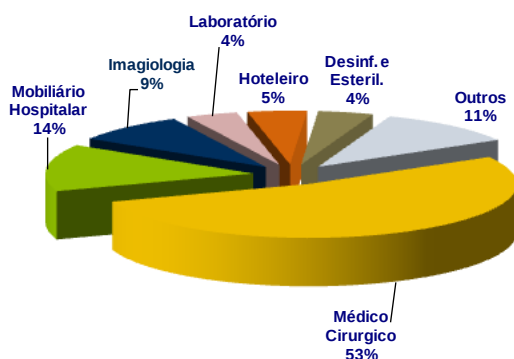
Do valor total investido, 56% respeita a Imobilizações em Curso, 11% a Edifícios e Outras Construções e 28% a Equipamento Básico.

Investimento por rubrica (2008-2009)



A composição do investimento não é alheia ao esforço de construção de novas infra-estruturas, remodelação das existentes e reorganização de serviços. A construção do Centro de Cirurgia Ambulatório, a modernização dos edifícios Neoclássico do Santo António, da Maternidade Júlio Dinis e a beneficiação das instalações do Hospital Maria Pia, a constituição do Centro de Procriação Medicamente Assistida, bem como as imobilizações em curso e edifícios e outras construções, representam no seu conjunto mais de metade do investimento do ano.

No que respeita ao equipamento básico, cifrou-se em sensivelmente 4,9 milhões de euros, ao passo que o equipamento administrativo e informático contabilizou perto de 0,9 milhões.



Do total investido em equipamento básico, 53% respeitam a equipamento médico-cirúrgico, 14% a mobiliário hospitalar, 9% a equipamento de imagiologia, sendo que o restante equipamento básico representam 24% do valor investido.

Fazendo agora uma comparação com o ano anterior, por um lado, e com os valores previstos, por outro, podemos concluir que na globalidade o investimento em 2009 foi superior ao de 2008, mas ficou aquém do contratualizado.

Rubrica	Realizado			Contratualizado	
	2008	2009	Variação	Contr. 2009	Tx. Realização 2009
Edifícios e Construções	3.912.028 €	1.984.172 €	-49%	1.594.737 €	124%
Equipamento Básico	2.614.015 €	4.916.709 €	88%	5.977.764 €	82%
Equipamento Transporte	61.181 €	8.491 €	-86%	0 €	-
Equip. Administrativo e Informático	774.990 €	868.974 €	12%	600.000 €	145%
Ferramentas e Utensílios	5.639 €	3.592 €	-36%	0 €	-
Imobilizações em Curso	4.767.088 €	9.823.836 €	106%	29.652.411 €	33%
Total	12.134.941 €	17.605.774 €	45%	37.824.912 €	47%

No entanto, nas rubricas edifícios e outras construções e equipamento administrativo e informático, o valor investido foi superior às metas definidas.

O valor das imobilizações em curso duplicou em 2009. O investimento em equipamento básico teve também um aumento muito significativo de 2008 para 2009. Por outro lado, verificou-se uma diminuição de aproximadamente 2 milhões de euros na rubrica de edifícios e outras construções.

O valor das imobilizações em curso reflecte um desfasamento temporal na execução dos investimentos face ao previsto, em especial na construção do Centro de Cirurgia Ambulatório.

No quadro seguinte apresentam-se os dez equipamentos com maior peso no total de investimento em 2009. A maior fatia do investimento foi canalizada para equipamentos de imagem e médico-cirúrgicos específicos.

Equipamento	Quantidade	Valor Total
ECOGRAFO	5	336.504,00 €
VENTILADOR	7	308.100,00 €
MONITOR SINAIS VITAIS	87	256.741,66 €
UPGRADE	6	242.816,64 €
CAMA	85	214.285,49 €
INCUBADORA	9	169.219,08 €
MONITOR	305	167.910,84 €
SISTEMA COMPLETO DE ELECTROFISIOLOGIA	1	161.640,00 €
PROGRAMA	115	147.890,79 €
MARQUESA	48	139.418,16 €
Sub-Total		2.144.526,66 €
% no Total do Investimento em Equipamento*		37,0%
% no Total do Investimento		12,2%

* Equipamento Básico, de Transporte, Administrativo e Informático e Ferramentas e Utensílios

6 - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ACTIVIDADE PARA 2010

Objectivos e linhas estratégicas:

Vamos concluir em 2010 o trabalho interno de revisão estratégica que estamos a desenvolver e que consideramos essencial na identificação de um rumo para a instituição que dê resposta às alterações verificadas no ambiente hospitalar da Área Metropolitana do Porto. A partir daqui passaremos a contar com objectivos e uma estratégia desenhada para os próximos 3 anos, o que tornará mais fácil o trabalho de mobilização e comprometimento dos profissionais do CHP.

Iremos concluir também a integração clínica que ainda falta realizar, no âmbito dos Serviços pediátricos, o que permitirá começar, desde já, a aprontar a futura organização da área pediátrica do Centro Materno-Infantil do Norte e a preparar os trabalhos de construção da unidade de internamento pediátrico no Hospital de Santo António.

Finalmente, iremos continuar a trabalhar no processo de reversão da situação económica deficitária da instituição, com a adopção de uma série de medidas que permitirão tornar mais eficiente a utilização dos recursos que temos disponíveis. Nesse sentido, a contratualização com os Departamentos e Serviços do Centro foi terminada, tendo dado origem a um documento de compromisso com o Conselho de Administração, onde está definida a produção a realizar, os projectos a considerar, recursos disponíveis, nomeadamente humanos, e investimento autorizado, tendo por enquadramento a produção e os recursos contratualizados com a Administração Regional de Saúde do Norte para 2010.

Evolução Operacional para 2010 (Centro Hospitalar)

De seguida, apresentam-se as projecções da actividade do Centro Hospitalar, tendo em conta a última negociação com a ARS Norte, estando no entanto estes valores previstos condicionados à assinatura do Contrato Programa.



Para o Internamento está previsto um crescimento de 1,1% em Doentes Equivalentes, podendo o CHP assumir uma margem de crescimento até 3,3% para um mesmo volume de custos. A Cirurgia de Ambulatório terá um crescimento previsto de 0,1%, condicionado às restrições orçamentais previstas e negociadas com a ARS, sendo no entanto expectável pela instituição um crescimento até 9,5%.

O crescimento estimado para a Consulta é de 2,6% sendo este aumento motivado pelas primeiras consultas como forma de garantia de melhor acesso dos utentes aos cuidados de saúde.

Não obstante o acréscimo de produção proporcionado pela inclusão de Gondomar na área de referenciação do Hospital, a urgência manterá níveis de produção idênticos a 2009 no pressuposto de uma política de racionalização de cuidados via Urgência Hospitalar.

A oscilação ao nível do Hospital Dia será pouco significativa (+0,4%). Existem constrangimentos vários que impedem à data a correcta inventariação dos GDH's Médicos de Ambulatório, contudo tudo aponta para um número superior ao valor contratado para 2009.

O quadro sistematiza alguns dos indicadores, a constar do Contrato Programa para 2010:

		2008	2009	2010 (Previsto)
Qualidade e Serviço	Taxa de reinternamentos nos primeiros cinco dias	2,77%	2,14%	A definir
	Nº de profissionais envolvidos em programas de formação nas áreas de controlo de Infecção	63,53%	53,10%	20%
Acesso	Nº de doentes referenciados para a RNCC/Nº de Doentes saídos nas especialidades de Medicina Interna Cirurgia Geral e Ortopedia	3,80%	2,15%	3%
	Peso das primeiras consultas médicas no total de consultas médicas	23,36%	23,97%	25,70%
Desempenho Assistencial	Peso da Cirurgia de Ambulatório no total de cirurgias programadas	50,20%	53,50%	55,00%
	Demora Média (dias)*	6,83	6,96	6,9
Outros Objectivos regionais	Tempo Máximo de Espera para Cirurgia	-	-	<12 meses
	Tempo Máximo de Espera para 1ª Consulta	-	-	< 365 dias
	% cesarianas	39,70%	43,00%	38,70%

Da análise das metas definidas, perspectiva-se o seguinte:

Embora a meta regional para o número de profissionais envolvidos em projectos de formação nas áreas de controlo de infecção seja de 20%, o CHP tem mantido uma componente formativa muito forte, ultrapassando 50% de funcionários abrangidos.

Relativamente à referenciação de doentes para a RNCC, a meta definida exprime um nível de exigência superior ao valor atingido em 2009 com necessidade de algum trabalho a desenvolver nesta área.

A percentagem de primeiras consultas para 2010 revela uma necessidade de aumento da acessibilidade dos doentes à consulta Externa.

Apesar da aposta que o CHP tem mantido na Cirurgia de Ambulatório é para 2010 exigido um maior peso desta actividade no total da cirurgia programada.

Para o Internamento foi proposta Demora Média inferior a 2009.

Os tempos máximos de espera quer para cirurgia de ambulatório quer para consulta foram definidos no limite máximo de um ano.

A taxa de cesarianas tem necessariamente que exprimir valores inferiores aos alcançados em 2008 e 2009.

O quadro seguinte espelha a produção total e SNS prevista para 2010 para o Centro Hospitalar (podendo a mesma ser sujeita a alterações decorrentes da assinatura final do Contrato Programa).

Actividades	Produção Total Prevista	Produção SNS Prevista	% Doentes SNS
1. Consultas Externas			
Nº Total Consultas Médicas	578.530	520.892	90,04%
Primeiras Consultas	148.711	135.000	90,78%
Consultas Subsequentes	429.819	385.892	89,78%
2. Internamento			
Doentes Saídos - Agudos (Base Dados GDH)	34.816	31.562	90,65%
GDH Médicos	19.047	17.491	91,83%
GDH Cirúrgicos	15.769	14.071	89,23%
Programados	10.126	9.054	89,41%
Urgentes	5.643	5.017	88,91%
Doentes Crónicos			
Doentes Medicina Física e Reabilitação	136	108	79,41%
Nº Dias de Internamento dos Doentes Crónicos			
Doentes Medicina Física e Reabilitação	5.252	4.176	79,51%
3. Urgência			
Total de Atendimentos (Total)	154.171	136.577	88,59%
N.º de Atendimentos (sem Internamento)	137.761	122.040	88,59%
4. Sessões em Hospital de Dia			
Total de Sessões de Hdia	22.544	20.047	88,92%
Hematologia	4.339	3.908	90,07%
Imuno-hemoterapia			
Infecciologia			
Psiquiatria	1.419	1.272	89,64%
Pediatria	735	644	87,62%
Pneumologia			
Oncologia ⁽¹⁾	3.759	3.294	87,63%
Outros	6.971	5.935	85,14%
Hemodiálise	5.321	4.994	93,85%
Diálise Peritoneal	4.100	3.847	93,83%
5. GDH de Ambulatório			
GDH Médicos ⁽²⁾	6.339	5.467	86,24%
GDH Cirúrgicos	13.583	12.420	91,44%
6. Programas de Saúde			
Diagnóstico Pré-Natal	4.188	3.844	91,79%
Diagnóstico Pré-Natal - Nº Protocolos I	1.481	1.362	91,96%
Diagnóstico Pré-Natal - Nº Protocolos II	2.707	2.482	91,69%
HIV/Sida	163	156	95,71%
HIV/Sida - Nº Doentes em TAR ⁽³⁾	33	30	90,91%
HIV/Sida - Doentes Transitados ⁽⁴⁾	130	126	96,92%
IG até 10 semanas	810	764	94,32%
IG até 10 semanas - Nº IG Medicamentosa em Amb.	806	760	94,29%
IG até 10 semanas - Nº IG Cirurgica em Amb.	4	4	100,00%
7. Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade			
N.º Consultas de Apoio à Fertilidade	504	480	95,24%
N.º Induções Ovárias	60	57	95,00%
N.º Inseminações Intra-Uterinas	60	57	95,00%
N.º Fertilizações In Vitro	90	86	95,56%
N.º Injecções Intra-Citoplasmáticas de Espermatozoides	290	276	95,17%
N.º Injecções Intra-Citoplasmáticas de Espermatozoides recolhidos cirurgicamente	20	19	95,00%

Notas:

(1) Nas sessões de Hospital de Dia de Oncologia estão a ser deduzidas as sessões de GDH Médicos relativos a Quimioterapia.

(2) Nos GDH's Médicos de Ambulatório está a ser deduzido o GDH 317 referente a Nefrologia.

(3) Diz respeito aos novos doentes, que se prevê iniciarem tratamento durante o ano 2010.

(4) Doentes em tratamento, para os quais se prevê a sua continuidade.

7- GOVERNO DA SOCIEDADE

7.1 – Missão, Objectivos e politicas da empresa

Já referenciado no ponto 2.6 do relatório.

7.2 – Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita

Foi aprovado pela tutela no ano de 2008 o Regulamento Interno do Centro Hospitalar do Porto que passou a reger a actividade do mesmo a partir de então. Esse mesmo regulamento encontra-se disponível no site www.hgsa.pt. Existem ainda diversos regulamentos internos de funcionamento dos Departamentos e Serviços, alguns dos quais, dada a nova realidade, estão ainda em fase de revisão para aprovação posterior pelo Conselho de Administração. Também existem documentos que formalizam procedimentos específicos. Em particular na unidade do Hospital Santo António existe o manual de políticas e procedimentos enquadrado no processo de acreditação de qualidade, cuja extensão às outras unidades se vai fazendo de forma gradual. Como informação suporte ao sistema de Controlo Interno existe para o CHP um conjunto de Procedimentos Administrativos e Contabilísticos nas seguintes áreas: Produção, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Contas a Receber, Gestão de Contas Pagar, Gestão de Compras, Logística e Farmácia, Gestão de Imobilizado, Gestão de Tesouraria e Contabilidade Geral, Orçamental e Analítica.

7.3 – Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas

Nada a assinalar

7.4 - Informação sobre outras transacções

Em regulamento próprio sobre a aquisição de bens e serviços para o CHP.

Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos (no caso de esta percentagem ultrapassar 1M€):

Fornecedor	Valor €
ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana	2.320.578,55€
ITAU – Instituto Técnico de Alimentação	1.873.485,30€
EDP	1.669.175,81€
Select Recursos Humanos E. T. Temporário, S.A.	1.487.712,60€

7.5 - Identificação do modelo de Governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

Nos termos do DL 233/2005, actualizado pelo DL 326/2007, e artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, a administração e fiscalização está estruturada segundo a seguinte modalidade:

Conselho de Administração

Fiscal Único

Mandato 2007/2009

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente Vice-Presidente Secretário	Mesa da Assembleia Geral		
	Não aplicável		
Presidente Vogal (1) Vogal (2) Vogal (3) Director Clínico Enfermeiro Director	Fernando José Montenegro Sollari Allegro Carlos Alberto Couto Silva Élia do Céu da Costa Gomes (2) José Alberto Oliveira Castro Peixoto António Martins da Silva Alfredo Eduardo Argulho Alves	Dep. Ministerial nº 25 148/2007	2007/2009
Vogal (4)	Luís Carlos Martins Delgado	Desp Conj n.º 28325/2008 de 05.11 (1)	
	Fiscal Único		
Efectivo	Mgi & Associados, SROC, Lda., representada por Dr. Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão.	Desp.SETF nº 1018/2007	2007/2009
Suplente	Pedro Leandro E António Belém, SROC, representada por Pedro Manuel da Silva Leandro		

(1) Com efeitos a partir de 01.09.2008

(2) Em funções até 21.07.2008

Mandato 2009/2011

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Presidente Vice-Presidente Secretário Presidente Director Clínico Enfermeiro Director Vogal (1) Vogal (2) Vogal (3) Vogal (4)	Mesa da Assembleia Geral Não aplicável Pedro de Brito Esteves Paulo Jorge Barbosa Carvalho Alfredo Eduardo Argulho Alves Luís Carlos Martins Delgado (3) José Alberto Oliveira Castro Peixoto Carlos Alberto Couto Silva (4) Ana Paula Rodrigues Neno da Silva de Vasconcelos Guimarães	Despacho Ministerial nº 19801/2009	2009/2011
Efectivo Suplente	Fiscal Único Mgi & Associados, SROC, Lda., representada por Dr. Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão. Pedro Leandro E António Belém, SROC, representada por Pedro Manuel da Silva Leandro	Desp.SETF nº 1018/2007	2007/2009

(3) Em funções até 30.06.2009

(4) Em funções até 30.09.2009

Funções e Responsabilidades

Nos termos dos artigos 35º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do art.º 7º do Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro e no uso das faculdades conferidas pelo despacho nº 32432/2008, de 10 de Dezembro, da Ministra da Saúde, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 245, de 19 de Dezembro de 2008, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Porto delega e subdelega nos seus membros as seguintes competências:

Presidente do Conselho de Administração – Dr. Pedro Esteves

1. *Determinar as medidas adequadas, se for caso disso, sobre as queixas e reclamações apresentadas pelos utentes.*
2. *Assegurar a regularidade da cobrança das dívidas e autorizar a realização e o pagamento da despesa do Centro Hospitalar do Porto.*
3. *Propor a estruturação dos serviços de acção médica em centros de responsabilidade e assegurar a sua gestão e funcionamento em colaboração com os restantes administradores e direcções técnicas do Centro Hospitalar do Porto.*
4. *Autorizar a prestação e o processamento do trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, a ser trimestralmente ratificado pelo Conselho de Administração.*
5. *Apreciar e autorizar os pedidos de comissão gratuita de serviço do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, que não se encontrem em conformidade com a Ordem de Serviço n.º 1/2007, do Conselho de Administração.*
6. *Assumir a responsabilidade hierárquica e funcional dos Serviços Financeiros, Informação de Gestão, Sistemas de Informação, Farmacêuticos e de Instalações e Equipamentos.*
7. *Elaborar os planos de actividade e os orçamentos anuais e plurianuais a submeter à apreciação do Conselho de Administração e subsequente aprovação pela Tutela.*
8. *Assinar os termos de responsabilidade relativos às deslocações de utentes a outras Unidades de Saúde para realização de exames ou tratamento.*
9. *Autorizar a locação e as despesas com a aquisição de bens e serviços bem como reparações até ao montante de € 5.000,00.*
10. *As funções atribuídas podem ser subdelegadas no todo ou em parte, mediante prévia autorização do Conselho de Administração.*

Vogal do Conselho de Administração – Dr. José Alberto Peixoto

1. *No âmbito da gestão interna dos recursos humanos:*
 - a) *Autorizar o trabalho a tempo parcial e em semana de quatro dias, de acordo com o legalmente estabelecido;*
 - b) *Fixar os horários de trabalho;*
 - c) *Autorizar a prestação e o processamento do trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, a ser trimestralmente ratificado pelo Conselho de Administração;*
 - d) *Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados;*
 - e) *Apreciar e autorizar os pedidos de comissão gratuita de serviço do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, que não se encontrem em conformidade com a Ordem de Serviço n.º 1/2007, do Conselho de Administração;*
 - f) *Justificar ou injustificar faltas;*
 - g) *Autorizar os trabalhadores a comparecer em juízo quando requisitados nos termos da lei de processo;*

- h) Autorizar a inscrição e a participação do pessoal em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram em território nacional, quando importem custos para o serviço, e fora do território nacional, incluindo os destinados a assegurar a presença portuguesa em quaisquer reuniões ou instâncias de âmbito comunitário, do Conselho da Europa e da Organização Mundial da Saúde, bem como a inscrição e participação em estágios;*
 - i) Autorizar pedidos de equiparação a bolseiro no país ou no estrangeiro;*
 - j) Autorizar a integração em júris de concurso em outras instituições;*
 - k) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença, nos termos do n.º 6 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, bem como o exercício de funções em situação que dê lugar à reversão do vencimento de exercício e respectivo processamento;*
 - l) Autorizar a atribuição de abonos e regalias a que os funcionários, agentes ou contratados tenham direito;*
 - m) Autorizar deslocações em serviço do pessoal, qualquer que seja o meio de transporte, bem como, o processamento dos respectivos abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;*
 - n) Nomear, promover e exonerar pessoal com vínculo à administração pública;*
 - o) Celebrar, prorrogar, renovar e rescindir contratos de pessoal, a termo certo ou incerto, praticando os actos resultantes da caducidade ou revogação dos mesmos;*
 - p) Homologar as classificações de serviço de todo o pessoal;*
 - q) Praticar todos os actos relativos à aposentação dos funcionários e agentes, salvo nos casos de aposentação compulsiva, e, em geral, de todos os actos respeitantes ao regime de segurança social da função pública, incluindo os referentes a acidentes em serviço;*
 - r) Promover a verificação domiciliária de doença, nos termos dos artigos 33º, 34º e 35º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;*
 - s) Promover a submissão dos funcionários e agentes a junta médica da ADSE, nos termos dos artigos 36º, 37º e 39º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;*
 - t) Autorizar os pedidos de apresentação a junta médica da Caixa Geral de Aposentações;*
 - u) Autorizar a licença sem vencimento de longa duração;*
 - v) Confirmar as condições legais de progressão dos funcionários e agentes e autorizar os abonos daí decorrentes;*
 - w) Decidir dos pedidos de concessão do estatuto de trabalhador estudante;*
 - x) Autorizar o gozo e a acumulação de férias;*
 - y) Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados no processo individual dos funcionários, agentes e contratados, bem como a restituição de documentos aos interessados;*
 - z) Assinar a correspondência ou expediente necessário à execução das decisões proferidas nos processos relativos a assuntos de pessoal, bem como, autorizar publicações na imprensa diária e no Diário da República.*
- 2. No âmbito do aprovisionamento:**
- a) Autorizar as despesas com empreitadas de obras até ao montante de € 500.000,00;*

- b) Autorizar a locação e as despesas com a aquisição de bens e serviços bem como reparações até ao montante de € 206.000,00 (excluindo as compras pelo catálogo da ACSS);*
 - c) Escolher o tipo de procedimento a adoptar nos termos legalmente previstos;*
 - d) Nomear comissões de análise e delegar a competência para proceder à audiência prévia.*
- 3. Realizar em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração a contratualização dos planos de actividade dos centros de responsabilidade/Departamentos que tutela e efectuar o acompanhamento da sua execução, responsabilizando aqueles pela gestão adequada e eficiente dos recursos colocados à sua disposição.*
- 4. Assumir a responsabilidade hierárquica e funcional dos Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Aprovisionamento, Gestão de Doentes e Gabinete Jurídico.*
- 5. As funções atribuídas podem ser subdelegadas no todo ou em parte, mediante prévia autorização do Conselho de Administração.*

Vogal do Conselho de Administração – Drª Paula Guimarães

- 1. Realizar em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração a contratualização dos planos de actividade dos Centros de Responsabilidade/Departamentos que tutela e efectuar o acompanhamento da sua execução, responsabilizando aqueles pela gestão adequada e eficiente dos recursos colocados à sua disposição.*
- 2. Autorizar a prestação e o processamento do trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, a ser trimestralmente ratificado pelo Conselho de Administração.*
- 3. Apreciar e autorizar os pedidos de comissão gratuita de serviço do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, que não se encontrem em conformidade com a Ordem de Serviço nº 1/2007, do Conselho de Administração.*
- 4. Autorizar a locação e as despesas com a aquisição de bens e serviços bem como reparações até ao montante de € 5.000,00.*
- 5. As funções atribuídas podem ser subdelegadas no todo ou em parte, mediante prévia autorização do Conselho de Administração.*

Director Clínico – Dr. Paulo Barbosa

- 1. Autorizar a prestação e o processamento do trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, a ser trimestralmente ratificado pelo Conselho de Administração.*
- 2. Apreciar e autorizar os pedidos de comissão gratuita de serviço do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, que não se encontrem em conformidade com a Ordem de Serviço nº 1/2007, do Conselho de Administração.*
- 3. Autorizar estágios curriculares protocolados e estágios individuais e voluntários ao pessoal médico ou técnico.*
- 4. Autorizar a locação e as despesas com a aquisição de bens e serviços bem como reparações até*

ao montante de € 5.000,00.

5. *Realizar em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração a contratualização dos planos de actividade dos centros de responsabilidade/Departamentos que tutela e efectuar o acompanhamento da sua execução, responsabilizando aqueles pela gestão adequada e eficiente dos recursos colocados à sua disposição.*
6. *As funções atribuídas podem ser subdelegadas no todo ou em parte, mediante prévia autorização do Conselho de Administração.*

Enfermeiro-Director – Enf. Eduardo Alves

1. *Autorizar a prestação e o processamento do trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, a ser trimestralmente ratificado pelo Conselho de Administração;*
2. *Apreciar e autorizar os pedidos de comissão gratuita de serviço do pessoal afecto às áreas do respectivo pelouro, que não se encontrem em conformidade com a Ordem de Serviço n.º 1/2007, do Conselho de Administração.*
3. *Autorizar estágios curriculares protocolados e estágios individuais e voluntários ao pessoal de enfermagem.*
4. *Autorizar a locação e as despesas com a aquisição de bens e serviços bem como reparações até ao montante de € 5.000,00.*
5. *Realizar em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração a contratualização dos planos de actividade dos centros de responsabilidade/Departamentos que tutela e efectuar o acompanhamento da sua execução, responsabilizando aqueles pela gestão adequada e eficiente dos recursos colocados à sua disposição.*
6. *Assumir a responsabilidade hierárquica e funcional dos Serviços Hoteleiros, Serviços Sociais do Pessoal e Serviços de Assistência Religiosa.*
7. *As funções atribuídas podem ser subdelegadas no todo ou em parte, mediante prévia autorização do Conselho de Administração.*

As presentes competências produziram efeitos desde 1 Outubro de 2009, ficando por este meio ratificados todos os actos anteriormente praticados no âmbito das competências definidas.

Órgão de Fiscalização:

Competências estabelecidas no art.º 16º do Anexo II dos Estatutos do Hospital Geral de Santo António publicados no Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro e posteriormente actualizados pelo Decreto-Lei n.º 326/2007 de 28 de Setembro.

7.6- Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Estatuto remuneratório fixado

Mandato 2007/2009

Conselho de Administração - Estatuto de Gestor Público

Cargos	Grupo A	
	Nível 1	Factor
Presidente		
Remuneração base	4.752,55 €	1,69
Despesas de representação	1.663,39 €	0,35
Vogal executivo		
Remuneração base	4.204,18 €	1,50
Despesas de representação	1.261,25 €	0,30

Valor padrão: 2.812,16 €
Resolução do Conselho de Ministros nº 29/89

O Presidente do Conselho de Administração e o Director Clínico optaram pela remuneração da categoria de origem, valor 5.391,99€.

Fiscal Único

Remuneração do fiscal único de acordo com o despacho do Ministro de Estado e das Finanças de 21 de Fevereiro de 2006 (1.188€+IVA/Mês).

Mandato 2009/2011**Conselho de Administração - Estatuto de Gestor Público**

Cargos	Grupo A	
	Nível 1	Factor
Presidente		
Remuneração base	4.752,55 €	1,69
Despesas de representação	1.663,39 €	0,35
Vogal executivo		
Remuneração base	4.204,18 €	1,50
Despesas de representação	1.261,25 €	0,30

Valor padrão: 2.812,16 €
Resolução do Conselho de Ministros nº
29/89

Fiscal Único

Remuneração do fiscal único de acordo com o despacho do Ministro de Estado e das Finanças de 21 de Fevereiro de 2006 (1.188€+IVA/Mês).

Remunerações de Janeiro a Dezembro de 2009

Remunerações até 14.06.2009

Conselho de Administração

Presidente do CA	Director Clínico	Vogal	Enf. Director	Vogal	Vogal
Dr. Sollari Allegro	Prof. Dr. Martins da Silva	Dr. Alberto Peixoto	Enf. Eduardo Alves	Dr. Carlos Alberto	Dr. Luis Delgado
i)	i)	i)	i)	i)	i)

1. Remuneração

- Remuneração base
- Acumulação de funções de gestão
- Remuneração complementar
- Despesas de representação
- Prémios de gestão
- Outras
 - Subsídio Férias e Natal
 - Adicional 2%

31.157	31.157	23.123	23.123	23.123	23.123
9.093	6.895	6.937	6.937	6.937	6.937
5.193	5.193	4.204	4.204	4.204	2.102
158	389				

2. Outras regalias e compensações

- Gastos de utilização de telefones *
- Valor de aquisição, pela empresa, da viatura de serviço
- Valor do combustível gasto com a viatura de serviço
- Subsídios de deslocação
- Subsídio de refeição
- Outras
- ...
- ...

569	277	459	186	552	398
658	824	583	1.191	1.679	677
423	464	447	455	476	405

3. Encargos com benefícios sociais

- Caixa Geral de Aposentações
- Segurança Social obrigatório
- Planos complementares de reforma
- Seguros de saúde
- Seguros de vida
- Outros
- ...
- ...

3.415	3.438	2.200	1.800		1.699
				2.943	

4. Informações Adicionais

- Opção pelo vencimento de origem (s/n)
- Indicação do Regime de Segurança Social
- Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005
- Ano de aquisição de viatura pela empresa
- Exercício da opção de aquisição de viatura de serviço (s/n)
- Usufruto de casa de função (s/n)
- Exercício de funções remuneradas fora do grupo (s/n)
- ...

Sim	Sim				

* O valor das comunicações é de 75€/mês, sendo o remanescente reposto nos Serviços Financeiros

NOTAS:

i) Cessa o mandato em 14.06.2009

Remunerações a partir de 15.06.2009

Conselho de Administração

Presidente do CA	Vogal	Vogal	Director Clínico	Enf. Director	Vogal	Vogal
Dr. Pedro Esteves	Dra. Ana Paula Guimarães	Dr. Alberto Peixoto	Dr. Paulo Barbosa	Enf. Eduardo Alves	Dr. Carlos Alberto	Dr. Luis Delgado
i)	ii)	i)	i)	i)	i) e iii)	i) e iv)

1. Remuneração

- Remuneração base
- Acumulação de funções de gestão
- Remuneração complementar
- Despesas de representação
- Prémios de gestão
- Outras
 - Subsídio Férias e Natal
 - Adicional 2%

31.050	25.225	27.327	27.305	27.327	14.715	2.102
10.867	7.568	8.198	8.240	8.198	4.414	631
2.604	4.204	4.204	4.204	4.204		2.102

2. Outras regalias e compensações

- Gastos de utilização de telefones *
- Valor de aquisição, pela empresa, da viatura de serviço
- Valor do combustível gasto com a viatura de serviço
- Subsídios de deslocação
- Subsídio de refeição
- Outras
- ...
- ...

166	98	357	64	59	251	63
763	923	725	208	1.233	1.141	-
594	487	388	515	493	237	41

3. Encargos com benefícios sociais

- Caixa Geral de Aposentações
- Segurança Social obrigatório
- Planos complementares de reforma
- Seguros de saúde
- Seguros de vida
- Outros
- ...
- ...

2.248	1.830	2.244	3.167	1.958		131
					1.559	

4. Informações Adicionais

- Opção pelo vencimento de origem (s/n)
- Indicação do Regime de Segurança Social
- Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005
- Ano de aquisição de viatura pela empresa
- Exercício da opção de aquisição de viatura de serviço (s/n)
- Usufruto de casa de função (s/n)
- Exercício de funções remuneradas fora do grupo (s/n)
- ...

* O valor das comunicações é de 75€/mês, sendo o remanescente reposto nos Serviços Financeiros

NOTAS:

- i) Início do mandato em 15.06.2009
- ii) Início do mandato em 01.07.2009
- iii) Cessa mandato a 30.09.2009
- iv) Cessa mandato a 30.06.2009

7.6 - Análise de Sustentabilidade da empresa

Decorrente da nova realidade e do Business-Plan entretanto elaborado para o Centro Hospitalar do Porto para o período 2008-2010, foram estabelecidas as directrizes que nortearão a actividade nos próximos tempos, nomeadamente:

- Desenvolvimento do Centro de Cirurgia de Ambulatório que vá de encontro às novas tendências de tratamento dos doentes e que garanta uma maior atractividade pelo Centro Hospitalar do Porto;
- Desenvolvimento do Centro Materno-Infantil do Norte com uma abordagem de alta qualidade de atendimento e logística;
- Integração do pessoal das três unidades de forma harmoniosa e colaborante, permitindo valorização profissional e racionalização de recursos;
- Construção de novos edifícios obedecendo às mais modernas tecnologias de racionalização energética e redução de impacto ambiental.

A nível da sustentabilidade económica o Centro Hospitalar do Porto (CHP) está a dinamizar uma série de medidas que lhe permitam reencontrar rapidamente o equilíbrio económico. Nos últimos dois anos verificaram-se resultados operacionais negativos consideráveis que são de todo incompatíveis com os projectos de desenvolvimento que a instituição tem entre mãos, nomeadamente na área da cirurgia do ambulatório, com a conclusão da construção do Centro Integrado de Cirurgia de Ambulatório prevista para o final do ano de 2010, e com a responsabilidade de construção e desenvolvimento do Centro Materno-Infantil do Norte, projecto de grande dimensão e importância no âmbito dos cuidados materno-infantis na região norte.

A conclusão da integração das três unidades que constituem o CHP, criado no final de 2007, é outro desiderato que nos propomos concretizar no presente ano, realizando a junção de

Serviços Clínicos que ainda é necessário fazer e continuando a desenvolver o sentido de pertença ao grupo de modo a materializar a identidade “Centro Hospitalar do Porto”.

A nível da sustentabilidade Ambiental há a destacar, entre outras, as seguintes acções:

- ✓ Tratamento dos efluentes líquidos gerados durante a realização das actividades desenvolvidas no Hospital;
- ✓ Triagem dos resíduos gerados pelas actividades desenvolvidas no Hospital, de acordo com as diferentes tipologias e características de perigosidade dos mesmos;
- ✓ Realização de auditorias aos Serviços para avaliação da qualidade da triagem dos resíduos que aí são gerados;
- ✓ Pesquisa e selecção de novos produtos químicos existentes no mercado, capazes de evidenciar a mesma eficácia daqueles actualmente em uso e que apresentem a vantagem de serem menos perigosos para os profissionais e de serem mais amigos em termos ambientais;
- ✓ Ambiente de trabalho - Avaliação periódica das condições associadas ao ambiente de trabalho em todas as salas dos blocos operatórios e de cuidados intensivos, tendo em vista a monitorização dos sistemas de ar condicionado e do teor residual de gases que possam, eventualmente, aí existir;
- ✓ Entre 2004 e 2006 foram eliminados todos os produtos químicos utilizados para revelação das películas radiográficas;
- ✓ A partir de 2007 iniciou-se a eliminação da utilização de película fotográfica;
- ✓ Auditorias em protecção e segurança radiológica efectuadas em todas as salas de radiodiagnóstico;

- ✓ Alargamento da monitorização dosimétrica a todos os profissionais em contacto com radiação ionizante;
- ✓ Controle de qualidade dos equipamentos por uma entidade externa em curso;
- ✓ Monitorização da radiação ambiental no Serviço de Medicina Nuclear;

Grau de concretização das metas fixadas

Desvios de Produção

Contrato Programa Ano 2009				
	Realizado 2009	Contratualizado 2009	Desvios (Abs)	Desvios (%)
Doentes Saídos de Internamento				
Episódios (total)	32.308	32.196	112	0,3%
Doentes Operados Cir. Ambulatório				
Doentes Operados	12.362	9.824	2.538	25,8%
Urgência				
Episódios	136.577	129.899	6.678	5,1%
Sessões de Hdia				
Total de Hospital Dia *	19.964	18.183	1.781	9,8%
Hematologia	4.005	3.847	158	4,1%
Oncologia	3.043	3.091	-48	-1,6%
Psiquiatria	1.015	1.059	-44	-4,2%
Hemodiálise	5.071	4.681	390	8,3%
Outros Hdia	6.830	5.505	1.325	24,1%
Consultas Médicas				
Total de consultas **	509.767	488.906	20.861	4,3%
1 ^{as} Consultas	123.282	118.888	4.394	3,7%
Consultas Subsequentes	386.485	370.018	16.467	4,5%

* Inclui todas as sessões de Hospital Dia independentemente de ser facturado por GDH médico ou sessão

** Inclui consultas de Interrupção de Gravidez

De acordo com a análise dos principais desvios da produção SNS, já mencionados no presente relatório, salienta-se o seguinte:

O cumprimento das metas estabelecidas no Contrato Programa para o total do Internamento. O desvio positivo de 0,3% aconteceu por via do aumento dos GDH's Cirúrgicos Urgentes.

Os valores do Hospital de Dia, independentemente da sua facturação ocorrer por GDH médico ou por sessão, ficaram acima do previsto em 9,8%. Saliente-se apenas o desvio negativo dos Hospitais de dia de Oncologia e de Psiquiatria em 1,6% 4,2%, respectivamente.

A urgência registou um desvio positivo de 5,1%, em virtude da inclusão de Gondomar na área de referência do Hospital, facto não tido em consideração na previsão das metas do Contrato Programa para 2009.

A Consulta Externa superou as metas previstas em 4,3%, sendo que as primeiras consultas aumentaram face ao previsto 3,5% e as subsequentes 4,5%.

Objectivos de Qualidade e Eficiência

			Objectivo	Realizado
Objectivos Institucionais Comuns	30%	Valor	Qualidade e Serviço	
			15%	357.346 €
		238.231 €	A1 - Taxa de reinternamentos nos primeiros cinco dias	2,60%
			A2 - Nº de profissionais envolvidos em programas de formação	20%
		238.231 €	Acesso	
			B1 - Nº de doentes referenciados para a RNCC/Nº de Doentes saídos nas especialidades de Medicina Interna Cirurgia Geral e Ortopedia	5,00%
		357.346 €	B2 - Peso das primeiras consultas médicas no total de consultas médicas	2,15%
				24%
		357.346 €	Desempenho Assistencial	
			C1 - Peso da Cirurgia de Ambulatório no total de cirurgias programadas	24,0%
Objectivos Regionais	20%	238.231 €	C2 - Demora Média (dias)*	50,00%
				6,9
		357.346 €	Desempenho Económico-Financeiro	
			D1 - Custo Unitário por Doente Padrão (custo Operacional)	6,96
		357.346 €	D2 - Resultado Operacional	4.968 €
				5.974 €
		357.346 €		-16.242.181
				-33.438.448 €
Objectivos Institucionais da Região	50%	238.231 €	Desempenho Económico-Financeiro	
			E1 - Consumos	2%
			E2 - FSE	8,6%
			E3 - Custos com pessoal	2%
			E4 - Compras	6,8%
Objectivos Institucionais da Região	50%	238.231 €	Outros objectivos Regionais	
			1) Organização dos Sistemas de Controlo de Gestão 2) Sistema de Vigilância Epidemiológica 3) Formação	
			4) Procedimentos de Prevenção e Controlo	
Objectivos Institucionais da Região	50%	238.231 €	F1 - Taxa de Infecção Hospitalar	
Objectivos Institucionais da Região	50%	238.231 €	F2 - Doente Padrão /Médico ETC	49,0
				46,31

* valor disponível pela ACSS (relativo a Agosto)

No contrato Programa do Centro Hospitalar para 2009 foi estabelecido um conjunto de objectivos de qualidade e eficiência. Do cumprimento desses objectivos estava pendente a atribuição de um incentivo no montante de 7.941.024€ e para o qual o hospital seria financiado na proporção do seu cumprimento.

À presente data aguarda-se validação desses objectivos por parte da ARS Norte, no entanto da avaliação dos mesmos elaborada pelo próprio Hospital, podemos constatar que:

Ao nível dos indicadores de Qualidade e Serviço o indicador relativo aos profissionais envolvidos nas áreas de controlo de infecção foi largamente superado, demonstrando o investimento que a Instituição tem efectuado nesta área. Sabendo que só “faz prevenção quem sabe” esta intensa actividade formativa pudera vir a traduzir-se numa diminuição efectiva da taxa de infecção associada aos cuidados de saúde.

Sendo este um objectivo regional e generalizado a todos os Hospitais, os resultados obtidos vêm demonstrar o avanço que a instituição tem nesta área.

Quanto à taxa de reinternamentos nos primeiros cinco dias, apesar da última avaliação do indicador reportar a 31 de Agosto de 2009, podemos assegurar com alguma margem o seu cumprimento.

No que respeita aos indicadores de acesso, foi cumprida a taxa de primeiras consultas. Relativamente aos doentes referenciados para a rede nacional de cuidados continuados, devido a algumas dificuldades de articulação com a rede, o indicador ficou bastante aquém da meta proposta.

Os indicadores ao nível do desempenho assistencial quanto ao peso da cirurgia de ambulatório continuam a situar-nos como referência nacional nesta área com larga superação da meta proposta. A Demora Média embora situada acima da meta estabelecida enquadra-se no intervalo de 5% e como tal prevê-se que seja considerada pela ARS como cumprido.

Ao nível dos indicadores económico-financeiros, o custo unitário por doente padrão ficou aquém dos valores propostos, pois o aumento de custos operacionais foi mais do que o estimado e os aumentos de produção verificados em 2009 não garantiram o cumprimento do indicador. De igual modo, o resultado operacional assumido não foi cumprido.

Relativamente aos indicadores regionais económico financeiros – Consumos, Fornecimentos e Serviços Externos, Custos com Pessoal e Compras, cuja meta estimada seria de um aumento máximos de 2% face a 2008, veio a revelar-se ambiciosa, resultando no seu não cumprimento.

Relativamente aos restantes objectivos regionais, em matéria de taxa de infecção hospitalar, foram encetados os esforços no sentido de serem desencadeadas todas as acções propostas em sede de contrato programa e as boas práticas da instituição não colocam dúvidas quanto ao seu cumprimento.

O indicador Doente Padrão /Médico ETC ficou aquém do previsto em 5,5%. No entanto, por se encontrar muito próxima da margem de 5% de desvio admissível, foi colocado à consideração da ARS o seu cumprimento.

7.7 – Avaliação sobre o grau de cumprimento dos princípios de Bom Governo, devidamente fundamentada.

Relativamente aos pontos da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 de 28 de Março respeitantes a este domínio, gostaríamos de dizer o seguinte:

Anexo II – Princípios dirigidos às empresas detidas pelo Estado

i) Missão, Objectivos e princípios gerais de actuação

7 - Como Hospital acreditado pelo Kings Fund, obedecemos a regras muito rigorosas de funcionamento, sendo que a divulgação está disponível no site do Hospital www.hgsa.com.pt.

8 – O Plano de Actividades é discutido com a tutela e assinado anualmente.

9 – Há um tratamento de absoluta igualdade em termos de género (homens e mulheres), bem como obediência escrupulosa a regras de não discriminação religiosa, de orientações sexuais, de nacionalidade ou outras.

10 – A responsabilidade social do Hospital estende-se a vários domínios. Como exemplo desse facto, a integração de um invisual como telefonista, o protocolo com estabelecimentos prisionais para a integração de reclusos em práticas de trabalho, a disponibilização de computadores desactivados para instituições de cariz social (escuteiros, Cruz Vermelha, escolas, lares, etc.). Ao nível do desenvolvimento e investigação, está em curso a compilação para edição em livro de todos os artigos científicos produzidos pelos funcionários do Hospital. Há mesmo desenvolvimentos internos de aplicações informáticas de relevante interesse para o sector da Saúde e que pensamos vir a vender a outras instituições, numa lógica de racionalização de meios ao dispor.

11 – Há uma natural preocupação pelo cumprimento da legislação e regulamentações em vigor.

12 – Existe uma preocupação no tratamento dos trabalhadores com respeito e integridade, despendendo-se anualmente muitos milhares de horas de formação, num plano aprovado pela Administração.

13 – O tratamento transparente e em condições de igualdade de todas as entidades que se relacionam com o Hospital materializa-se no seguimento de regras (concursos públicos, etc.) que garantam essa mesma transparência.

14 – As despesas efectuadas pelo Hospital têm sempre o necessário suporte documental.

ii) Estruturas de Administração e Fiscalização

15 – Os órgãos de administração e fiscalização são nomeados pela tutela e têm a dimensão considerada apropriada.

16 – Existe segregação de funções, temos comissões especializadas e foi nomeada uma auditora interna, dando cumprimento ao preceituado legal.

17 – Há relatório anual de fiscalização

18 – As contas são avaliadas de forma regular e independente por um R.O.C.

Ao nível do controlo Interno existe um conjunto de manuais de procedimentos de administrativos e contabilísticos.

19 – O trabalho de auditoria interna tem levado à elaboração de relatórios acerca das diversas áreas do Hospital, tendo já sido iniciado o processo de melhorias ao nível do controlo interno.

20 – A limitação dos mandatos depende da decisão da tutela.

iii) Remunerações e outros direitos

21 – As remunerações e outros direitos auferidos pelos órgãos sociais são feitas de acordo com as regras em sede da legislação aplicável, fazem parte das contas aprovadas pela tutela e têm sempre suporte documental associado.

iv) Prevenção de conflitos de interesse

22 – Os membros da Administração declaram regularmente os seus interesses, por forma a acautelarem a independência da sua actuação.

v) Divulgação de informação relevante

23 – Sempre que se justifica, há publicitação das informações relevantes que possam afectar o Hospital.

vi) Ajustamento à dimensão e à especificidade de cada empresa

24 – Não aplicável no caso do Centro Hospitalar do Porto.

7.8 - Apresentação do Código de Ética

O CHP dispõe de um código de ética consultar em www.hgsa.com.pt

8-PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, nomeadamente do artigo 23.º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido negativo apurado no exercício de 2009, no montante de 33.365.052,01 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 24 de Março de 2009

O Conselho de Administração

Pedro de Brito Esteves – *Presidente*

José Alberto Oliveira Castro Peixoto – *Vogal Executivo*

Ana Paula Rodrigues Neno da Silva de Vasconcelos Guimarães - *Vogal Executivo*

Paulo Jorge Barbosa Carvalho – *Director Clínico*

Alfredo Eduardo Argulho Alves – *Enfermeiro Director*

9- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO ANALÍTICO

ACTIVO

Em Euros

CONTAS		Exercícios			
		2009			2008
Código	Designação	Activo Bruto	Amortiz./Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
	ACTIVO:				
	IMOBILIZADO:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	51.874,98	0,00	51.874,98	51.874,98
422	Edifícios e outras construções	10.748.798,33	2.461.810,58	8.286.987,75	7.008.082,30
423	Equipamento básico	70.897.824,37	57.412.328,77	13.485.495,60	12.938.831,30
424	Equipamento de transporte	484.859,87	290.987,48	193.872,39	230.575,27
425	Ferramentas e utensílios	154.046,87	143.271,73	10.775,14	11.913,14
426	Equipamento administrativo e Informático	14.219.181,39	11.625.017,94	2.594.163,45	2.971.677,43
429	Outras imobilizações corpóreas	26.614,31	13.115,33	13.498,98	15.907,38
442	Imobilizações em curso	20.484.456,46	0,00	20.484.456,46	10.660.620,38
		117.067.656,58	71.946.531,83	45.121.124,75	33.889.482,18
	Investimentos financeiros:				
415	Outras aplicações financeiras	161,08		161,08	161,08
		161,08		161,08	161,08
	CIRCULANTE:				
	Existências:				
36	Matérias primas, subsid./consumo	9.735.254,64	0,00	9.735.254,64	8.834.769,44
		9.735.254,64	0,00	9.735.254,64	8.834.769,44
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	14.830.954,32		14.830.954,32	12.266.087,89
213	Utentes, c/c	431,83		431,83	431,83
215	Instituições do MS	18.409.965,31		18.409.965,31	16.986.505,68
218	Clientes de cobrança duvidosa	925.513,98	925.513,98	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	5.532,17		5.532,17	15.901,93
24	Estado e outros entes públicos	314.614,11		314.614,11	430.079,24
262 / 8	Outros devedores	13.844.509,74		13.844.509,74	12.608.289,45
		48.331.521,46	925.513,98	47.406.007,48	42.307.296,02
	Titulos Negociáveis:				
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	32.000.000,00
		0,00	0,00	0,00	32.000.000,00
	Depósitos bancários e caixa:				
12/3	Depósitos bancários	4.811.107,64		4.811.107,64	16.519.960,73
11	Caixa	4.011,44		4.011,44	24.228,21
		4.815.119,08	0,00	4.815.119,08	16.544.188,94
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acréscimos de proveitos	18.067.212,19		18.067.212,19	8.729.511,47
272	Custos diferidos	5.517,97		5.517,97	5.234,29
		18.072.730,16	0,00	18.072.730,16	8.734.745,76
	Total de amortizações		71.946.531,83		67.180.725,85
	Total de provisões		925.513,98		1.012.254,98
	TOTAL DO ACTIVO:	198.022.443,00	72.872.045,81	125.150.397,19	142.310.643,42

BALANÇO ANALÍTICO**FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO**

Em Euros

CONTAS		Exercícios	
Código	Designação	2009	2008
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Capital Estatutário	141.326.000,00	112.837.000,00
	Reservas:		
571	Reservas legais	0,00	4.795,00
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
576	Doações	1.006.296,54	500.575,65
		1.006.296,54	505.370,65
59	Resultados transitados	-55.539.963,82	-30.820.828,02
88	Resultado líquido do exercício	-33.365.052,01	-24.723.930,80
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS:	53.427.280,71	57.797.611,83
	PASSIVO:		
29	Provisões p/riscos e encargos	1.302.344,80	1.245.521,99
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	353.743,99	640.853,95
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
219	Adiantamentos de clientes, utentes e instit. MS	0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	38.222.471,94	23.846.259,05
2311	Empréstimos obtidos	0,00	27.816.763,90
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	5.131.864,60	3.879.208,79
24	Estado e outros entes públicos	889.386,55	1.486.181,75
262 / 8	Outros credores	3.412.101,92	3.481.916,22
		47.655.825,01	60.510.329,71
	Total de dívidas a terceiros:	48.009.569,00	61.151.183,66
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acréscimos de custos	17.634.231,86	16.823.402,93
274	Proveitos diferidos	4.776.970,82	5.292.923,01
		22.411.202,68	22.116.325,94
	TOTAL DO PASSIVO:	71.723.116,48	84.513.031,59
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO:	125.150.397,19	142.310.643,42

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em Euros

CONTAS		EXERCÍCIOS			
Código	Designação	2009		2008	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custos mer. vend. mat. Cons. Matérias primas, subsidiárias de consumo		91.457.971,65		84.214.740,35
62	Fornecimentos e serviços externos		28.225.920,81		26.423.788,44
64	Custos com o pessoal:				
641+ 642	Remunerações	113.398.532,25		108.797.778,75	
	Encargos sociais:				
643	Pensões	9.747.779,97		9.498.769,95	
645/8	Outros	18.698.845,34	141.845.157,56	17.476.331,92	135.772.880,62
63	Transf. correntes concedidas e prest.sociais				
65	Outros custos e perdas operacionais	746.085,53	746.085,53	644.504,30	644.504,30
66	Amortizações do exercício	6.374.131,88		6.504.741,69	
67	Provisões do exercício	203.422,49	6.577.554,37	832.111,79	7.336.853,48
	(A)		268.852.689,92		254.392.767,19
68	Custos e perdas financeiros		291.681,62		53.493,60
	(C)		269.144.371,54		254.446.260,79
69	Custos e perdas extraordinários		4.563.702,63		971.578,73
	(E)		273.708.074,17		255.417.839,52
86	Imposto s/ rendimento do exercício		9.282,59		8.642,34
	(G)		273.717.356,76		255.426.481,86
88	Resultado líquido do exercício		-33.365.052,01		-24.723.930,80
			240.352.304,75		230.702.551,06
	PROVEITOS E GANHOS				
712	Prestações de serviços		224.222.557,23		211.982.249,05
73	Proveitos suplementares	668.764,91		714.508,81	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	51.936,63		100.253,74	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	10.470.983,37	11.191.684,91	12.223.266,24	13.038.028,79
	(B)		235.414.242,14		225.020.277,84
78	Proveitos e ganhos financeiros		1.282.021,90		2.152.443,41
	(D)		236.696.264,04		227.172.721,25
79	Proveitos e ganhos extraordinários		3.656.040,71		3.529.829,81
	(F)		240.352.304,75		230.702.551,06
RESUMO :					
	Resultados operacionais		-33.438.447,78		-29.372.489,35
	Resultados financeiros		990.340,28		2.098.949,81
	Resultados correntes		-32.448.107,50		-27.273.539,54
	Resultados Extraordinários		-907.661,92		2.558.251,08
	Resultado antes de impostos		-33.355.769,42		-24.715.288,46
	Resultado líquido do exercício		-33.365.052,01		-24.723.930,80

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Euros

	Exercícios	
	2009	2008
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	218.736.323,46	239.427.870,16
Pagamentos a fornecedores	-106.338.576,70	-132.342.430,07
Pagamentos ao pessoal	-124.771.385,12	-120.287.925,06
Fluxo gerado pelas operações	-12.373.638,36	-13.202.484,97
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	102.651,33	-154.490,04
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	1.542.246,89	2.057.068,47
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	-18.287.993,15	-14.795.817,04
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	-29.016.733,29	-26.095.723,58
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	159.949,03	164.179,37
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-27.139,06	-349.628,89
Fluxo das actividades operacionais (1)	-28.883.923,32	-26.281.173,10
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas	360,00	515,00
Subsídios de investimento	56.339,14	29.103,50
Juros e proveitos similares	359.747,44	1.303.565,45
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	-15.645.048,77	-9.508.985,76
Fluxo das actividades de investimento (2)	-15.228.602,19	-8.175.801,81
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de :		
Empréstimos obtidos	0,00	27.816.763,90
Realização de capital	28.489.000,00	26.289.000,00
Subsídios e doações	0,00	0,00
Pagamentos provenientes de :		
Empréstimos obtidos	-27.816.763,90	0,00
Juros e custos similares	-288.780,45	-49.641,34
Fluxo das actividades de financiamento (3)	383.455,65	54.056.122,56
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	-43.729.069,86	19.599.147,65
Caixa e seus equivalentes no início do período	48.544.188,94	28.945.041,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.815.119,08	48.544.188,94

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Euros

	Exercícios	
	2009	2008
Numerário	4.011,44	24.228,21
Depósitos bancários	4.811.107,64	16.519.960,73
Outras aplicações de Tesouraria	0,00	32.000.000,00
Disponibilidades constantes do balanço	4.815.119,08	48.544.188,94

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

FLUXOS FINANCEIROS - RECEITA

DO PERÍODO DE:		Janeiro	ATÉ:	Dezembro	DO ANO:	2009
Em Euros						
CONTAS A DÉBITO		VALORES				
Código	Designação	Cobrados	A cobrar	Total		
	- Caixa	24.228,21		24.228,21		
	- Depósitos	48.519.960,73		48.519.960,73		
	I - SALDO INICIAL:	48.544.188,94		48.544.188,94		
15	Titulos negociáveis	0,00	0,00	0,00		
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00		
	Total das contas 15/18:	0,00	0,00	0,00		
219	Adiantamentos de clientes	180.550.128,60	0,00	180.550.128,60		
229	Adiantamentos de fornecedores	104.597,37	5.532,17	110.129,54		
24	Estado e outros entes públicos	30.867.486,04	314.614,11	31.182.100,15		
261	Adiantamentos a forneced. de Imobilizado	0,00	0,00	0,00		
262	Adiantamentos ao pessoal	33.950,57	0,00	33.950,57		
263	Sindicatos	211.832,99	0,00	211.832,99		
264	Regularização dividas p/ordem do Tesouro	0,00	0,00	0,00		
268	Devedores e credores diversos	4.059.961,27	0,00	4.059.961,27		
	Total das receitas de fundos alheios:	215.827.956,84	320.146,28	216.148.103,12		
23	Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00		
2745	Subsídios de investimento	56.339,14	243.020,17	299.359,31		
2748/9	Outros proveitos diferidos	0,00	0,00	0,00		
	Total da conta proveitos diferidos:	56.339,14	243.020,17	299.359,31		
28	Empréstimos concedidos (amortizações)	0,00	0,00	0,00		
51	Capital Estatutário	28.489.000,00	0,00	28.489.000,00		
575	Subsídios	0,00	0,00	0,00		
576	Doações	0,00	0,00	0,00		
	Total da conta de reservas:	0,00	0,00	0,00		
711	Vendas	0,00	0,00	0,00		
712	Prestações de serviços	190.856.044,97	33.363.075,56	224.219.120,53		
72	Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00		
73	Proveitos suplementares	429.952,27	239.148,54	669.100,81		
741	Transferências do Tesouro	0,00	0,00	0,00		
742	Transferências correntes obtidas	51.936,63	0,00	51.936,63		
743	Subs. correntes obtidos-outros entes públicos	0,00	0,00	0,00		
749	Subs. correntes obtidos-de outras entidades	0,00	0,00	0,00		
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	2.766.778,56	7.704.204,81	10.470.983,37		
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.282.021,90	0,00	1.282.021,90		
792/3/4/5/8	Proveitos e ganhos extraordinários	160.309,03	11.045,00	171.354,03		
	Total dos proveitos do exercício:	195.547.043,36	41.317.473,91	236.864.517,27		
	II. - RECEITAS DO EXERCÍCIO:	439.920.339,34	41.880.640,36	481.800.979,70		
797	Correcções relativas a exerc. anteriores	25.237.682,49	24.518.093,29	49.755.775,78		
	III. - RECEITAS EXERCÍCIOS ANTERIORES:	25.237.682,49	24.518.093,29	49.755.775,78		
	TOTAL GERAL:	513.702.210,77	66.398.733,65	580.100.944,42		

7.3 a FLUXOS FINANCEIROS - DESPESA

DO PERÍODO DE:		Janeiro	ATÉ:	Dezembro	DO ANO:	2009
Em Euros						
CONTAS A CRÉDITO		VALORES				
Código	Designação	Pagos	Em dívida	Total		
219	Adiantamentos de clientes	180.550.128,60	0,00	180.550.128,60		
229	Adiantamentos a fornecedores	94.227,61	0,00	94.227,61		
24	Estado e outros entes públicos	31.177.885,83	72.626,95	31.250.512,78		
261	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00		
262	Adiantamentos ao pessoal	33.950,57	0,00	33.950,57		
263	Sindicatos	211.832,99	0,00	211.832,99		
264	Regularização dívidas p/ordem do Tesouro	0,00	0,00	0,00		
268	Devedores e credores diversos	4.069.785,15	65.539,00	4.135.324,15		
	Total da despesa de fundos alheios:	216.137.810,75	138.165,95	216.275.976,70		
23	Empréstimos obtidos	27.816.763,90	0,00	27.816.763,90		
272	Custos diferidos	0,00	5.517,97	5.517,97		
28	Empréstimos Concedidos	0,00	0,00	0,00		
312	Mercadorias	0,00	0,00	0,00		
3161	Produtos farmacêuticos	42.014.352,06	24.397.704,36	66.412.056,42		
3162	Material de consumo clínico	15.039.758,23	7.684.687,84	22.724.446,07		
3163	Produtos alimentares	14.843,13	3.271,14	18.114,27		
3164	Material de consumo hoteleiro	967.059,64	681.827,11	1.648.886,75		
3165	Material de consumo administrativo	436.562,89	181.875,75	618.438,64		
3166	Material de manutenção e conservação	725.792,99	240.981,63	966.774,62		
3169	Outro material de consumo	0,00	0,00	0,00		
	Total da conta de compras :	59.198.368,94	33.190.347,83	92.388.716,77		
41	Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00		
42	Imobilizações corpóreas	4.196.347,84	3.079.869,64	7.276.217,48		
43	Imobilizações imcorpóreas	0,00	0,00	0,00		
44	Imobilizações em curso	7.264.936,84	2.558.899,24	9.823.836,08		
45	Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00		
	Total da conta de imobilizações:	11.461.284,68	5.638.768,88	17.100.053,56		
6218	Trabalhos executados no exterior	4.036.865,93	1.772.278,01	5.809.143,94		
6219	Outros sub-contratos	1.170.407,08	0,00	1.170.407,08		
	Total da conta de subcontratos:	5.207.273,01	1.772.278,01	6.979.551,02		
622	Fornecimentos e serviços de terceiros	17.573.883,91	3.667.251,59	21.241.135,50		
63	Tranf. Correntes concedidas e prest. Sociais	0,00	0,00	0,00		

7.3 a FLUXOS FINANCEIROS - DESPESA

DO PERÍODO DE:	Janeiro	ATÉ:	Dezembro	DO ANO:	2009
----------------	---------	------	----------	---------	------

Em Euros

CONTAS A CRÉDITO		VALORES		
Código	Designação	Pagos	Em dívida	Total
641	Remunerações dos órgãos directivos	424.377,63	59.623,59	484.001,22
6421	Remunerações base do pessoal	66.311.573,76	6.165.966,94	72.477.540,70
6422	Suplementos de remunerações	26.499.528,13	283.588,70	26.783.116,83
6423	Prestações sociais directas	1.089.277,50	12.699,00	1.101.976,50
6424	Subsídio de férias e natal	6.383.565,98	6.168.331,02	12.551.897,00
643	Pensões	9.747.779,97	0,00	9.747.779,97
645	Encargos sobre remunerações	13.979.681,61	2.164.347,49	16.144.029,10
646	Seguros de acidentes no trabalho	88.854,05	0,00	88.854,05
647	Encargos sociais voluntários	0,00	0,00	0,00
648	Outros custos com o pessoal	2.464.822,76	1.139,43	2.465.962,19
	Total da conta despesas com pessoal:	126.989.461,39	14.855.696,17	141.845.157,56
65	Outros custos e perdas operacionais	716.275,87	29.809,66	746.085,53
68	Custos e perdas financeiras	291.681,62	0,00	291.681,62
695	Multas e penalidades	3.389,80	0,00	3.389,80
698	Outros custos e perdas extraordinários	27.139,06	0,00	27.139,06
	Total da conta custos/perdas extraordinários.:	30.528,86	0,00	30.528,86
86	Imposto s/rendimento do exercicio	0,00	0,00	0,00
	IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO:	465.423.332,93	59.297.836,06	524.721.168,99
69764	C.R.E.A. -Despesas com pessoal	14.732.909,81	3.385.119,65	18.118.029,46
6976...	C.R.E.A. -Outros	28.730.848,95	2.960.845,15	31.691.694,10
	V - DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES:	43.463.758,76	6.345.964,80	49.809.723,56
	- Caixa	4.011,44		4.011,44
	- Depósitos	4.811.107,64		4.811.107,64
	- Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00
	VI - SALDO FINAL:	4.815.119,08		4.815.119,08
	TOTAL GERAL:	513.702.210,77	65.643.800,86	579.346.011,63

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n° 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e perdas

Em Euros									
DE: Janeiro A: Dezembro DO ANO: 2009									
RUBRICAS		Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc.Assumidos	Processado	DIFERENÇAS			Pago
Código	Designação					Orç. - Proc. Aq.	Orç. - Enc. Ass.	Orç. - Proc.	
61	CUSTOS MERC. VEND. E MAT. CONS.:								
612	Mercadorias	61.249,897			65.407,204	61.249,897	61.249,897	-4.157,307	
6161	Produtos farmacêuticos	18.573.232			22.851.146	18.573.232	18.573.232	-4.277.914	
6162	Material de consumo clínico	13.806			17.877	13.806	13.806	-4.071	
6163	Produtos alimentares	1.412.552			1.640.983	1.412.552	1.412.552	-228.431	
6164	Material de consumo hoteleiro	578.152			611.709	578.152	578.152	-33.557	
6165	Material de consumo administrativo	740.216			929.053	740.216	740.216	-188.837	
6166	Material de manutenção e conservação	0			0	0	0	0	
6169	Outro material de consumo								
	TOTAL DA CONTA 61	82.567,855	0	0	91.457,972	82.567,855	82.567,855	-8.890,117	
	FORNECIM. E SERVIÇOS EXTERNOS:								
	Trabalhos executados no exterior:								
	Em Entidades do Ministério da Saúde:								
62181	Assistência ambulatória	281.450	461.141	461.141	461.141	-179.691	-179.691	-179.691	
621811	Meios complementares de diagnóstico	173.726	158.171	158.171	158.171	15.555	15.555	15.555	
621812	Meios complementares de terapêutica	0	0	0	0	0	0	0	
621813	Prescrição de Medicamentos	0	0	0	0	0	0	0	
621814	Intern., serv. enf., part./ T. doentes	0	0	0	0	0	0	0	
621815	Outros	0	0	0	0	0	0	0	
621819	Total da conta 62181	455.176	619.312	619.312	619.312	-164.136	-164.136	-164.136	407.675
	Em Outras Entidades:								
62189	Assistência ambulatória	26.535	24.454	24.454	24.454	2.081	2.081	2.081	
621891	Meios complementares de diagnóstico	1.067.053	1.534.439	1.534.439	1.534.439	-467.386	-467.386	-467.386	
621892	Meios complementares de terapêutica	213.037	352.173	352.173	352.173	-139.136	-139.136	-139.136	
621893	Prescrição de Medicamentos	0	0	0	0	0	0	0	
621894	Intern., serv. enf., part./ T. doentes	1.311.897	2.346.237	2.346.237	2.346.237	-1.034.340	-1.034.340	-1.034.340	
621895	Aparelhos complementares de terapêutica	469.553	659.787	659.787	659.787	-190.234	-190.234	-190.234	
621896	Assistência no estrangeiro	359.499	272.741	272.741	272.741	86.758	86.758	86.758	
621897	Termalismo social	0	0	0	0	0	0	0	
621898	Outros	6.269	0	0	0	6.269	6.269	6.269	
621899	Total da conta 62189	3.453.843	5.189.832	5.189.832	5.189.832	-1.735.989	-1.735.989	-1.735.989	3.629.191
	Total da conta 6218	3.909.019	5.809.144	5.809.144	5.809.144	-1.900.125	-1.900.125	-1.900.125	4.036.866
	Outros subcontratos	2.315.651	1.170.407	1.170.407	1.170.407	1.145.244	1.145.244	1.145.244	1.170.407
6219	Fornecimentos e serviços:								
6221	Fornecimentos e serviços I	4.670.309	6.052.738	6.052.738	6.052.738	-1.382.429	-1.382.429	-1.382.429	5.596.810
6222	Fornecimentos e serviços II	3.391.522	2.749.916	2.749.916	2.749.916	641.606	641.606	641.606	2.696.858
6223	Fornecimentos e serviços III	8.279.778	12.328.002	12.328.002	12.328.002	-4.048.224	-4.048.224	-4.048.224	9.202.297
6229	Outros fornecimentos e serviços	155.658	115.714	115.714	115.714	39.944	39.944	39.944	77.918
	Total da conta 622	16.497.267	21.246.370	21.246.370	21.246.370	-4.749.103	-4.749.103	-4.749.103	17.573.884
	TOTAL DA CONTA 62	22.721.937	28.225.921	28.225.921	28.225.921	-5.503.984	-5.503.984	-5.503.984	22.781.157

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e perdas

RUBRICAS		Orçamentado		Proc. Aquisição		Enc.Assumidos		Processado		DIFERENÇAS			Pago
Código	Designação	Jan	Dez	DO ANO	2009	DO ANO	2009	DO ANO	2009	Orç. - Proc. Aq.	Orç. - Enc. Ass.	Orç. - Proc.	
63	Transf. correntes concedidas e prest. Sociais												
641	Despesas com pessoal:												
6411	Remunerações dos órgãos directivos:												
6412	Remunerações base	313.918		312.950		312.950		312.950					
6413	Subsídio de férias e natal	80.684		80.435		80.435		80.435					
6414	Suplementos de remunerações	90.896		90.616		90.616		90.616					
6419	Prestações sociais directas			0		0		0					
6421	Outras remunerações			0		0		0					
6421	Total da conta 641	485.498		484.001		484.001		484.001		1.497	1.497	1.497	424.378
6421	Remunerações base do pessoal:												
64211	RCTFP - Por tempo indeterminado	50.431.893		48.146.950		48.146.950		48.146.950					
64212	Pessoal com contrato a termo resolutivo	7.356.798		6.832.362		6.832.362		6.832.362					
64213	Pessoal em regime contrato ind. Trabalho	13.247.793		17.074.127		17.074.127		17.074.127					
64214	Pessoal em qualquer outra situação	9.917		424.101		424.101		424.101					
6422	Total da conta 6421	71.046.401		72.477.541		72.477.541		72.477.541		-1.431.140	-1.431.140	-1.431.140	66.311.574
6422	Suplementos de remunerações:												
642211	Horas extraordinárias	9.686.331		9.736.923		9.736.923		9.736.923					
642212	Prevenções	872.130		976.540		976.540		976.540					
642221	Noites e suplementos	4.404.679		4.000.377		4.000.377		4.000.377					
642222	Subsídio de turno	799.478		960.270		960.270		960.270					
64223	Abono para falhas	3.818		3.658		3.658		3.658					
64224	Subsídio de refeição	3.665.431		3.587.277		3.587.277		3.587.277					
64225	Ajudas de custo	30.407		32.648		32.648		32.648					
64226/7	Vestuário e artigos pessoais, alim e alojamento	0		0		0		0					
642281	S.I.G.I.C.	2.301.512		2.985.205		2.985.205		2.985.205					
642282 a 9	Outros suplementos	4.277.803		4.500.219		4.500.219		4.500.219					
6423	Total da conta 6422	26.041.589		26.783.117		26.783.117		26.783.117		-741.528	-741.528	-741.528	26.499.528
6423	Prestações sociais directas	980.086		1.101.977		1.101.977		1.101.977					
6424	Subsídios de férias e de Natal	12.241.183		12.551.897		12.551.897		12.551.897					
643	Pensões	9.890.744		9.747.780		9.747.780		9.747.780					
645	Encargos sobre remunerações	15.058.636		16.144.029		16.144.029		16.144.029					
646	Seg. de acidente no trabalho doenças profissionais	109.146		88.854		88.854		88.854					
647	Encargos sociais voluntários	0		0		0		0					
648	Outros custos com pessoal	2.201.511		2.465.962		2.465.962		2.465.962					
648	TOTAL DA CONTA 64	138.054.794		141.845.158		141.845.158		141.845.158		-3.790.364	-3.790.364	-3.790.364	126.989.461

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e perdas

DE: Janeiro A: Dezembro DO ANO: 2009

RUBRICAS		Em Euros							
Código	Designação	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc.Assumidos	Processado	DIFERENÇAS			Pago
						Orç. - Proc. Aq.	Orç. - Enc. Ass.	Orç. - Proc.	
65	Outros custos e perdas operacionais	386.939	746.086	746.086	746.086	-359.147	-359.147	-359.147	716.276
66	Amortizações exercício	6.456.108	6.374.132	6.374.132	6.374.132	81.976	81.976	81.976	
67	Provisões exercício	478.749	203.422	203.422	203.422	275.327	275.327	275.327	
68	Custos e perdas financeiras	40.587	291.682	291.682	291.682	-251.095	-251.095	-251.095	291.682
69	Custos e perdas extraordinárias:								
691	Donativos								
692	Dívidas incobráveis	83.236	475.480	475.480	475.480				
693	Perdas em existências	19.620	112.075	112.075	112.075				
694	Perdas em imobilizações		0	0	0				
695	Multas e penalidades	593	3.390	3.390	3.390				3.390
697	Correcções relat exerc. anteriores	693.330	3.960.618	3.960.618	3.960.618				43.463.759
698	Outros custos e perdas extraord.	2.125	12.139	12.139	12.139				27.139
TOTAL DA CONTA 69		798.904	4.563.703	4.563.703	4.563.703	-3.764.799	-3.764.799	-3.764.799	43.494.288
TOTAL GERAL		251.505.873	182.250.102	182.250.102	273.708.074	69.255.771	69.255.771	-22.202.201	194.272.863

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro nº 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Proveitos e ganhos

RUBRICAS		DE:	Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2009	Em Euros	
Código	Designação	Orçamentado			Emitido	Diferenças Orç. - Emitido	Cobrado		
71	Vendas e prestações de serviços:								
712	Prestações de serviços:								
71211 / 71221	Internamento	101.700.025			101.683.462	16.563			
71212 / 71222	Consulta	57.306.289			57.858.288	-551.999			
71213 / 71223	Urgência - SAP	18.531.115			19.209.175	-678.060			
71214 / 71224	Quartos particulares	0			0	0			
71215 / 71225	Hospital de dia	1.674.026			1.911.427	-237.401			
71216 / 71226	Meios complementares de diagnóstico e terapêutica:								
712161 / 712261	De diagnóstico	5.892.005			5.138.773	753.232			
712162 / 712262	De terapêutica	1.690.386			1.671.928	18.458			
71227	Taxas moderadoras	1.382.693			1.311.647	71.046			
71218 / 71228	Outras prestações serviços de saúde	35.542.021			35.093.111	448.910			
71229	Outras prestações serviços	170.781			344.747	- 173.966			
	Total da Conta 712	223 889 341			224 222 557	- 333 216	190 856 045		
73	Proveitos suplementares	830 000			668 765	161 235	429 952		
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:								
742	Transferências correntes obtidas:								
7421	Da A.C.S.S.	0			0	0			
7429	Outras transferências correntes obtidas	0			51.937	- 51.937	51.937		
743	Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos	0							
749	Subsídios correntes obtidos - De outras entidades	0							
	Total da Conta 74	0			51.937	-51.937	51.937		
76	Outros proveitos e ganhos operacionais:								
762	Reembolsos	9.211.638			9.832.699	-621.061			
768	Não especificados alheios ao valor acrescentado	6.164			4.474	1.690			
769	Outros	487.058			633.810	-146.752			
	Total da Conta 76	9.704.860			10.470.983	-766.123	2.766.779		
78	Proveitos e ganhos financeiros	800 000			1 282 022	- 482 022	1 282 022		
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1 669 975			3 656 041	- 1 986 066	25 397 992		
	TOTAL GERAL	236 894 176			240 352 305	- 3 458 129	220 784 726		

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE COMPRAS

RUBRICAS		DE:	Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2009	Em Euros		
Código	Designação	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc.Assumidos	Processado	DIFERENÇAS			Pago/Cobrado	
						Orç. - Proc. Aq.	Orç. - Enc. Ass	Orç. - Proc.		
3161	COMPRAS:									
	Produtos farmacêuticos:									
31611	Medicamentos	48 911 911	61 829 392	61 829 392	61 829 392	- 12 917 481	- 12 917 481	- 12 917 481		
31612	Reagentes e prod. de diag. rápido	11.878.285	11 524 518	11 524 518	11 524 518	353 766	353 766	353 766		
31619	Outros produtos farmacêuticos	459.701	446 010	446 010	446 010	13 691	13 691	13 691		
	Total da conta 3161	61 249 897	73 799 921	73 799 921	73 799 921	- 12 550 024	- 12 550 024	- 12 550 024	42 014 352	
3162	Material consumo clínico	18 573 232	23 315 459	23 315 459	23 315 459	- 4 742 227	- 4 742 227	- 4 742 227	15 039 758	
3163	Produtos alimentares	13 806	18 114	18 114	18 114	- 4 308	- 4 308	- 4 308	14 843	
3164	Material consumo hoteleiro	1 412 552	1 649 404	1 649 404	1 649 404	- 236 852	- 236 852	- 236 852	967 060	
3165	Material consumo administrativo	578 152	622 573	622 573	622 573	- 44 421	- 44 421	- 44 421	436 563	
3166	Material manutenção e conservação	740 216	971 945	971 945	971 945	- 231 729	- 231 729	- 231 729	725 793	
3169	Outro material de consumo	0	0	0	0	0	0	0		
	TOTAL DAS COMPRAS:	82 567 855	100 377 416	100 377 416	100 377 416	- 17 809 561	- 17 809 561	- 17 809 561	59 198 369	
317	DEVOLUÇÃO DE COMPRAS:		417 413	417 413	417 413	- 417 413	- 417 413	- 417 413		
318	DESCONT. ABATIMENTOS COMPRAS:		7 571 286	7 571 286	7 571 286	- 7 571 286	- 7 571 286	- 7 571 286		
	COMPRAS LIQUIDAS	82 567 855	92 388 717	92 388 717	92 388 717	- 9 820 862	- 9 820 862	- 9 820 862	59 198 369	

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

DE: Janeiro | A: Dezembro | DO ANO: 2009

Código	RUBRICAS Designação	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc.Assumidos	Processado	DIFERENÇAS			Pago
						Org. - Proc. Aq.	Org. - Enc. Ass	Org. - Proc.	
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:								
421	Terenos e recursos naturais								
422	Edifícios e outras construções	1.594.737	1 984 172	1 984 172	1 984 172	- 389 435	- 389 435	- 389 435	1 585 617
423	Equipamento básico								
4231	Médico-cirúrgico	2 026 314	2 348 324	2 348 324	2 348 324	- 322 010	- 322 010	- 322 010	
4232	De imagiologia	3 650 000	392 177	392 177	392 177	3 257 823	3 257 823	3 257 823	
4233	De laboratório	0	177 050	177 050	177 050	- 177 050	- 177 050	- 177 050	
4234	Mobiliário hospitalar	301 450	627 241	627 241	627 241	- 325 791	- 325 791	- 325 791	
4235	De desinfeção e esterilização	0	190 653	190 653	190 653	- 190 653	- 190 653	- 190 653	
4236	De hotelaria	0	204 803	204 803	204 803	- 204 803	- 204 803	- 204 803	
4239	Outros	0	488 954	488 954	488 954	- 488 954	- 488 954	- 488 954	
	Total da Conta 4.2.3	5 977 764	4 429 202	4 429 202	4 429 202	1 548 562	1 548 562	1 548 562	2 198 434
424	Equipamento de transporte:	0	8 491	8 491	8 491	- 8 491	- 8 491	- 8 491	8 491
425	Ferramentas e utensílios:	0	3 592	3 592	3 592	- 3 592	- 3 592	- 3 592	3 592
426	Equipamento administrativo e informático:								
4261	Equipamento administrativo	0	223 321	223 321	223 321	- 223 321	- 223 321	- 223 321	162 096
4262	Equipamento informático	600 000	627 438	627 438	627 438	- 27 438	- 27 438	- 27 438	238 118
	Total da Conta 4.2.6	600 000	850 760	850 760	850 760	- 250 760	- 250 760	- 250 760	400 214
	TOTAL IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:	8 172 501	7 276 217	7 276 217	7 276 217	896 284	896 284	896 284	4 196 348
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO:								
		29 652 411	9 823 836	9 823 836	9 823 836	19 828 575	19 828 575	19 828 575	7 264 937
	TOTAL GERAL	37 824 912	17 100 054	17 100 054	17 100 054	20 724 858	20 724 858	20 724 858	11 461 285

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro n.º 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

10- NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

10- NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA INTRODUTÓRIA

O Centro Hospitalar do Porto, EPE, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 326/2007 de 28 de Setembro e resultou da fusão por extinção do Hospital Geral de Santo António, EPE, Maternidade de Júlio Dinis e Hospital Central Especializado de Crianças Maria Pia, com efeitos a partir de 01 de Outubro de 2007, tendo-lhes sucedido em todos os direitos e obrigações, nos termos do artigo 2.º do mesmo diploma legal.

A nova entidade, com sede no Largo Professor Abel Salazar 4099-001 Porto, reveste a natureza jurídica de Entidade Pública Empresarial e possui o número de identificação fiscal 508331471.

As notas que se seguem apresentam os valores em euros e respeitam a numeração sequencial definida no POCMS.

As notas não mencionadas não são aplicáveis ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou não ocorreram durante o exercício em causa.

Nota 8.2.3

Critérios valorimétricos e métodos de cálculo utilizados:

a) Imobilizações corpóreas

O imobilizado corpóreo encontra-se registado pelo custo de aquisição, sendo as doações avaliadas e registadas pelo justo valor.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e por duodécimos sendo as taxas aplicadas, as previstas na Portaria 671/2000.

b) Existências

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado.

c) Provisões para cobranças duvidosas

As provisões para cobranças duvidosas são reconhecidas com base na avaliação dos riscos de não cobrança das contas a receber de clientes.

A provisão criada corresponde à totalidade dos clientes classificados na contabilidade como clientes de cobrança duvidosa (conta 218) e cuja cobrança judicial se encontra em curso.

d) Provisões para outros riscos e encargos

As provisões para outros riscos e encargos foram calculadas tendo em conta o princípio da prudência, tomando por base a probabilidade de ocorrência dos factos subjacentes.

e) Acréscimos e diferimentos

A empresa regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

- Acréscimos de proveitos

Esta conta regista nomeadamente o valor do proveito correspondente a serviços de saúde prestados durante o exercício, cujos direitos serão reconhecidos no exercício seguinte.

- Custos diferidos

Esta conta abrange as situações de despesas suportadas no exercício mas que também respeitam ao exercício seguinte, nomeadamente seguros.

- Acréscimos de custos

Esta conta evidencia as estimativas de custos imputáveis ao exercício mas cujo pagamento ocorrerá no exercício seguinte. Salientam-se desta rubrica as responsabilidades com férias, subsídio de férias e respectivos encargos.

- Proveitos diferidos

Inclui os subsídios de investimento recebidos para financiamento de imobilizações corpóreas.

f) Pensões de reforma

Os encargos com pensões encontram-se registados pela despesa efectivamente paga, que durante o ano de 2009 ascenderam a 9.747.779,97 euros.

O Centro Hospitalar do Porto, E.P.E., não assumiu qualquer fundo próprio ou autónomo para cobertura de responsabilidades com pensões.

No final do exercício de 2007, o Centro Hospitalar do Porto, E.P.E. encomendou um estudo actuarial, segundo o qual, para o cenário mais provável, os compromissos relativos a pensões ascendem a 157.265.114 euros.

Estas responsabilidades não se encontram reconhecidas no Balanço, por não terem sido ainda recebidas instruções claras da Tutela, nesse sentido.

Imposto sobre o rendimento

A estimativa para IRC refere-se apenas às situações de tributações autónomas, tendo em conta que é esperado um prejuízo fiscal no exercício.

Nota 8.2.4

Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio vigente na data da sua ocorrência.

Nota 8.2.7

Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado:

Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transf.e abates	Saldo Final
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	51.874,98			51.874,98
Edifícios e outras construções	8.764.626,01	1.984.172,32		10.748.798,33
Equipamento básico	67.349.261,27	4.916.709,36	-1.368.146,26	70.897.824,37
Equipamento de transporte	476.368,91	8.490,96		484.859,87
Ferramentas e utensílios	150.454,72	3.592,15		154.046,87
Equipamento administrativo e informático	13.590.387,45	868.973,58	-240.179,64	14.219.181,39
Outras imobilizações corpóreas	26.614,31			26.614,31
Imobilizações em curso	10.660.620,38	9.823.836,08		20.484.456,46
Total	101.070.208,03	17.605.774,45	-1.608.325,90	117.067.656,58
Investimentos financeiros:				
Outras aplicações financeiras	161,08			161,08
Total	161,08			161,08
Total Geral	101.070.369,11	17.605.774,45	-1.608.325,90	117.067.817,66

Os aumentos do activo bruto incluem o montante de 505.720,89 euros relativos a doações no exercício.

Amortizações

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	1.756.543,71	705.266,87		2.461.810,58
Equipamento básico	54.410.429,97	4.370.045,06	-1.368.146,26	57.412.328,77
Equipamento de transporte	245.793,64	45.193,84		290.987,48
Ferramentas e utensílios	138.541,58	4.730,15		143.271,73
Equipamento administrativo e informático	10.618.710,02	1.246.487,56	-240.179,64	11.625.017,94
Outras imobilizações corpóreas	10.706,93	2.408,40		13.115,33
Total	67.180.725,85	6.374.131,88	-1.608.325,90	71.946.531,83

Nota 8.2.12

O valor global bruto das obras em edifícios alheios, ascende a 8.876.828,62 euros, dos quais 1.591.459,58 euros respeitam ao exercício.

Nota 8.2.13

Bens utilizados em regime de locação financeira:

Equipamento	Ano contrato	Valor aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Capital em dívida em 31/12/2009
Viatura ligeira 84-DJ-43	2007	34.900,01	11.633,28	23.266,73	4.276,58
Viatura ligeira 14-EZ-87	2007	35.000,00	9.114,50	25.885,50	11.205,81
Viatura ligeira 19-GO-90	2008	33.812,20	4.578,73	29.233,47	20.655,83
Ventiladores Cont 10016937	2007	137.736,90	49.718,76	88.018,14	61.371,48
Ventiladores Cont 10016938	2007	459.202,91	154.317,00	304.885,91	214.164,19
Ventiladores Cont 10016853	2007	94.710,00	24.982,72	69.727,28	50.990,78
Ventiladores Cont 10016855	2008	460.494,01	124.975,77	335.518,24	272.879,76
Total		1.255.856,03	379.320,76	876.535,27	635.544,43

Nota 8.2.14

No desenvolvimento da sua actividade, o Centro Hospitalar do Porto utiliza imóveis do Estado, cujo valor patrimonial não está incluído nas demonstrações financeiras.

Nota 8.2.22

O valor das existências à guarda de terceiros no final do exercício, era de 202.340,09 euros e encontra-se incluído no montante das existências finais.

Nota 8.2.23

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
21813 - Companhias de Seguros	807.455,84	129.462,62	209.890,94	727.027,52
21819 - Outros Clientes	204.799,14	1.232,00	7.544,68	198.486,46

Nota 8.2.26

Não existia, em 31 de Dezembro de 2009, qualquer dívida do Centro Hospitalar em mora ao Estado ou a outros Entes Públicos.

Nota 8.2.31

Explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, na conta de provisões:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
291 - Provisões para cobranças duvidosas	1.012.254,98	126.199,68	212.940,68	925.513,98
292 - Provisões para riscos e encargos	1.245.521,99	77.222,81	20.400,00	1.302.344,80

Nota 8.2.32

Movimentos nas contas de fundos próprios:

CONTA	Saldo Inicial	Movimento no Exercício		Saldo Final
		Débito	Crédito	
Capital Estatutário	112.837.000,00		28.489.000,00	141.326.000,00
Reservas:				
Reservas legais	4.795,00	4.795,00		0
Reservas estatutárias				
Doações	500.575,65		505.720,89	1.006.296,54
Resultados transitados	-30.820.828,02	24.723.930,80	4.795,00	-55.539.963,82
Resultado líquido do exercício	-24.723.930,80	33.365.052,01	24.723.930,80	-33.365.052,01
Total	57.797.611,83	58.093.777,81	53.723.446,69	53.427.280,71

Neste exercício verificou-se a subscrição de uma dotação de capital estatutário no montante de 28.489.000,00 euros, nos termos da resolução do Conselho de Ministros nº 116/2008 de 12 de Junho.

A reserva por doações representa exclusivamente, a contrapartida do imobilizado corpóreo obtido a título gratuito, conforme referido na nota 8.2.7.

Nota 8.2.33

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	8.834.769,44
Compras	92.388.716,77
Regularização de existências	-30.259,92
Existências finais	9.735.254,64
Custos no exercício	91.457.971,65

Nota 8.2.35

Repartição do valor das prestações de serviços por modalidade de assistência ou linhas de produção:

Prestação de serviços	2009	2008
Internamento	101.683.461,58	92.871.650,94
Consulta Externa	57.858.288,03	57.693.316,27
Urgência SAP	19.209.174,70	19.689.150,71
Hospital de Dia	1.911.426,93	4.478.737,40
MCDT	6.810.700,45	6.986.298,07
GDH do Ambulatório	17.657.996,66	15.562.943,08
Programas verticais	11.455.428,55	11.375.565,43
Outras Prestações Serviços*	7.636.080,33	3.324.587,15
Total	224.222.557,23	211.982.249,05

(*) inclui taxas moderadoras

Nota 8.2.37

Demonstração dos resultados financeiros:

Custos e Perdas	Exercícios	
	2009	2008
681 - Juros suportados	288.780,45	49.641,34
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	166,12	32,89
688 - Outros custos e perdas financeiras	2.735,05	3.819,37
TOTAL	291.681,62	53.493,60
Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2009	2008
781 - Juros obtidos	359.747,44	1.303.565,45
783 - Rendimentos de imóveis		
785 - Diferença câmbio favoráveis	139,46	215,84
786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	922.135,00	848.662,12
788 - Outros proveitos e ganhos financeiros		
TOTAL	1.282.021,90	2.152.443,41
Resultados Financeiros	990.340,28	2.098.949,81

Nota 8.2.38

Demonstração dos resultados extraordinários:

Custos e Perdas	Exercícios	
	2009	2008
692 - Dívidas incobráveis	475.480,08	207.803,34
693 - Perdas em existências	112.075,39	33.328,95
694 - Perdas em imobilizações	0,00	8.468,46
695 - Multas e penalidades	3.389,80	1.411,07
697 - Correções relativas a exercícios anteriores	3.960.618,30	664.390,77
698 - Outros custos e perdas extraordinários	12.139,06	56.176,14
TOTAL	4.563.702,63	971.578,73
Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2009	2008
793 - Ganhos em existências	81.815,47	22.050,82
794 - Ganhos em imobilizações	405,00	515,00
796 - Reduções de provisões	218.340,68	318.567,05
797 - Correções relativas a exercícios anteriores	2.369.219,03	293.019,58
798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	986.260,53	2.895.677,36
TOTAL	3.656.040,71	3.529.829,81
Resultados extraordinários	-907.661,92	2.558.251,08

Nota 8.2.39

Outras Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Projectos de investimento financiados

No activo imobilizado corpóreo, incluindo o imobilizado em curso, encontram-se registados bens integrados em projectos de investimento financiados que se discriminam no quadro seguinte, de acordo com o saldo da conta 2745.

Projecto:	Investimento Previsto	% Participação	Investimento até 31/12/09	Financiamento até 31/12/09	Saldo da conta 2745
Informatização Serv. de Urg.	606.139,20	75%	620.334,92	452.764,91	3.295,05
Aquisição de Camas	522.000,00	75%	521.914,13	391.435,59	15.682,44
Ressonância Magnética	1.729.000,00	75%	1.437.269,18	1.077.951,75	38.913,92
Litotricia	356.140,82	75%	356.140,82	267.105,62	1.381,21
Sistema Neuronavegação	273.105,00	73%	273.105,00	200.000,00	51.722,27
Informatização Global 5ª Fase	6.555.154,55	50%	5.275.889,89	2.637.372,00	763.134,08
Remod. Ampl. Serv.Cuid. Intens.	943.237,47	75%	1.083.734,50	920.742,88	799.211,12
Remod. Serv. Neurofisiologia	1.132.688,65	75%	912.027,69	838.729,59	838.729,58
Remod. Serv.Fisiatria	1.757.006,59	50%	211.896,71	240.857,00	240.857,00
Unidade Psiquiatria Ligação	89.905,27	75%	90.640,15	67.428,95	50.433,91
Infraest. Cablagem p/ Rede Local	1.995.192,00	75%	1.519.844,20	1.139.883,16	1.139.883,16
Recuperação de ETARS	87.260,36	75%	87.178,08	62.029,44	42.959,21
Criação Laboratório Hemodinâmica	1.018.415,26	75%	1.018.415,26	763.811,45	489.247,85
Sistema Informação Laboratorial	42.017,25	75%	42.017,25	25.603,50	25.603,50
IDEA - Proj. Integ.p/autom.Anestesia	3.500,00	100%	2.100,00	3.500,00	2.625,09
Informatização Laboratórios MJD	60.118,85	75%	60.118,85	45.089,14	31.828,20
Reabilitação Bloco Verde	16.120,51	70%	16.120,51	11.250,00	10.546,87
Centro Procriação Med. Assistida	432.040,75	55%	432.040,75	237.002,36	225.185,22
Bloco Cirurgia Ambulatório	8.023,74	75%	8.023,74	6.017,81	5.731,14
TOTAL	17.627.066,27		13.968.811,63	9.388.575,15	4.776.970,82

O Técnico Oficial de Contas

Maria da Cunha
(Membro nº 30466)

O Conselho de Administração

Pedro Esteves
José Alberto Peixoto
Paula Guimarães
Paulo Barbosa
Eduardo Alves

**11 - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**



Mgi & Associados, SROC, Lda.
Rua Guerra Junqueiro, 273
4150 - 388 Porto
Portugal

Tel: +351 22 507 43 40 | 22 607 94 90
Fax: +351 22 507 43 49 | 22 607 94 99
geral@mgi.pt | global@mgi.pt
www.mgi.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do “Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.”, as quais compreendem o Balanço em trinta e um de Dezembro de dois mil e nove, (que evidencia um total de 125.150.397,19 euros e um total de Fundos próprios de 53.427.280,71 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 33.365.052,01 euros), a Demonstração de resultados por naturezas e as correspondentes Notas, a Demonstração dos fluxos de caixa e os Mapas de fluxos financeiros e de controlo orçamental do exercício findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Centro Hospitalar, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Os encargos com pensões apenas são reconhecidos como custo no momento em que ocorre o seu pagamento, tendo sido registado pelo montante de 9.747.780 euros. Dado que o CHP, EPE não dispõe de um estudo actuarial actualizado, relativamente a encargos associados com esta obrigação, não se encontram quantificadas as responsabilidades passadas e futuras pelo pagamento de pensões de reforma, desconhecendo-se o seu impacto no balanço e nos resultados de exercício.
8. O valor dos bens do imobilizado registados no cadastro do CHP, EPE, é divergente do reconhecido nos seus registos contabilísticos, estando em curso um processo de reconciliação das diferenças apuradas.

OPINIÃO

9. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito do ajustamento que poderia revelar-se necessário caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 8 acima e quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do “Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.”, em 31 de Dezembro de 2009, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector da saúde em Portugal.



Mgi & Associados, SROC, Lda.
Inscrição na OROC N.º 78
Registo na CMVM N.º 251

ENFÂSE

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de no desenvolvimento da actividade, o CHP, EPE utilizar imóveis do domínio privado do Estado, cujo reconhecimento em termos de património ou de resultados está pendente de indicações a receber da Tutela.

Porto, 30 de Março de 2010

MGI & Associados, SROC, Lda
Representada por:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão', is written over a horizontal line.

Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão – R.O.C.



Mgi & Associados, SROC, Lda.
Rua Guerra Junqueiro, 273
4150 - 388 Porto
Portugal

Tel: +351 22 507 43 40 | 22 607 94 90
Fax: +351 22 507 43 49 | 22 607 94 99
geral@mgj.pt | global@mgj.pt
www.mgj.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Nos termos da lei e na qualidade de Fiscal Único, vimos submeter à apreciação de Vossas Exas. o nosso relatório e parecer sobre a actividade desenvolvida e sobre os documentos de prestação de contas do “**Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.**” com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

No âmbito das nossas funções:

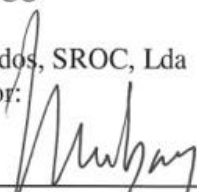
- a) Acompanhámos a actividade desenvolvida pelo Centro Hospitalar no presente exercício, tendo recebido do Conselho de Administração e dos Serviços as informações e esclarecimentos solicitados;
- b) Verificámos a regularidade da escrituração, tendo procedido às confirmações consideradas adequadas;
- c) Apreciámos as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados que se nos figuram adequados;
- d) Verificámos o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis;
- e) Examinámos os documentos de prestações de contas e revimos o relatório de gestão reportados a 31 de Dezembro de 2009;
- f) Como consequência do trabalho efectuado emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual de Auditoria/Revisão nos termos da alínea i) do nº 2 art.º 16º do Anexo II do DL n.º 233/2005 de 29 de Dezembro.

Face ao exposto, e tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas, somos da opinião que as demonstrações financeiras e o relatório de gestão estão de acordo com as disposições legais e estatutárias, pelo que poderão ser aprovados.

Porto, 30 de Março de 2010

O FISCAL ÚNICO

MGI & Associados, SROC, Lda
Representada por:


Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão – R.O.C.

Inscrição na OROC N.º 78 | Registo na CMVM N.º 251
Capital Social: 50.000 EUROS | NIPC e CRC 502 666 919

Açores: Rua Bento José Morais, 23 – 1º Norte Direito 9500-772 Ponta Delgada
Tel. + 351 296 65 07 40 Fax. + 351 296 65 07 49 geralacores@mgj.pt
Mgi & Associados, SROC, Lda. é uma firma portuguesa membro da Mgi - Business Solutions Worldwide.
Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada.

A Member of
MGI - Business Solutions Worldwide